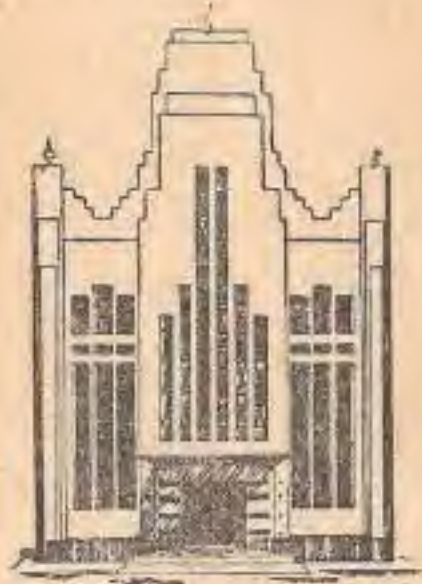


REVISTA

DO

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

RIHGS
22
Vol. XVII



N.º 22

— 1955 — 1958 —

Vol. XVI!

55-20064

REVISTA

DO

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

DIRETOR RESPONSÁVEL

EPIFÂNIO DA FONSECA DÓRIA

N.º 22 — 1955 — 1958 — Vol. XVII

PORQUE TARDAMOS

EPIFANIO DÓRIA

Aparece com atraso este número da Revista do Instituto; e isto por circunstâncias fortuitas, entre elas, como principal, a falta de suficiente verba. Impunha-se a construção no prédio de um apartamento três vezes maior que o já existente destinado à biblioteca, bem como um substancial aumento no auditório que, a despeito de espaçoso, mostrava-se insuficiente para acomodar grandes concorrências de pessoas, quando se promoviam solenidades de caráter cultural ou cívico.

Concomitantemente fazia-se necessária a aquisição de estantes de aço, o triplo das já existentes, para a biblioteca, e de poltronas complementares para o auditório, coisas muito dinheiras e de urgente necessidade.

Vencendo dificuldades e seguindo caminhos ásperos pôde o Instituto amealhar a quantia de trezentos mil cruzeiros, considerada suficiente para as ampliações e reformas projetadas.

Iniciaram-se as obras nos primeiros dias de abril de 1954. Iam elas em boa marcha quando sobreveio o aumento de salário de 1º de maio desse ano, o qual elevou para mais de quatrocentos mil cruzeiros a despesa que se calculára não ir além de trezentos mil. Não era possível retroceder, adiando as obras planejadas, em face do que já se havia feito.

Diminuiu-se então o acelerado diapasão dos trabalhos, a fim de vencer-se tempo e conseguir-se suplementar a verba. Antes porém, de vencidas de todo as dificuldades de ordem financeira criadas pela decretação do salário de 1º de maio, eis que surge,

já em 1956, novo aumento de salário, superior ao dobro do anterior.

Essa medida elevou para quase um milhão de cruzeiros a despesa que fôra orçada no começo dos trabalhos. Por aí se poderá ver em que cipoal se viu metida a direção do Instituto. Ela, porém, não se entibiu, não arrefeceu no seu desejo de ver resolvidos os problemas do sodalicio. Era pensamento seu tomar parte mais eficiente na celebração do centenário da cidade, publicando no ensejo um número especial da Revista, o que não pôde realizar, infelizmente.

A situação, porém, vem melhorando, especialmente graças ao valioso apoio que vem propiciando ao Instituto o inclito sergipano e sócio benemérito senador Jorge Campos Maynard, que conseguiu aumentar para cento e vinte mil cruzeiros a verba federal ordinária que era então de vinte mil.

As estantes de aço, calculadas em trezentos mil cruzeiros, e outras necessidades do edifício são problemas ainda em equação, mas o eminente senador Jorge Maynard, com o seu pensamento sempre voltado em prol do sodalicio e dos interesses do Estado, apresentou uma emenda a um projeto de lei federal, consignando quantia que resolverá em definitivo as dificuldades que nos vêm assoberbando.

Feito isto voltará o Instituto à publicar normalmente sua apreciada e útil Revista, dando tiragens anuais, ou mesmo semestrais, conforme seja possível.

AÇÃO E EFEITOS DO PERÍODO NASSOVIANO EM SERGIPE COLONIAL

FELTE BEZERRA

Durante os oito anos de ocupação definitiva ou intermitente que os holandeses lograram exercer nas plagas sergipenses, período que quasi coincide com a administração do Conde Maurício no Brasil, nada há para exaltar-se dêsse domínio, de vez que as tropas nassovianas executaram em nosso solo quasi que exclusivamente uma ação devastadora.

Com fortificações às margens do baixo São Francisco, em São Cristovam e no rio Real, a gente da Companhia das Índias Ocidentais só pensou em achar minérios, do que em breve se desiludiu, e em arrebanhar todo o gado que lhe fosse possível. Dêste, aliás, a sangria que sofremos foi dupla, pois desde Bagnuolo, que em sua fuga o levara para a Bahia, e daí em diante, enquanto aqui puderam se manter os neerlandeses, os nossos pastos eram esvasiado, se bem que jamais esgotados. As nossas pastagens, como as de Alagôas, sempre foram cubiçadas pelos invasores, o que é frisado por quantos autorizadamente têm escrito sôbre a ocupação batava no nordeste brasileiro. Eles chegaram a possuir pastos e currais às margens do rio da unidade nacional, ao lado dos lusitanos. Alguns criadores atenderam ao chamamento do Príncipe. De referência a Sergipe é o que se conclue de uma relação que José Gonçalves de Melo Neto fez incluir na sua tradução do relatório de A. Van Der Dussen.

O grande êrro aqui cometido por Nassau Siegen Holstein foi o mesmo que tem sido apontado alhures em sua administração, o de não colonizar a terra sergipense. Primeiramente, de-

vera ter perseguido Bagnuolo no recúo dêste, e nunca se entrincheirado, apenas, em São Cristovam e mais tarde no rio Real. Essa ocupação descontínua do território não lhe poderia oferecer segurança de domínio. Mas aqui se repetiu a mesma falta; uma preocupação única pela colonização citadina, urbana, nunca rural. Ocupada São Cristovam, tratou-se das expedições exploradoras, para a procura das minas. Um interesse immediatista de compensações materias que seriam o desejo da Companhia, cuja situação se agravava mais e mais com as aperturas financeiras. Desiludidos do ouro, não pensaram na colonização agrícola e nem mesmo na formação de uma larga zona criatória, para o abastecimento da carne e garantias de alimentação, outro sério problema com que os ocupantes se debateram, durante o quartel de sua instalação entre nós. *Doublée* de soldado e administrador, a Companhia só ambicionava de Nassau, no Brasil, a ação militar, de pura conquista e devastação, tão bem resumida e explícita na frase com que Watjen comenta o que daqui eles queriam: "O Brasil era uma esponja, que se deveria espremer até o máximo". Mas, tanto um Watjen como o próprio Barleu procuram retirar as responsabilidades do Príncipe e parece que com certa razão.

Quando, após sua segunda e inopinada investida a São Cristovam, em que Maurício de Nassau não respeitara as pazes feitas entre os Estados Gerais e Portugal, agora já liberto da Espanha, com a ascensão de D. João IV, — o Conde manda que a ocupação prossiga até o rio Real, limites máximos da Capitania. Arrepellido de não haver seguido no encalço de Bagnuolo, quatro anos antes, como bem estudam Ferdinand Denis e Porto Seguro, resolve atender ao pedido de Nuno Olferdi, ao outorgar-lhe o direito de colonizar Sergipe del Rei. Todavia, o Conselho dos XIX não aprova a resolução, certamente porque não queria arrostar com as despesas de tal empreendimento. Sentimos isso quando Barleu diz das dificuldades para essa colonização, pois Olferdi se obrigava a trazer para aqui oitenta famílias, o que só seria coroado de bom êxito "com o doarem-se-lhes terras e granjas", diz o historiador do octênio nassoviano no Brasil.

Se, além disso, a segunda penetração dos homens dos Estados Gerais em solo sergipense, naquela traiçoeira entrada de Andréas, arvorando bandeira de paz, afim de tomar de abafo a im-

potente São Cristovam, em 1641, se fez por ordem de Nassau a seu comandado, o Stadthouder disciplinarmente cumpria as ordens da Companhia, embora sob protesto pessoal. Não parece que deva caber ao Príncipe a crua responsabilidade dos malfeitos em Sergipe. Ingrata foi a tarefa que aqui os dirigentes da Companhia o obrigaram a executar. Sua visão universitária deu-lhe ensejo de tentar altas realizações, como a construção do Recife, dentro dos canais e pontos que tão bem se adaptavam às condições antropogeográficas da terra natal. A mesma paisagem de terrenos alagados, misto de agua e terra, em que se erguera a Holanda. A preocupação de ornar o novo centro de população com ruas limpas, com aqueles sobrados magros, de que fala Gilberto Freyre, e os acompanhantes do Conde Maurício ou os vindos depois, uma côrte de cientistas, literatos e artistas, revelam o espírito e a intelectualidade do homem formado ao influxo de três centros universitários da velha Europa. Se apenas uma colonização urbana respondesse aos propósitos de permanência com que sonharam os neerlandeses, por certo a obra de Nassau, que, sob certos aspectos, não desejamos subestimar, teria sido de feição perene.

O que parece haver constituído o malogro da tentativa batava de um Brasil Holandês, foi o desinteresse da Companhia, que até negava ou sufocava qualquer iniciativa neste sentido, para um enraizamento na zona rural, segundo comenta muito acertadamente Mário Melo. Sem base agrícola a Colônia jamais teria podido se fixar. Enquanto os lusitanos se iam contentando com a derrubada do pau de tinta e a produção açucareira, que acudiam à compensação das despesas com a Colônia, até que as minas viessem a ser descobertas, os holandeses não compreenderam que, ou dominavam os engenhos tecnicamente, ou perderiam o produto. Sua política, portanto, foi inteiramente desastrosa, no reduzir a importância e as oportunidades dos senhores de engenho, amputados em suas prerrogativas e endividados pelo sistema de financiamento altamente lesivo. As consequências não se fizeram esperar; um crescimento assustador da cidade, grande cabeça sem corpo que a suportasse: o desenvolvimento de uma agricultura, mesmo que fosse apenas de subsistência. Medidas como a do plantio compulsório da mandioca, onde a maior

parte produzida seria dos administradores, para garantia da alimentação de sua majestosa urbs, seriam totalmente contraproducentes, pela feição extorquiva de que se revestiam. Uma colonização exclusivamente urbana, nunca rural. Os campos sempre impenetráveis, a não ser em excursões belicosas, para devastação, como em Sergipe, ou na tentativa desalinhada de atrair criadores e, com muito maior dificuldade, os senhores das terras interiores.

Tudo conspirava contra o triunfo dos Estados Gerais entre nós: a dificuldade de dominar a terra, a falta de capitais, tão reclamados por Nassau, o desconhecimento da técnica de trabalho nos canaviais e nos engenhos, a ausência daquela "plasticidade" a que alude Freyre, quanto a um processo aculturativo e miscegenação das populações díspares aqui defrontadas. Eram sempre uns estranhos, uns desligados, tiveram sociologicamente um domínio postigo, sem apóio para uma posse definitiva do território, sem embargo das vitórias militares e diplomáticas que obtiveram, a ponto do Padre Vieira opinar pelas pazes com a Holanda, no reconhecimento de seus direitos ao Nordeste brasileiro, que haviam dominado pelas armas, mau grado a reação crescente dos guerrilheiros. Portugal, assim que livre do jugo espanhol, logo se apressou nas relações amistosas com os Estados Gerais, no reconhecimento de um Brasil Holandês. Mas a expulsão dos invasores não tardaria, desde que houvesse líderes para conduzir a reação, e estes não faltariam.

É aí que Felisbello Freire impetra para Sergipe um papel saliente, que até hoje não tem sido mencionado por nenhum historiador, de haver sido o seu território, limite máximo de conquista dos batavos ao sul, uma verdadeira terra de ninguém, de onde partira o movimento libertador, para a expulsão definitiva dos holandeses de Sergipe, em 1645, e do nordeste da Colônia, alguns anos depois. Ele considera a marcha rompida com a retomada do fortim do rio Real, por Camarão e Henrique Dias, o ponto em que se iniciava a expulsão dos invasores. Parece-nos aceitável a idéia, em face do desenrolar dos acontecimentos, a começar da corrida para retomar Sergipe del Rei e o prosseguimento da luta até as decisivas batalhas, longe perto da urbs recifense.

Parece fora de dúvida, por conseguinte, que o desastre dos neerlandeses em sua aventura na América do Sul tem como causa fundamental uma ação colonizadora rural fraca e inconsistente. Nassau sempre reclamou a vinda de gente para o campo e de capitais para a lavoura açucareira, mas os homens da Companhia mantinham mocos os ouvidos. Interessava-lhes apenas os lucros e dividendos, sem o que não sustentariam o prestígio da Europa. Por isso os senhores de engenho perderam a importância que tiveram antes da invasão. Acorrentaram-se em dívidas ao financiamento judeu. A cidade absorvia tudo, exigia tudo, sem ter de onde nada tirar...

Em resumo, o estilo urbano da colonização intentada pelos invasores jamais poderia medrar sem a base econômica da produção agrícola. O interior lhes foi inconquistável. Faltaram-lhes para isso as excepcionais qualidades lusas, no jeitão de se mesclar a indígenas, a africanos e de com êles permutar modo de vida, hábitos e costumes, num intenso processo transculturativo. Seus homens aqui estiveram sempre justapostos, sem confraternizarem com a população pre-existente, mau grado os esforços do Conde. Inegavelmente, a experiência lhes foi desfavorável, em cotejo com a capacidade de adaptação dos portugueses.

* * *

Outro interessante aspecto a ser examinado é o da contribuição étnica chamada dos holandeses. A crença generalizada em todo esse Nordeste é que qualquer indivíduo é um descendente dos nassovianos. Já tivemos ensejo de discutir o assunto em nosso livro *Etnias Sergipanas*. Como se sabe, as opiniões se dividem; há os que aceitam essa participação, como o arguto observador Roy Nash e o autorizado Roquete Pinto; de outro lado, há os que negam essa contribuição, de que são exemplos Arthur Ramos e Joaquim Ribeiro, entre outros. A exposição de Gilberto Freyre sobre o assunto, se bem que favorável à intrusão de algum sangue neerlandês entre os nossos nordestinos, parece se inclinar por uma solução dentro das investigações genealógicas. Assim seria em princípio, o ponto de vista de José Gonçalves de Melo Neto. Mas seu magnífico livro *No Tempo dos Flamengos*

veio reformar certos conceitos, entre os quais o de uma absoluta incompatibilidade entre as relações matrimoniais de invasores e invadidos. Esse desentendimento sempre foi largamente acentuado. Todavia, o citado pesquisador pernambucano revelou que não foram poucos os casamentos, ou ligações extra-matrimoniais, entre a gente dos Estados Gerais e os luso-brasileiros. O sinal mais eloquente disto está nos protestos dos religiosos, de lado a lado. Já frei Manuel Calado havia chamado a atenção dos seus, em indicações muito evidentes de tais enlaces, para ele francamente condenáveis. O padre Vieira, no Maranhão, também se refere ao fato. Enquanto isso, os chefes protestantes vindos com o pessoal da Cia. das Índias Ocidentais profligavam contra a mesma coisa. Chamava a atenção dos missionários, de um lado e do outro, as frequentes ligações entre holandeses e luso-brasileiros. Ainda mais, quando grupos de franceses se passavam das tropas mercenárias dos invasores para os contrários, muitas mulheres os acompanhavam, declarando-se católicas, sinceramente ou para serem bem recebidas pelos expulsos. Dentro desses depoimentos, já não se pode mais falar na tão decantada aversão entre os dois grupos. Houve contacto, e mais frequente do que possa parecer à primeira vista. O tempo foi suficiente para que tais uniões frutificassem o bastante para deixarem boa descendência na população do Nordeste. Joaquim Ribeiro, ao classificar de mito a origem holandesa dos nossos alourados, declara entre outras coisas que a maioria da gente vinda para aqui no tempo do Brasil Holandês era morena, bruna, de cabelos escuros, o que é verdade. Também o é que será mais fácil encontrar tais descendentes entre morenos do que entre louros. Todavia, Marcegraf deixou dito que "os índios chamam aos franceses e ingleses de *ajurujuba*, porque têm frequentemente cabelos e barba ruiva". Esta simples declaração nos serve de pista para novas considerações.

O que parece mais aceitável, num meio termo virtuoso, é que os argumentos de ambas as correntes são procedentes; resta-nos encontrar a justa conclusão. A gente para aqui vinda durante a ocupação batava deveria ter relativamente pequena percentagem de holandeses legítimos. Os soldados da Companhia eram aliciados em larga zona da Europa ocidental, setentrional

e central. Frísios, valões, flamengos, escoceses, escandinavos, germanos, francos, poloneses eram indiferentemente recrutados ou para aqui vinham, em fuga às intranquilidades da velha Europa como aconteceu aos alemães daquela época. Entre estes grupos díspares havia, por certo, muitos louros, donde se justifica a observação do naturalista vindo ao tempo do Conde Maurício. A percentagem de louros não deveria ser tão diminuta, não porque fossem todos neerlandeses de olhos azuis e cabelo côr de ouro, mas porque nesse conglomerado de nacionalidades e grupos étnicos, muitos eram louros como outros tantos brunos. Veio de tudo. Embora a expulsão dos batavos tenha levado de roldão a esmagadora maioria dos que se aventuraram à vida no Brasil Holandês, ainda assim muitos terão ficado, adaptados aos novos costumes e hábitos aqui adquiridos, ou com famílias constituídas, especialmente pelo interior; os que se passaram para o lado luso-brasileiro, os que se homiziaram em oportunidades diversas, os que tá tinham trocado a vida de soldado pela de criador, ou mesmo lavrador. Que tenham sido como salpicos no seio da população lusitana, mas mesmo assim concorreram para a formação das populações.

A grande alegação contra essa verdadeira reinterpretação do assunto, que pretendemos fazer, é a da ausência de nomes neerlandeses. Esses, em sua grande maioria, foram eliminados. O medo da perseguição xenófoba terá sido imenso. Os filhos trocariam sempre, nos nomes de seus genitores, o nome português pelo estrangeiro, ou essa permuta ou aportuguesamento do nome era logo efetuada pelo estrangeiro que desejava se ocultar ou, sociologicamente, ser assimilado pelo grupo dominante.

Nada obstante, as coisas em Sergipe tomam maiores dificuldades, pois os holandeses aqui andaram apenas em correrias, de passagem. Mesmo assim, limite sul do alcance batavo, as fugas e deserções terão se dado, lógicamente, pelos nossos sertões. Tem-se conhecimento de quantos se passaram para os lusitanos, por ocasião da queda do forte Maurício, como de outros. Ainda no século XIX, o hábil observador que foi o presbítero Marco Antônio de Souza anotava que, entre os habitantes de São Cristovam, àquele tempo, havia alguns identificavelmente de ascendência "holandesa". Todavia, os elementos brunos não se pres-

tam a uma pista para as investigações de que estamos cuidando; e o que mais complica a pesquisa, dificultando-a de maneira assustadora, é a preocupação generalizada das populações do nosso interior, de certos municípios como o de Itabaiana ou os da margem do São Francisco, de uma ascendência "holandesa". Aí existe, realmente, um verdadeiro mito, na expressão de Joaquim Ribeiro. Sente-se esse desejo latente em todos, ou em muitos. Não apenas nos que assim querem sempre explicar os tipos louros de suas famílias, mas até mesmo morenos e mestiços se preocupam em afirmar que descendem dos povos dos Países Baixos... Há, pois, um verdadeiro erro de generalização, que o consenso prática, quando raciocina que só descendentes de "holandeses" podem ser louros. Tivemos ensejo de esclarecer e argumentar, naquele nosso citado livro, que os alourados de Sergipe, em nossa opinião, descendem de portugueses, oriundos das províncias do Norte de Portugal e até de gente da Galícia espanhola, que para a Bahia vinha, justamente nos princípios do século XVII, saída do Porto, quando Sergipe começava a ser colonizado. São eles os núcleos familiares que se instalaram nos atuais centros de população do nosso Estado, provavelmente nos locais onde há esses redutos de alourados, ou de meio-louros, de cabelo castanho e bigode louro, descritos por Gilberto Freyre. Sem embargo, não se deve negar que haja resquícios de descendentes "holandeses" na massa de nossa população naquelas plagas, disseminados num inteiro anonimato. Impossível a pista das genealogias para encontrá-las. A retenção de caracteres antropofísicos, em face de acentuada endogamia, não só dêste Estado, mas da região nordestina em geral responde pela manutenção dos traços, decorridas três centúrias. Os conceitos de genética de que os caracteres louros e olhos azuis são sempre recessivos, enquanto os escuros são dominantes, mereceria uma melhor investigação e talvez ensejasse ligeiras reformas, em seus pormenores, numa população tão miscegenada como a nossa. Seria tarefa para pesquisadores e técnicos altamente credenciados. É o mais que se pode resumir ou conjecturar, sem quaisquer afirmações enfáticas do que está sempre sujeito a uma revisão. Nada mais a adiantar, em assunto tão delicado, difícil e complexo.

O ESPERANTO EM SERGIPE

(Memória apresentada ao XV Congresso Brasileiro de Esperanto e aprovada, por unanimidade).

ZÓZIMO LIMA

O ensino do Esperanto praticamente tivera início em Sergipe depois que aqui chegara, diplomado em medicina, o jovem dr. Alcebiádes Correia Paes. Seu velho pai, Cel. José Correia Paes, que muito antes exercera cargo de relevo na política alagoana, — pois que era, como seus filhos, natural de Palmeira dos Índios, — procurára, com a espôsa, alguns filhos e netos, as terras sergipanas, afim de exercer, como provisionado, a advocacia. Alcebiádes, depois do curso de preparatórios em Macéio rumara para o Rio, afim de cursar ali a Faculdade de Medicina, enquanto o velho, com outros rebentos, funcionava no fóro de Sergipe, como rábula. Terminara, por fim, o Cel. Correia Paes, como Secretário do antigo Tribunal da Relação do Estado, tendo falecido em 8 de julho de 1917, aposentado.

O dr. Alcebiádes Paes, muito moço, idealista, senhor de singular cultura e aguda inteligência, chegara a Aracaju em 1906, onde já se encontravam vários membros de sua família, com o objetivo de praticar a medicina. As suas inclinações incoercíveis para o magistério, entretanto, foram pouco a pouco absorvendo, terminando por afastá-lo definitivamente da profissão para a qual, com tanto sacrifício, lutara para nela exercer, de preferência, a sua atividade. Nomeado, dentro em pouco, por influência do seu futuro sogro, dr. Josino Menezes, político de grande prestígio, para lér a cadeira de inglês do Ateneu Sergipense, es-

tabelecimento padrão de ensino secundário no Estado, acudira-lhe, de logo, a idéia de introduzir, entre os seus alunos, em caráter particular, um curso de Esperanto, língua na qual se exercitara, com interesse, quando acadêmico, por influência dos drs. Couto Fernandes, Arruda Beltrão, Everardo Backeuser, Carlos Coutinho e Mota Mendes.

Os artigos de propaganda da língua criada pelo Dr. L. L. Zamenhof, publicados na imprensa carioca pelos des. Baggio de Araújo, Medeiros e Albuquerque e Artur Azevedo, eram, por iniciativa de Alcebiades Paes, para despertar entusiasmo na mocidade sergipana, transcritos e divulgados largamente pelas gazetas de Aracaju. Alcebiades, como professor secundário, não só no ginásio oficial, como em outros particulares, onde ministrava, com proficiência, o ensino de inglês, português, francês, geografia, História Natural, da Civilização aproveitava sempre a oportunidade para proclamar as excelências e a necessidade de se conhecer o Esperanto, como indispensável instrumento de intercâmbio cultural.

E fundou, com entusiasmo, devido à sua catequese disciplinadora do novo idioma, da inteligência de Clarindo Diniz Gonçalves, Godofredo Diniz, José Lins de Carvalho, Artur Fortes, Niceu Dantas, Temístocles Freire, Misael Viana, Otoniel Amado, Demócrito Rocha, Ulysses Sampaio, Leoncio Contreiras, Orlando Leite, senhorinhas Luiza Pais, Norma Reis, Cesartina Regis, Zizinha Guimarães, Ester Regis, Cecília Curvelo e muitos outros, o assás movimentado "ESPERANTO-KLUBO", colméia de intelectuais de onde saíam, às centenas, a caminho da vitória, no futuro, em outras terras, médicos, bachareis, dentistas, farmacêuticos, generais, professores, clérigos, comerciantes e funcionários.

Para mais ampla vulgarização do Esperanto, Alcebiades Paes infiltrava-se nas associações esportivas, tornando-se certa feita, por aclamação dos seus associados, presidente do antigo e famoso "CLUBE ESPORTIVO SERGIPE", onde, também poderosamente, se fez sentir a sua ação evangelizadora de apóstolo do idioma internacional.

Já era, também, a esse tempo, diretor do afamado Colégio "TOBIAS BARRETO", estabelecimento de ensino secundário

sobremodo conhecido em todo o Brasil. A sua atividade, então, desdobrou-se de maneira assombrosa. O Esperanto era conhecido por todos os seus alunos, os quais trocavam saudações, como os do Ateneu, naquela língua. Em todas as escolas, associações, reuniões, passeios, convescotes, palestras particulares, Alcebiades encontrava sempre motivo para trazer à baila o Esperanto. Era uma monomania. Moços pobres, filhos de operários, que não podiam frequentar o curso ginasial, por intermédio de Alcebiades conseguiam matrícula gratis, contanto que o procurassem para a aprendizagem do Esperanto. Assim aconteceu com o jovem Zuzartino César, filho de modestíssimo trabalhador da Leste Brasileiro, que, desgraçadamente, faleceu de variola, em Salvador, em 1918, quando, como telegrafista, estudava medicina. Alcebiades deu-lhe todo o amparo, pregarou-o em humanidades e arranjou-lhe, até, a nomeação de telegrafista com o *samedeano* dr. Couto Fernandes.

Eram concorridíssimas, à noite, num dos amplos salões da Escola Normal, as aulas de Esperanto. As livrarias da cidade andavam providas, à farta, dos tratados e dicionários de Porto Carreiro Neto, Carlos Domingues, Couto Fernandes, Ismael Braga, Mota Mendes, Zamenhof, Privat, Carlo Bourlet. As moças e os rapazes, nas ruas e jardins, dialogavam em Esperanto. E Alcebiades não descansava. Trabalhava até 14 horas seguidas, com intervalo apenas para as refeições. Doente, com o fígado avariado pela hepatite aguda, muitas vezes dava aula com um saco de água quente sôbre a região dorida. Vivia mais para os seus discentes do "ESPERANTO-KLUBO" e do "SAMEDEANINARO", anexo aquele.

Das festas do "ESPERANTO-KLUBO" ainda hoje se fala com saudade. Eram declamações, recitativos, diálogos, que terminavam sempre com bailes deslumbrantes, aos quais compareciam: os rapazes, de branco, com o emblema do Esperanto na lapela, e as moças, vestidas de verde.

Era mistér, agora, oficializar o ensino do Esperanto nos estabelecimentos oficiais de ensino secundário. Alcebiades pleiteou-o e conseguiu-o. Por decreto de 21 de outubro de 1918, assinado pelo presidente Oliveira Valadão, era instituído o ensino facultativo do Esperanto no Ateneu, na Escola Normal e nas

Complementares. O projeto vitorioso fôra apresentado à Assembléia pelo deputado Edson Lacerda, com aprovação unânime. Andavam de mão em mão, lidas nas aulas e nos parques, revistas como "Suda-Krucero", da Austrália, "Esperanto", da Suíça, "Nederlanda Esperantisto", "Heroldo de Esperanto", da Holanda, e muitas outras publicações esperantistas das Américas, da Europa e da Ásia.

O organismo de Alcebíades ia aos poucos definhando, mas a sua vontade férrea resistia bravamente aos ataques da insidiosa moléstia que o levaria ao túmulo. Não havia conselho médico, advertência de amigos, súplicas da família que o afastasse da sua idiopatia esperantista. Poderia faltar, por doença, aos outros cursos, menos ao de esperanto, em casa, no próprio leito de enfêrmo.

Como se lhe agravassem progressivamente os males, os amigos propunham-lhe repouso em diversas localidades do interior. Baldadas tentativas. Alcebíades não abandonava o posto de combate, que era a sua cátedra. O gigante ia aos poucos se abatendo aos insultos de incurável crise mesentérica. Os filhos, no Rio, pouco sabiam, por intermédio da família, interessada em não criar estado de alarme entre os rapazes por quem o pai, — afim de mantê-los, um no Colégio Militar e outro na Faculdade de Medicina, — perdia a saúde em consequência do trabalho sobre-humano desenvolvido nas cátedras de diversos estabelecimentos de ensino.

Na tarde de 20 de julho de 1937, aos 44 anos de idade, em sua residência, à rua de Campos, fechava os olhos para sempre o grande lidador. Consternação geral. Luto Oficial. Escolas, instituições particulares, sociedades recreativas, esportivas, literárias, a igreja, o clero, o comércio, as fôrças armadas, o funcionalismo público, o professorado de todas as categorias, acompanharam, ao som de duas bandas de música militares, os despojos mortais de Alcebíades Paes ao Cemitério Santa Isabel. Repousa, para sempre, num modesto mausuleu, em cuja lapide se acha uma significativa inscrição em Esperanto.

Começou, então, desde a data da sua morte, a decadência do Esperanto em Sergipe. Os discípulos, morto o Mestre, tomaram rumos diferentes, abraçando profissões diversas em terras dis-

tantes. Sua memória, porém, entre os sergipanos é imperecível. Assim é que, anos depois, por Ato n. 12, de 23 de fevereiro de 1933, satisfazendo velha aspiração de Alcebiades, que o desejava, quando vivo, pelo Prefeito Camilo de Calasans foi dado o nome de Rua "ESPERANTO" à antiga rua de Esperança, no bairro Santa Isabel, de Aracaju. Ainda por decreto-lei n. 7, de 5 de fevereiro de 1938, do Prefeito Godofredo Diniz, foi denominada "ALCEBIADES PAES" a Praça de Esporte da Atalaia, aprazível e frequentadíssima praia balneária na orla atlântica de Aracaju. Era outra homenagem ao grande pioneiro do esperanto em Sergipe, ao desportista, ao mestre ilustre, ao intelectual, autor do apreciado volume didático, geográfico, intitulado "AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA", ao bom filho, carinhoso pai, desvelado espôso, incomparável amigo que desapareceu na flôr dos anos, deixando raro exemplo de trabalho e amôr aos pobres e aos humildes.

O PRIMEIRO CENTENARIO DE FELISBELO FREIRE

ALEXANDRE PASSOS

Ainda não se escreveu, definitivamente, a história da campanha em prol da adoção do regime republicano no Brasil, e quem se entregar a êsse estudo encontrará nomes que, no presente, quase passaram ao olvido. Um dêles é o de Felisbello Firmo de Oliveira Freire.

Não se trata de um adesista a clubes, ou que, instigado por terceiros, aderisse à causa; mas de um autêntico lutador pelo ideal que a 15 de novembro de 1889 se concretizava, graças a um grito do marechal Deodoro da Fonseca, minutos antes articulado, como refôrço ao pensamento de substituição do ministério de 7 de junho, mais conhecido como ministério Ouro Preto.

Êsse desfêcho não teria sido fácil, ou, melhor a aceitação dêle, se os Estados não estivessem em condições de dar, imediatamente, sua adesão, tendo pronto, como num passe de mágica, o pessoal para as primeiras investidas. Ao norte do país, poucas pessoas acreditavam na mudança do regime, enquanto os núcleos de republicanos confessos, pelo menos, era muito reduzido e solidarizava-se com a precipitação dos acontecimentos.

Felisbello Freire era um dos poucos que lutavam por êsse objetivo, na sua província de Sergipe, pois, desde os bancos acadêmicos manifestara inclinação sincera pela forma republicana.

Na Faculdade de Medicina da Bahia, durante o período de 1876 a 1881, revelaria, nas rodas acadêmicas, aquêlê desejo, acompanhando o surto de idealismo de antigos monarquistas, então descendentes, e de jovens da sua geração. Foi o que, certa vez,

me asseverou outro brasileiro illustre e esquecido, nascido em Sergipe e formado naquela faculdade, um ano após Felisbello, o dr. José Rodrigues da Costa Dória, que viria a ser, mediante provas excellentes, professor dela.

Alguns dos professôres da velha escola médica, embora não externassem o que pensavam do regime, não escondiam o indifferentismo. Um apenas, abertamente, mais tarde, romperia as conversações, Virgílio Damásio, que, por sinal, às vésperas da proclamação, chefiaria os poucos, mas sinceros correligionários. Manuel Victorino, apesar do seu espirito liberalíssimo, dedicara-se, como Almeida Couto, Jerônimo Sodré e Luís Anselmo da Fonseca, à campanha pela emancipação do elemento servil.

Contudo, não se pode negar, nem censurar a posição dos professôres de medicina de, pelo menos, aparente fidelidade ao trono, o qual nas últimas reformas aumentara o seu prestígio. As escolas superiores, à época, gozavam de privilégios e os seus professôres, ao atingirem o vigésimo quinto ano de exercício integral do magistério, além das honras de desembargadores, para efeito de vencimentos, eram contemplados com o título de conselheiros do Império.

Seria uma ingratidão a D. Pedro II um rompimento ostensivo com o regime vigente, pelo menos enquanto vivesse o Imperador, que considerava um professor das pouquíssimas e eficientes escolas superiores do seu tempo homens de saber e de bons serviços ao ensino, mercê dos regimentos internos desses institutos, que os disciplinava.

Nada disso fôra estranho a Felisbello Freire, que, desde os últimos preparatórios, se destinara a lutar e a vencer pelo estudo, a melhor arma para os homens inteligentes, ainda que, algumas vêzes, em certos momentos, lhes causem desânimo e dó dos invejosos, que não querem ou não podem seguir a mesma diretriz.

A Bahia não aderiu ao manifesto republicano, lançado a 3 de dezembro de 1870, no Rio de Janeiro, um mês justo, após a fundação do Clube Republicano; mas, indiretamente o prestigiou, através de um ou outro descontente. Terminada, naquêlê ano, a 1º de março, a guerra contra o ditador do Paraguai, grande parte das glórias coubera à velha província, ao que se não

deixara de manifestar o Imperador. Como romper, sem mais aquela, com um amigo que a não esquecera?

Todavia, o sentimento republicano se manifestaria com o primeiro jornal surgido em 1870, na cidade de Cachoeira, *A Sentinela da Liberdade*, recordando o periódico de Cipriano José Barata de Almeida, nos primeiros anos do Império; e, em 1871 *O Popular* aderiria ao movimento. Em 1872, surge um clube, tendo como órgão *A Tribuna*. Ainda nesse ano, funda-se o periódico *A República*. Claro que êsses semanários duravam pouco.

E as coisas iam assim, sem que os presidentes da província tomassem a sério essas manifestações públicas de idealismo. Consideravam-nas passa-tempo de jovens e adultos, os quais, com o correr dos dias, mudariam de idéia. O Imperador também pensou da mesma forma, até o momento em que, com a família, apressadamente, foi convidado, por ordem do Governo Provisório, a embarcar no vapor "Alagoas"...

"Tudo começa pequeno", dizem os denominados matutos, — porque moram distantes dos centros civilizados e não receberam instrução.

Até que, em 1881, o cônego Rodrigo de Oliveira Menezes e o dr. Francisco Gil lançam *O Horizonte*, periódico republicano como o seu homônio de 1872 redigido pelo primeiro. Naquele ano se formaria Felisbello Freire, que apesar das preocupações no preparo da tese de doutoramento, é o mais constante dos seus colaboradores.

Foi a sua estréia oficial e prática, como republicano. O seu exemplo frutificaria, uma vez que, ao lado dos clubes emancipacionistas da velha escola, fundava-se outro contrário ao regime, com o seu órgão *O Acadêmico*. A turma que se diplomou em 1888 era, em sua quase totalidade, constituída de republicanos.

Após um tirocínio brilhante, culminando com a defesa da tese, "Os caracteres clínicos da cirrose hipertrófica são suficientes para classificá-la como uma moléstia de cirrose atrófica? Das complicações cardíacas nas diversas formas e nevrites e sua patogenia. Asfixia por submersão: considerações acêrca da eclâmpsia e seu tratamento", aprovada com distinção, rumo para a sua província natal, fixando-se em Laranjeiras. Aí monta o

seu consultório médico, confirmando, na clínica, o que foi o estudante, como provam algumas monografias a respeito de observações de casos raros e de difícil diagnóstico. Nas horas de ócio da profissão, entregava-se ao estudo de ciências do direito, da história pátria e da Sociologia, ciência nova e ainda em formação, que encontrou no ilustre sergipano um dos seus primeiros adeptos brasileiros. A êle estava reservada a glória de ser o animador, em Sergipe, da campanha pela implantação do regime republicano no Brasil, além de outras manifestações do seu idealismo, arregimentando prosélitos ; e, a 1º de março de 1885, em continuação de outro *O Horizonte*, por êle fundado, em Laranjeiras, a apresentação do primeiro número de *O Laranjeirense*, órgão do clube republicano, que, com abnegação e esforço, conseguira organizar.

Ao tempo em que procurava aumentar o número de aderentes à causa, estudava e produzia, já o sabemos. A 25 de novembro de 1887, numa das sessões do clube, que, para atrair simpatizantes, também mantinha feições recreativas e cultural, leu a sua conferência "Evolução da matéria, leis e causas de suas formas", impressa no ano seguinte, no mesmo município.

O Laranjeirense, após a abolição, passou a denominar-se *O Republicano*, circulando até a transferência do seu proprietário, principal redator e, inúmeras vezes, único compositor, para Aracaju, quando assumiu o cargo de governador do Estado, nomeado pelo Governo Provisório. Foi o primeiro do regime para o qual trabalhara.

Ao lado de personalidades de valor, algumas das quais com a experiência das assembleias provinciais, do Senado do Império e da Câmara temporária, êle se revela inteligente, culto e corajoso.

Refiro-me à sua atuação na primeira Constituinte e na legislatura ordinária que a esta seguiu, pois Felisbello teve que deixar o governo para, eleito pelos sergipanos, figurar entre os seus primeiros representantes.

No âmbito federal, êle teria oportunidade de demonstrar o quanto aproveitara nas leituras a que se entregara, nos ócios da clínica, na histórica Laranjeiras.

Discutiu questões orçamentárias e econômicas, com maestria. Houve até quem escrevesse ter êle impressionado pelo seu espírito enciclopédico.

Certa feita se contrapôs a Ruy Barbosa, causando espanto, pois, na defesa do seu ponto de vista, devidamente esclarecido, arremetia contra quem quer que fôsse. "Nos seus pareceres — escreveu outro articulista, quando do seu falecimento — nos seus pareceres sempre revelava cultura". E mais adiante: "Foi dos maiores conhecedores, no seu tempo, da história orçamentária do Brasil".

Na Câmara dos Deputados, foi relator da Comissão de Reorganização dos Estados, depois do movimento de 23 de novembro de 1891, e do julgamento do Congresso sôbre a constitucionalidade da decretação do estado-de-sítio a 10 de abril de 1892 e do projeto de anistia.

Foi dos poucos defensores do marechal Floriano Peixoto, que a 21 de abril de 1893, o empossava na pasta das Relações Exteriores da qual, pouco depois, o transferiu para a da Fazenda.

Apesar de o país estar perturbado pela revolução da Armada, trabalhou com afinco, pondo mais uma vez a prova os seus conhecimentos de Economia Política e de Finanças.

Os inimigos de Floriano o atacaram também e até com certo rigor. Em ocasiões que tais os defensores e colaboradores daquele que se quer destruir sofrem mais do que êste.

Não lhe sendo possível completar, como desejava, o seu programa, demitiu-se, sem nenhuma quebra de solidariedade a Floriano, dando posse ao seu substituto e antigo companheiro de lutas parlamentares, o dr. Alexandre Cassiano do Nascimento, da representação sulriograndense e, como êle, republicano da velha guarda.

Assim, de acôrdo com a Constituição de 24 de fevereiro de 1891, perdeu o mandato de deputado, pois fôra obrigado a renunciá-lo, não voltando à Câmara na legislatura seguinte.

Esse intervalo da política militante aproveitou-o Felisbello no estudo, na elaboração de livros e na redação de jornais, pois antes redigira mais de um diário carioca, tendo escrito no *Jornal do Brasil* uma série de artigos a respeito do *Habeas-Corpus*.

Em 1897, é reconduzido à Câmara. Mas a ela não retorna em 1900, porém nas legislaturas de 1903 a 1905; e 1909 até o seu falecimento, sendo, portanto, reeleito em 1912 e em 1915.

Os hiatos nas suas reeleições não significam desconsideração a sua pessoa pelos governadores da época e do eleitorado, mas a necessidade de renovar a bancada, então composta de quatro deputados, de novos valores. E Sergipe se pode ufanar de ter mandado para a Câmara dos Deputados, — a que foi interrompida a 24 de outubro de 1930 —, figuras representativas da cultura ou do prestígio eleitoral.

Felisbello Freire trabalhou muito. Além das obras mencionadas, publicou, no Rio de Janeiro as que, a seguir, relaciono, pelo menos aquelas das quais tenho conhecimento, porque as manuseei e as li na Biblioteca Nacional e na Biblioteca Municipal do Distrito Federal.

“História de Sergipe (1575-1855)”, 1891, do prefácio da qual, assinado a 6 de fevereiro do mesmo ano, transcrevo o trecho seguinte: “Em período, como o que atravessamos, em que o espírito de iniciativa levanta-se em tôdas as direções, compreendi e compreendi muito bem que a indiferença que têm votada a Sergipe, não só os governos do regime decaído, como os historiadores nacionais, contribuiu poderosamente para o atrazo em que tem êle permanecido”. Nesse trabalho desmascara a lenda de Robêlio ou Robério Dias, filho natural de Belchior Dias Moreira, neto do *Caramuru*, como descobridor das minas de prata, jamais reveladas. “História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil”, em três volumes, 1894. “O Ex-Ministro da Fazenda ao Público (Questões das Loterias)”, 1895. Tendo defendido, na Câmara a situação do marechal Floriano a cujo governo emprestaria sua colaboração, teria que sofrer as iras de muitos inimigos, daí as acicatadas que, freqüentemente, recebeu. Todavia, jamais deixou de revidá-las, por escrito, como no livro ora citado.

O ano de 1896 foi de grande produtividade para êle, assim é que lançou à publicidade os “Elementos de História Natural (Botânica e Zoologia)” para uso das escolas primárias; a “História do Brasil”, para o mesmo fim e aprovada pelo Conselho de Instrução da Capital Federal; “Noções de Direito Pátrio e

Economia Política” para as escolas de 2º grau ; e “História da Revolta de 6 de setembro de 1891”, com a seguinte dedicatória : “Aos republicanos que ajudaram ao governo a defender a Lei e a República”. Partícipe indireto dos acontecimentos, ao lado da legalidade, êste livro causou celeuma pelas verdades nêle contidas, sem reбуço. É raríssimo. Em dois volumes a Biblioteca Nacional possui apenas o primeiro.

“As Constituições dos Estados e a Constituição Federal”, 1898; “História Territorial do Brasil”, I volume, 1900; “História da Cidade do Rio de Janeiro (1500-1700), I volume, 1901. É também raro e parece não ter sido concluído. “História do Banco do Brasil”, 1907. Felisbello Freire, em 1891, já era sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Filho do major Felisbello Firmo de Oliveira Freire e de Dona Rosa do Amarante Góis Freire, Felisbello Freire nasceu a 30 de janeiro de 1858, completa hoje um século, em Itaporanga. Às 3 horas da madrugada de 7 de maio de 1916 falecia em sua residência, na Rua São Francisco Xavier, sendo os seus despojos inumados, às 9 horas do dia seguinte, no Cemitério de São João Batista.

A pedido do general Manuel Presciliano de Oliveira Valadão, seu antigo companheiro, desde a Constituinte, e governador de Sergipe, a família consentiu fôsse o funeral custeado pelo seu Estado natal.

Apesar das aleivosias que lhe foram atiradas, em certa época, Felisbello era de caráter sóbrio e morreu pobre, para um homem que exercera altas investiduras.

Reverenciado no Senado e na Câmara, por conterrâneos, merece lembrado o discurso do deputado Pedro Moacir, que, no próprio nome, recordando a velha amizade que o unia a Felisbello, procurou ser justo.

Transcrevo alguns tópicos dêsse trabalho, por fugir êle ao comum dos discursos laudatórios.

“... Sr. Presidente, sou o primeiro a reconhecer que Felisbello Freire não possuía talvez a qualidade fundamental geralmente atribuída a quem possa merecer o epíteto de intelectual, isto é, o esmero da forma. Em tudo quanto êle escreveu, desde

a sua primeira até a sua última produção, nota-se, infelizmente, um grande desleixo na frase”.

Realmente, Felisbello, segundo parece, escrevia como pensava, e de um só jato. Não revia o trabalho, após a sua conclusão, mesmo em provas tipográficas, quando dados à impressão. Preocupava-o a autenticidade dos fatos, por êle pessoalmente pesquisados, como deve fazer quem procura ensinar por meio da crônica, do artigo, da conferência e do livro. Enfim, ensinar certo.

Todavia, a sua concatenação não é má. O rigoroso Capistrano de Abreu, que a raros elogiava, tinha-o em boa conta, como pesquisador exato e narrador, segundo me afirmou há meses, em Lambari, outro mestre da História, o saudoso Basílio de Magalhães.

“Sr. Presidente, — continua Pedro Moacir —, Felisbello Freire foi vítima de grandes campanhas de difamação. Houve nessas campanhas de difamação — por que negá-lo? — uma certa parte de justiça.

A Câmara vê que eu estou examinando a personalidade de Felisbello Freire sem falso sentimentalismo. Um homem político, enquanto vivo, e, depois de morto, pela sua memória, está ou deve estar perpétuamente sôbre a mesa do anfiteatro da crítica.

Deve-se dizer dêle o que fêz de bom e o que fêz de mal, em favor do seu país, das idéias que abraçou e do momento histórico em que viveu e se desenvolveu. Muitas acusações poderiam ser verdadeiras; mas acima de todos os erros e contingências, apenas provenientes da sua miserável argila — tão miserável quanto a de todos nós — acima de qualquer deslize que a sua vida muito pessoal ou particular pudesse ter, e sôbre os quais, pouquíssimos ou raros serão, aqui e fora daqui, capazes, com justiça, de atirar a primeira pedra; acima de seus erros nunca lesivos ao interêsse supremo da coletividade, e menos ainda aos ideais cívicos e republicanos, dos quais foi sempre um legionário indefeso, estavam as suas altas qualidades de espírito e de coração.

É valioso testemunho para o estudo psicológico do dr. Felisbello de Oliveira Freire, cuja memória honra o Brasil e o seu

querido Sergipe, aos quais, com a República, êle dedicou cêrca de quarenta anos de vida.

Bem merecidas, pois, as homenagens que se lhe prestaram no primeiro centenário do seu nascimento, neste 30 de janeiro de 1958.

Rio 30-I-958.

A VISITA DO IMPERADOR À ESTÂNCIA

ARIVALDO S. FONTES

Vasculhando documentos antigos, encontrei um caderno de apontamentos de José da Costa Lisboa Júnior, fundador do Trapiche "Costa" de Estância, referente à visita de D. Pedro II àquela cidade sergipana.

O autor foi Juiz de Paz nos quadriênios 1869-72 e 1873-76. Exerceu a vereança pela Cidade, tendo em 1871 representado a Câmara Municipal numa visita ao Arcebispo da Bahia, Conde de São Salvador, que viajava pela sua arquidiocese.

Em 1874 (Resolução 986, de 7 de Maio) foi-lhe concedido o privilégio de "organizar uma empresa de trilhos de ferro para o serviço chamado de bonds". Poderia explorar o serviço durante 50 anos, mas a realização da empresa deveria ser feita em 4 anos. Ligaria o porto à cidade da Estância.

Por ocasião da visita do Imperador à cidade sergipana, deixou gravadas nas páginas do seu caderno a impressão do acontecimento.

Eis a transcrição do documento :

"Foi visitada esta cidade por SS MM II no dia 19 de Janeiro às 3 1/2 horas da tarde ; assistirão até o dia 21, que embarcarão às 5 horas da manhã ; forão bem recebidos ; apresentarão-se mil cento e tantos Guardas Nacionais ; foi feita a Guarda de Honra pellos officiaes da Guarda Nacional, sendo o 1º quarto o Cmte. das Armas, o Sr. Cmte. Superior ; na noite do dia 20, além de

muita iluminação no geral, estavam o Palanque, a Matriz e a rua do Rozário formozamente iluminados; reuniu-se um Batalhão Veterano, sendo eu o Cmte do mesmo, nomeado pelos Briosos Estancianos e assim seguiu ao Paço, estando à frente a Muzica da Policia de Aracaju; ahí depois de cantar-se o Hyno Nacional e (dados) muitos vivas, o cidadão José Maria Gomes de Souza (1) declamou uma rica Poesia que foi ellogiada pela Comitiva Imperial; assim depois o Sr. Juvino Barretto declamou igualmente; uma filha de Francisco Pacheco de Avilla leo uns versos e depois seguiu o Batalhão a percorrer as ruas desta cidade tendo dispersado se as 11 1/2 horas da noute. Sua Majestade qualificou o recebimento nesta Cidade em 4º grau. A Guarda Nacional formada em uma Brigada foi comandada pelo Cmte. Superior Martins Fontes (2), tendo em 2 Batalhões o 1º Comandado pelo Sr. Te. Coronel Paulo de Souza Vieira (3) e o 2º por mim. Estância, 21 de janeiro de 1860. Lisboa Júnior”.

(1) — José Maria Gomes de Souza (1839-1894), poeta e professor.

(2) — Joaquim Martins Fontes — era Cmte. Superior da Comarca da Estância desde 1837. Faleceu pouco depois (a 20 de agosto de 1860, no Município de Laranjeiras).

(3) — Paulo de Souza Vieira, cunhado do autor do manuscrito, faleceu em 1862.

O PAN-AMERICANISMO NA HISTÓRIA DO BRASIL

JOSÉ AMADO NASCIMENTO

Do Instituto Histórico e Geográfico de
de Sergipe

Os princípios do pan-americanismo se vieram elaborando, nestes dois séculos de vida americana, a partir de 1823, quando foi formulada a clássica "Doutrina de Monroe".

Formulou-a o presidente James Monroe, que governou os Estados Unidos da América do Norte, no período de 1817 a 1825. Foi a doutrina que serviu para consolidar a independência das colônias espanholas na América, e negava às nações européias o direito de intervir em negócios americanos.

— "Esses princípios, ao tempo de Monroe, abrangiam quatro disposições :

1. — O direito indiscutível de independência e autonomia dos Estados constituídos na América.
2. — Os Estados europeus não podiam intervir na vida interna dos Estados americanos.
3. — O território americano não era mais passível de conquista.
4. — Era defêsa (proibida) a ocupação de território americano por *Estados Europeus*; o que existia, ou era independente, ou colônia estabelecida" (PEDERNEIRAS, Raul — DIREITO INTERNACIONAL COMPENDIADO — Décima Edição — 1953 — Livraria Freitas Bastos S. A. — Rio — Pag. 196).

O ideal pan-americano começa, porém, a ganhar terreno a partir de 1889 quando se realizou, em WASHINGTON, a Primeira Conferência Pan-Americana, convocada pelo Governo dos Estados Unidos. Outras Conferências se realizaram, tais como: México, 1901-2; Rio de Janeiro 1906; Buenos Aires, 1910; Santiago do Chile, 1923; Havana, 1928; Montevideú, 1933. Desde a primeira conferência, foi criado um órgão inter-americano que se veio transformar, depois, na atual União Pan-americana que é o órgão central, sede permanente e secretaria da Organização dos Estados Americanos — O. E. A.

Além daquelas reuniões enumeradas, muitas outras Conferências, Congressos e Encontros se efetuaram, seja definindo princípios, seja auscultando as opiniões dos povos americanos, seja acertando as mais convenientes soluções para os problemas comuns (ver HOCHLEITNER, Max — DERECHO INTERNACIONAL PÚBLICO — 1952 — Editorial Depalma — Buenos Aires — Pags. 109 a 130).

A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

Tomou parte o Brasil em tôdas essas reuniões inter-americanas, dando sempre seu apóio aos ideais de solidariedade dos povos da América. Foi sempre, aliás, um dos defensores da doutrina do presidente Monroe, doutrina que os Estados Unidos aplicaram nas suas relações com o nosso País, desde a proclamação da independência do Brasil.

O testemunho autorizado é do Barão do Rio Branco, à vista dos documentos do Itamarati.

D. Pedro I dera, em 7 de setembro de 1822, o célebre grito de "Independência ou Morte". Constituíra-se o Império do Brasil como nação politicamente independente de Portugal, contra cujas tropas lutámos em nosso território. Para firmar-se a nossa independência, seria mistér o seu reconhecimento nas relações internacionais.

Ora, foram os Estados Unidos da América do Norte, logo no comêço de 1824, o primeiro país do mundo a reconhecer a nossa independência, a receber o representante diplomático do Imperador do Brasil (ver RIO BRANCO, Barão do — O BRASIL, OS

ESTADOS UNIDOS E O MONROISMO — in “Cultura Política” — Ano II N. 17 — Julho, 1942 — Rio — Pags. 9/11).

Passam-se os anos, consolida-se o Império, cria prestígio com D. Pedro II. Este, porém, envelhece e a monarquia brasileira entra em decadência. É, então, proclamada a República no Brasil. É 1889, a 15 de novembro. Já no ano seguinte, a 29 de janeiro, o representante do Brasil era recebido solenemente pelo presidente dos Estados Unidos (ver JORGE, A. G. de Araujo — ENSAIOS DE HISTÓRIA E CRÍTICA — 1948 — Serviço de Publicações do Instituto Rio Branco — Rio — Pags. 147/8 e 173/7).

Veio o Pan-americanismo se realizando através de Conferências e, ultimamente, através de uma organização de caráter jurídico: a Organização dos Estados Americanos. Daquelas o Brasil participou. Nesta o Brasil toma parte.

Relativamente ao Brasil, queremos destacar a III Conferência Pan-americana, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em julho e agosto de 1906, à qual comparecera Mr. Elihu Root, Secretário de Estado Norte-Americano.

“Tanto a escolha do Brasil para sede do Congresso, quanto a viagem do Secretário representavam, em boa parte, um triunfo do Encantador” Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, nosso embaixador nos Estados Unidos: é a informação que nos dá Luiz Viana Filho. Coube a presidência honorária da Conferência ao Barão do Rio Branco, ministro das relações exteriores do Brasil, mas “coube a Nabuco a efetiva direção dos trabalhos”. O chefe do Departamento de Estado norte-americano foi saudado no Senado pelo Conselheiro Rui Barbosa. E Luiz Viana Filho conclui:

— “O êxito da Conferência fôra completo. Do balanço dos trabalhos ressaltavam quatro deliberações importantes:

- a) ratificara-se a adesão ao princípio do arbitramento, ao qual a Conferência de Haia deveria dar forma definitiva;
- b) criara-se uma comissão de juristas para elaborar os projetos de códigos de direito internacional público e privado;

- c) reorganizara-se o Bureau Internacional das Repúblicas Americanas, em Washington ; e,
- d) por último, recomendara-se aos governos solicitarem, da Conferência de Haia, o exame da tese do chanceler Drago” (VIANA FILHO, Luiz — A VIDA DE JOAQUIM NABUCO — 1952 — Companhia Editora Nacional — São Paulo — Pags. 303, 317, 318 e 319).

Um dos princípios do pan-americanismo é o de que “a agressão a um Estado americano é considerada como agressão a todos os Estados americanos”. Ora, em dezembro de 1941, os Estados Unidos foram atacados pelo Japão. O Brasil declarou-se imediatamente solidário com a nação agredida. E tomou parte saliente na Reunião de chanceleres que se realizou no Rio de Janeiro, no começo do ano de 1942.

— “De tôdas as Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas — é um diplomata quem fala — a mais transcendente, por força das circunstâncias e pela importância das deliberações tomadas, foi a III, convocada pelo Governo dos Estados Unidos, sob a impressão do abalo produzido pelo ataque das forças aéreas japonesas às bases americanas do Pacífico, instalada no Rio de Janeiro, a 15 de janeiro de 1942, e encerrada a 28 do mesmo mês. Iriam entrar em jôgo, pela primeira vez, diante de uma agressão direta ao Continente, os princípios da solidariedade americana, longa e penosamente elaborada em mais de um século de esforços conjuntos” (BARROS, Jaime de — CONSEQUÊNCIAS DA 3ª REUNIÃO DE CONSULTA DOS CHANCELERES AMERICANOS — in “Cultura Política” — Ano II — Nº 22 — Rio, dezembro, 1942 — Pag. 46).

Ao instalar-se a Reunião, compareceu o Presidente Getúlio Vargas que, em discurso da maior repercussão, reafirmou a solidariedade do Brasil à obra de defesa do Continente. Ao encerrar-se aquela Reunião de Consulta, o Brasil adotava uma de suas

recomendações e rompia relações diplomáticas, comerciais e financeiras com os países do “eixo”: Alemanha, Itália e Japão.

Depois, ainda em 1942, nós mesmos fomos agredidos pelas potências do “eixo”, entramos na guerra e contamos com o auxílio dos Estados Unidos. Com êles igualmente colaboramos, cedendo tratos de nosso território para a construção de bases aéreas, em Bélem, Natal, Recife e Salvador.

Outro princípio do pan-americanismo é o de que “os conflitos entre os Estados sòmente terão solução pacífica”. O pan-americanismo é paladino da arbitragem para solução das questões internacionais.

Ora — consoante ensina o diplomata Hildebrando Accioly — “várias vezes, figurou o Brasil como árbitro entre outros países. Isto se deu nos seguintes casos :

- 1º) questão do Alabama, entre os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha, resultante de fatos ocorridos durante a guerra de secessão americana ;
- 2º) reclamações mútuas franco-americanas, por danos causados pelas autoridades civis ou militares dos Estados Unidos da América e da França, quer durante a guerra de secessão, quer durante a expedição do México, a guerra franco-prussiana de 1870, e a Comuna ;
- 3º) reclamações da França, Itália, Grã-Bretanha, Alemanha etc. contra o Chile por danos sofridos por nacionais dos países reclamantes, em consequência de operações de guerra na Bolívia e no Peru”.

Para a solução de seus casos internacionais, também o Brasil tem recorrido ao sistema da solução por arbitragem (ACCIO-LY, Hildebrando — MANUAL DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO — 4ª ed. — 1958 — Edição Saraiva — São Paulo — Pags. 313/315).

Ainda, fiel ao princípio pan-americano, temos conservado a paz no continente e procurado manter as melhores relações possíveis com os países sul-americanos, como aconteceu recente-

mente com o Equador e a Bolívia, segundo o depoimento do ex-Ministro Macedo Soares. Disse aquêlê diplomata compatriçio :

— “Pela primeira vez na História do Brasil, um Chefe de Estado visitou países do Pacífico, desfazendo o mito de que os Andes fôsem uma barreira quase intransponível. Pela primeira vez também em nossa história, um país amigo, após memoráveis negociações em Quito, ofereceu ao Brasil, com plena compreensão do alcance dessa política, um pôrto no Pacífico.

“Alargando a projeção da nossa política continental, cumpria procurar resolver velhos assuntos pendentes com o vizinho que mais extensas fronteiras conosco tem. Após longas e complexas negociações, fui assinar em La Paz — o primeiro Chanceler brasileiro a subir o Altiplano boliviano — trinta e um instrumentos internacionais, que constituem marco solene de uma nova era de ação a desdobrar-se no “hinterland” da América do Sul” (Discurso ao deixar a Pasta, em 1958).

Já muito antes, em 4 de maio de 1943, o Presidente da República do Brasil, “considerando que as afinidades e as boas relações entre o povo brasileiro e o paraguaio devem por todos os meios intensificar-se”, baixava um Decreto-Lei cujo Art. 1º tinha a seguinte redação :

— “É declarada inexistente, a partir desta data, para todos os efeitos, a dívida da República do Paraguai para com o Brasil, constante do Tratado de Paz, firmado em Assunção a 9 de janeiro de 1872”.

Tal Decreto-Lei foi baixado por ocasião da visita que nos fazia o Presidente Morinigo, do Paraguai, quando, então, se assinaram tratados de amizade e de comércio, entre as duas nações irmãs. Esse gesto, que fôra recebido em todo o nosso país com a maior simpatia, deve ter concorrido para estreitar ainda mais as relações entre os 2 povos, pois, demonstrou, da parte do

Brasil, a ausência de quaisquer ressentimentos ou resquícios de ódio provenientes da guerra de 1865/1870.

A observação do ex-Chanceler Macedo Soares, de um pôrto no Pacífico para o Brasil, agora obtido, pode-se responder com a atitude do Brasil que, em 1941, "criou em Santos — segundo pôrto sul-americano — um entrepôsto franco para as mercadorias do Paraguai, de exportação e importação", entrepôsto que se instalou em 1943.

"O Brasil satisfaz, assim, uma das maiores aspirações do Paraguai, proporcionando-lhe a oportunidade de debruçar-se no Atlântico" (in "Cultura Política" — Ano III — Nº 28 — Rio, junho, 1943 — Pags. 20/21).

São — todos êsses — fatos históricos a mostrarem como entende o Brasil e pratica o pan-americanismo, ou seja: um regime de convivência cordial, um sistema de paz e ajuda mútua de todos os povos dêste Continente.

Ao exalçarmos o ideal do pan-americanismo, não se pense, errôneamente, que êste ideal constitui uma espécie de desprezo para com os povos dos demais continentes, ou afastamento cada vez maior, ou tratamento injusto e desigual. Nenhum ideal de união continental pode esquecer a unidade do gênero humano, nem o fato de que tôdas as nações da Terra devem formar uma comunidade, por dois motivos. Primeiro — devido ao mesmo "habitat" terrestre, com tôdas as implicações vitais decorrentes dessa condição e dessa verificação. Segundo — pelas afinidades de aspirações de liberdade, de progresso material e de perfeição espiritual, aspirações existentes em todos os povos.

Apenas, os povos das Américas estão mais próximos geograficamente, e possuem aspirações ainda mais comuns que devem cultivar, e contribuições culturais que devem aperfeiçoar para oferecerem aos povos dos demais continentes. Uma dessas contribuições é a ausência de conflitos raciais, pelo menos na América Latina. Outra é a constância da pregação democrática. Outra é o sentimento religioso fundamente arraigado. Outra mais é o apêlo ao arbitramento para resolver questões internacionais. Outra bem recente é o repúdio total às guerras de agressão. Outra ainda é a consciência geral que se vem formando de que os povos devem auxiliar-se no plano econômico.

Tais contribuições precisam aperfeiçoar-se cada vez mais. Donde a renovação das esperanças pan-americanistas.

INICIATIVAS ECONÔMICAS

Sob pena de permanecer um sonho romântico sem correspondência com a realidade circundante, não pode o pan-americanismo cingir-se a meras declarações teoricamente perfeitas e lapidariamente redigidas, de Conferências Inter-americanas. Deve abarcar, igualmente e praticamente, os problemas de ordem econômica dos países todos da América.

Não se trata, absolutamente, de advogar a tese da precedência e da predominância dos valores econômicos sobre os demais valores humanos. Porém, ao lado das realidades jurídicas e políticas, das realidades educacionais e sanitárias, têm de ser levadas em linha de conta as realidades e as necessidades econômicas das Américas.

Nesse sentido, é auspiciosa a notícia que uma revista econômica nos transmite, auspiciosa para o pan-americanismo econômico :

— “Tendo como base a idéia do Mercado Comum Americano e como objetivo a colaboração econômica entre os países da América, será inaugurada em novembro próximo (1958), em Montevidéu, a Primeira Feira Permanente Inter-americana de Produção, Indústria e Cultura Continental.

“A feira, que é promovida pelo Instituto Inter-americano de União Americana, tem o patrocínio das 22 nações americanas e de suas respectivas Câmaras de Comércio e entidades industriais, instituições econômicas e culturais” (“PARANÁ ECONÔMICO” — Ano VI — Nº 64 — Julho de 1958 — Pag. 38 — 2ª Coluna).

Outra iniciativa, que poderá concorrer para desenvolver o pan-americanismo econômico, é a “Corporação Financeira Internacional”, com sede em Washington. Diz a notícia que se trata de “organismo fundado em 1956, com o capital de 100 mi-

lhões de Dólares, e ao qual aderiu o Governo brasileiro. Fará investimentos e financiará exclusivamente empresas privadas, e já está em condições de iniciar operações em nosso país, segundo notícias recebidas” (Ibidem — Ano V — N° 60 — Março 1958 — Pag. 27 — 2ª Coluna).

Se uma organização desse tipo chegar a atuar em todos os países das Américas, sem perigos de contratos leoninos, sem vinculações que façam perigar no futuro as soberanias nacionais, será outro passo à frente para o desenvolvimento econômico em regiões onde há escassez de capitais.

Iniciativa também destinada a ter larga e duradoura repercussão é a que nos é comunicada por esta outra notícia :

— “O presidente da “American and Foreign Power Company”, Sr. Henry B. Sargent, declarou que a referida empresa pretende inverter 98 milhões de Dólares em novas construções, no ano de 1957. Falando à assembleia de acionistas, disse o Sr. Sargent que a referida cifra supera todos os gastos de construção em anos anteriores na história da Companhia e é mais um indício da confiança da “American and Foreign Power” no progresso e no desenvolvimento da América Latina.

“A empresa mantém subsidiárias no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Guatemala, México, Panamá e Venezuela.

“No que se refere ao Brasil, disse o Sr. Sargent que está aguardando a decisão sobre o novo projeto de Lei de eletricidade, agora pendente no Congresso. Esse projeto, acrescentou, favoreceria a nação ao promover o desenvolvimento das empresas de serviços públicos e conta com o apoio do Presidente Kubitschek.

“A “American and Foreign Power” pretende construir usinas atômicas de eletricidade no Brasil, Cuba e México, conforme foi anteriormente anunciado, de acordo com os convênios de energia atômica entre esses países e os Estados Unidos” (“PARANÁ ECONÓMICO — Ano V — N° 55 — Outubro 1957 — Pag. 27).

Tal iniciativa, que visa levar o uso pacífico da energia atômica a países da América Latina, inclusive o Brasil — se puder corporificar-se em tratados e emprêsas sem ofensas à independência econômica de tais nações, ou realizar-se por meio de empréstimos a longo prazo e de assistência técnica — será mais uma vitória do autêntico pan-americanismo.

Será, nada mais nada menos, que o cumprimento dos desejos cristalizados na “Carta Econômica das Américas”, quando esta se refere à elevação de níveis de vida neste Continente. O item em causa tem a seguinte redação, em idioma espanhol.

— “Enfocar la política económica de las repúblicas americanas hacia la reacción de condiciones que, por medio del crecimiento del comercio interior y exterior y de las inversiones, estimulan en todas partes la obtención de altos niveles de ingresos reales, empleo y consumo, exentos de fluctuaciones excesivas, a fin de que todos puedan ser alimentados, alojados y vestidos en forma adecuada y disfruten de los servicios necesarios para la salubridad, educación y bienestar; y disfruten asimismo digna y libremente de la recompensa a su trabajo” (HOCHLEITNER, Max — DERECHO INTERNACIONAL PÚBLICO — 1952 — Editorial Depalma — Buenos Aires — Pag. 123).

Ao encontro dessa recomendação do pan-americanismo econômico, vem outra idéia que se agita no momento: a realização do chamado “Mercado Regional Latino-Americano”, cujas bases já foram assentadas por um Grupo de Peritos convocados pela Secretaria Executiva da CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina, organismo especializado da O. N. U.) e reunidos no Chile, em fevereiro de 1958.

As bases iniciais são estas:

- “1 — Eventual adesão de todos os países da América Latina.
- 2 — Inclusão, oportunamente, de todos os produtos.
- 3 — Tratamento especial para os países mais atrasados
- 4 — Regime tarifário único frente ao resto do mundo.

- 5 — Especialização crescente das atividades econômicas nacionais.
- 6 — Multilateralização regional dos pagamentos.
- 7 — Restrições temporárias ao comércio intra-regional por motivos de desequilíbrio de balanço de pagamentos ou desocupação temporária da mão de obra.
- 8 — Regime especial para a produção agrícola.
- 9 — Abstenção de concorrência desleal.
- 10 — Provedimento de crédito comercial e de assistência técnica e financeira para o desenvolvimento.
- 11 — Estímulo à iniciativa privada.
- 12 — Estabelecimento de órgão consultivo para supervisão do mercado regional" (TÓRRES, José Garrido — MERCADO REGIONAL LATINO-AMERICANO — in "IDORT" — Nº 317-318 — Ano XXVII — Maio e junho de 1958 — Pag. 17).

Para esse tentâmen reclama-se a participação dos Estados Unidos, "com parcela ponderável de seus recursos de capital (governamental e privado) e de técnica, e abrindo-lhe o seu mercado", como "a maneira mais efetiva de cooperar com a América Latina" (Idem — Ibidem — Pag. 19).

Essa idéia de mercado comum regional latino-americano, sendo predominantemente comercial, todavia, não implica no repúdio à orientação, hoje universalmente aceita, de que o desenvolvimento se consegue por meio da industrialização. Não se trata de conservar os povos latino-americanos na infecunda posição de fornecedores de matérias primas indefinidamente. Reconhece-o o próprio economista José Garrido Tórres quando observa: — "A industrialização deverá ser, naturalmente, a grande alavanca do mercado regional, o tipo de atividade econômica que, como já vimos, depende desse teatro de operações para desempenhar seu papel a contento" (Idem — Ibidem — Pag. 18).

Queremos, a esta altura, registrar uma contribuição do Brasil para o conagraçamento econômico-social, para a orientação e o equilíbrio dos povos da América. Neste documentário que é o

trabalho presente, vamos dar a palavra a uma autoridade no assunto, o Dr. João Daudt d'Oliveira, então Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro :

— “Em maio de 1945 , congregaram-se em Teresópolis perto de mil delegados das classes produtoras, para estudar e debater os problemas econômicos do Brasil à luz da nova situação que se criava no mundo com o término da guerra. As conclusões desse congresso constituem o grande documento que passa à história do Brasil com o nome de “Carta Econômica de Teresópolis”. Este trabalho, hoje, não é mais apenas uma Carta Regional, mas a CARTA ECONÔMICA DO CONTINENTE, na aclamação dos economistas deste hemisfério reunidos em Montevidéu na 3ª reunião plenária do Conselho Interamericano de Comércio e Produção” (Discurso de 6 de junho de 1947 — Publicação da Associação Comercial — Rio — Pag. 16).

A aclamação a que se refere o orador foi proposta pelos Delegados da Venezuela, em abril de 1947, durante aquela III Reunião, numa mensagem aprovada mediante aplausos.

Compare-se esse fato, honrosíssimo para o Brasil e os brasileiros, com as seguintes palavras derrotistas do grande escritor contemporâneo, Gustavo Corção, em sua palestra subordinada ao título de “Nacionalismos”:

— “Haverá pelo mundo quem, nestas horas, esteja agradecendo aos brasileiros uma contribuição cultural? Haverá na Alemanha quem esteja curando uma enfermidade com um novo remédio nosso? Haverá na China quem esteja a deleitar-se com o uso de um engenho criado por nós? Haverá na Patagônia ou na Groenlândia alguém que se sinta engrandecido por obra de gênio nosso?”

São 4 perguntas. Não é a hora nem o lugar para uma resposta ao desconhecimento manifestado pelo ensaísta e romancis-

ta compatriótico. Mas, a "Carta Econômica de Teresópolis", reconhecida como "CARTA ECONÔMICA DE TODOS OS PAÍSES AMERICANOS", parece responder à primeira e à quarta daquelas perguntas. Santos Dumont, com a dirigibilidade dos balões e do mais pesado que o ar, parece responder igualmente. A tradução de "Sertões", de Euclides da Cunha; de "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis; de "A Igreja, a Reforma e a Civilização", do Pe. Leonel Franca — parece responder igualmente. A tese do direito de igualdade das nações fracas, defendida pelo gênio de Rui Barbosa e vitoriosa em Haia, parece responder também.

Não serão, tôdas essas, contribuições culturais?

Voltemos, porém, ao pan-americanismo.

OPERAÇÃO PAN-AMERICANA

Está na ordem do dia, em nosso país, a chamada "operação pan-americana", proposta e lançada pelo Presidente da República do Brasil.

Em resumo, consiste ela no seguinte:

— O Presidente da República propôs, em carta enviada ao Presidente Eisenhower e, posteriormente, em discurso pronunciado perante os chefes das Missões americanas no Rio de Janeiro, a revisão urgente da conceituação da política global pan-americana, propugnando termos de cooperação mais ativa e objetiva, em benefício do fortalecimento da unidade continental" (in "Discurso de posse do Chanceler Negrão de Lima").

Pode ser resumida também, noutras palavras, sem o tom maço da diplomacia, a saber:

— "Nós, latinoamericanos, estamos convencidos de que as nações dêste hemisfério constituem um bloco político inteiriço; mas também estamos certos de que a permanência dessa coesão dependerá do fortalecimento econômico dos Estados mais pobres.

“É que não existe ideário político, mesmo que êle se eleve às alturas em que colocamos o nosso, capaz de resistir indefinidamente aos abalos e às perturbações provocadas pelo depauperamento de muitos de nossos organismos econômicos, sobretudo quando êles se ombreiam, constrangidos e humilhados, com a opulência e o fastígio de amigos indiferentes, no apogeu de uma civilização incomparável” (Serviço de Imprensa INTER — Edição Semanal — Nº 15 — 23-8-1958 — Pag. 218).

Poder-se-ia, porém, perguntar, para aprofundar a questão :
— Justifica-se tal atitude brasileira?

Seria o caso de pedir elucidações à história. A história mais antiga e à mais recente. E ela nos diria que sim. Claro que sim, pois, nem sempre o pan-americanismo serviu realmente aos interesses continentais, nem os Estados Unidos trataram sempre com lealdade os demais povos dêsse Continente. A página do internacionalista Raul Pederneiras comprova a verdade de tal assertiva (*).

Vejamos, todavia, alguns fatos.

Proclamado independente o Brasil em 1822, reconheciam os Estados-Unidos a independência brasileira em 1824 (aliás — diga-se em seu favor — o primeiro país do mundo a reconhecê-la !) e conosco firmava um Tratado Comercial em 1828, por meio do qual o café brasileiro tinha entrada livre nos mercados norteamericanos.

Veja-se, porém, o contraste de atitudes 63 anos depois.

Em 1889 era proclamada a República no Brasil, reconheciam os Estados Unidos essa República em 1890, e conosco firmavam um Tratado Comercial em 1891, na discussão do qual se pretendeu, para o nosso açúcar, o mesmo benefício já concedido ao café. Mas, apesar das promessas feitas por ocasião das negociações, a cláusula preferencial assegurada ao açúcar do Brasil, em *fevereiro*, foi concedida igualmente e com estranheza

(*) PEDERNEIRAS, Raul — DIREITO INTERNACIONAL COMPEN-
DIADO — Décima Edição — Livraria Freitas Bastos S. A. — Rio
de Janeiro — Pags. 77/78).

nossa à Espanha, no mês de maio (ver BASTOS, Humberto — RUI BARBOSA, MINISTRO DA INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA DO BRASIL — 1949 — Casa de Rui Barbosa — Rio de Janeiro — Pags. 239/43).

Outro fato é o chamado “Plano Marshall”, que contemplou a Europa do último após-guerra, propiciando-lhe o seu rápido reerguimento e desenvolvimento, enquanto esquecia a América Latina, num flagrante desrespeito a princípios do pan-americanismo de ajuda mútua.

Lutámos solidários e nos sacrificámos na guerra contra o totalitarismo nazi-fascista, porém, na hora da reconstrução do mundo, fomos injustamente esquecidos, num tratamento desigual.

Tal atitude determinou o protesto do economista brasileiro Roberto Simonsen, por ocasião da XXVI Reunião Plenária da Comissão Executiva do Conselho Interamericano de Comércio e Produção.

Ele “batalhou com energia contra a tendência dos mais aquinhoados pelos extensos recursos proporcionados pelo “Plano Marshall”, em pretenderem, para a satisfação integral de seus próprios interesses, manter os países da América Latina mergulhados num subdesenvolvimento econômico, que desde muito asfixiava os 120 milhões de seres latino-americanos, que viviam e labutavam dentro dos mais ínfimos índices de padrão de vida” (DESENVOLVIMENTO & CONJUNTURA — Ano II — Nº 5 — Pag. 37).

De fato: quando os Estados Unidos ajudavam e assistiam às nações estrangeiras com 60,9 bilhões de Dólares, a América Latina só entrava nesse total com a minúscula parcela de auxílios de 1 bilhão e 200 milhões de Dólares !!!!

Justifica-se, portanto, a “operação pan-americana”, porque ela visa alertar e congregar todos os países deste Continente para “a solidariedade política inter-americana em pé de igualdade, e a segurança do seu desenvolvimento econômico”.

Disse o Presidente, relativamente aos povos subdesenvolvidos da América, numa tomada de consciência de personalidade no âmbito internacional, que “não convém mais formarmos um mero conjunto còral, uma retaguarda incaracterística, um sim-

ples fundo de quadro". E fez advertência contra os perigos do subdesenvolvimento econômico-social neste hemisfério.

É, não resta dúvida, uma reivindicação do Brasil no campo internacional. E encontra eco na compreensão dos estudiosos da história do Brasil. E corresponde aos anseios de grande parcela da população já esclarecida em face da situação de nossa economia.

Comentando a carta e o discurso do Presidente, um jornalista compatriço escreveu :

— "Ao reclamar o direito de sermos ouvidos, o direito de opinarmos, de participarmos dos negócios políticos do hemisfério, de compartilharmos das graves decisões que estão sendo tomadas à nossa revelia para a orientação e o comando da estratégia ocidental, o Presidente Juscelino Kubitschek, falando em nosso nome, exprimiu o sentir da grande maioria dos brasileiros que nunca se conformaram com a passividade inalterável da nossa política externa, onde a solidariedade por nós dispensada aos Estados Unidos, em tôdas as horas, tem sido confundida com a passividade incondicional de um povo, que, por isso mesmo, se anula pelo agachamento subserviente" (Serviço de Imprensa INTER — Edição Semanal — N° 7 — 28-VI-1958 — Pag. 89)

E o artigo do qual extraímos o trecho supra, pelo seu conteúdo e repercussão, chegou a ser transcrito às pags. 22 e 23 da Revista "PARANÁ ECONÔMICO", número 65, de agosto de 1958, órgão mensal da Federação do Comércio do Estado do Paraná, publicado em colaboração com a Federação das Indústrias do mesmo Estado.

Pelo menos, duas vitórias já foram alcançadas pela "operação pan-americana".

A primeira é constituída pela visita do Sr. John Foster Dulles, chefe do Departamento de Estado da América do Norte que, nunca antes, viera ao Brasil. Que, agora, desce ao nosso país para fazer-nos propostas de natureza econômica, depois de os Esta-

dos Unidos haverem posto de lado a América Latina, dada a preocupação pela Europa e pelo Oriente.

A segunda vitória refere-se a uma mudança de atitude.

Antes da "operação pan-americana", os Estados Unidos se recusaram a participar do projetado Banco Inter-Americano de Desenvolvimento Econômico. Um Banco dessa natureza já constituiu recomendação da Primeira Conferência Pan-Americana de Washington, em 1889; confirmada pela Sétima Conferência Pan-Americana de Montevideu, em 1933; repetida em a décima recomendação da III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, numa hora particularmente grave como fôra a do Rio de Janeiro de 1942.

Depois da "operação pan-americana" e após a visita do Secretário de Estado Norte-americano ao Brasil, já os Estados Unidos se dispõem a participar daquêle Banco, conforme comunicação feita ao govêrno brasileiro.

Decisão tomada sem que o Brasil tivesse de modificar a sua política do monopólio estatal do petróleo, para cuja manutenção se manifestaram, públicamente, as Fôrças Armadas brasileiras, exprimindo o desejo do povo.

INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA

O século passado foi o século da independência política, muitas vezes puramente formal, dos povos americanos. Há quem avance que o século XX é a centúria da independência política dos povos do continente asiático. Mas, neste século XX, precisamos, na América Latina, conquistar a independência econômica, pois é a garantia material daquela. É a consolidação da soberania política.

Libertar-se da tutela exploradora das grandes potências financeiras, enveredar célere e com firmeza pelo terreno da industrialização, para fugir à situação de produtor exclusivo de artigos primários minerais e da flora americana, produtor exclusivo de bens de alimentação vegetal e animal e de artigos chamados "de sobremesa" — para superar o subdesenvolvimento, é a condição de nossa sobrevivência como povos livres.

Num documento que se tornou célebre em nosso país, no ano de 1953, o sociólogo compatriota Guerreiro Ramos eleva a industrialização à categoria de um “processo civilizatório” que deve ser adotado entre os povos da América latina. Dizia êle, na sua “Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo” :

— “Os países que desfrutam dos mais altos níveis de vida são os que apresentam os maiores índices de urbanização, e esta é sempre um produto do desenvolvimento industrial. Contrariamente, a predominância de caracteres rurais na fisionomia de um país é um índice de atraso.

.....

“A industrialização, entendida como um processo de crescente elevação da produtividade do trabalho, é uma libertação do homem dos determinismos cósmicos pelo domínio dos mesmos, domínio que se opera pela substituição das forças humanas aplicadas na produção de bens pelas forças mecânicas oriundas dos combustíveis sólidos, líquidos e gasosos. Os gêneros e níveis de vida — é uma regra geral, sem contestação — só melhoram na proporção direta em que se verifica essa substituição qualitativa de forças de trabalho.

“Chamei a industrialização de processo civilizatório porque dêle, substancialmente, resultam verdadeiras mutações históricas. Os gêneros de vida dos países desenvolvidos que se desejam reproduzir nos países latino-americanos foram consequências, por assim dizer, automáticas do processo de industrialização.

“Os altos níveis de saúde e bem-estar social vigentes nos países industrializados são, de fato, efeitos e não causa de uma transformação tecnológica” (RAMOS, Guerreiro — CARTILHA BRASILEIRA DO APRENDIZ DE SOCIÓLOGO — in “Estudos Econômicos” — Ano V — Ns 13 e 14 — Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria — Pgs. 80/81).

Para esse sociólogo, a industrialização é “processo civilizatório”. Para o Presidente da República, a industrialização chega a ser condição de sobrevivência do Brasil. Eis o seu testemunho, no discurso com que paraninfou a Turma de engenheiros diplomados, em 1957, pela Faculdade de Engenharia Industrial da Universidade Católica de São Paulo :

— “Vós sabeis que, para o Brasil de hoje, com o seu enorme crescimento, com tôdas as exigências dêle decorrentes, com os hábitos adquiridos e as necessidades de um povo parcialmente alimentado e vestido, a industrialização é uma condição de vida, é uma absoluta e imperiosa necessidade, é mesmo um dever de que já não está ao nosso alcance declinar.

“Nem que o quiséssemos, não poderíamos sobreviver conservando-nos Nação pastoril e agrícola, no velho estilo, exportando café e algumas poucas matérias-primas. Não sobreviveríamos se não houvéssemos iniciado vigorosamente a marcha para a industrialização, que já está sendo levada a efeito” (in “EBSA” — Publicação da Editora do Brasil S/A. — Ano XI — Março de 1959 — N° 125 — Pag. 32).

Nessa linha de atitudes, a “operação pan-americana” deve ter um sentido de defêsa real de nosso direito ao desenvolvimento pleno, salvando do fracasso os princípios e propósitos do verdadeiro pan-americanismo. Não deve ser colocada a serviço de um só ou de alguns países, mas é preciso que venha beneficiar tôda a comunidade americana.

O seu êxito, portanto, vai depender do apóio que lhe derem todos os países do Continente, e da decisão e capacidade de luta dos Governos para superarem as dificuldades e vencerem os interêsses de grupos contrariados.

Tratando-se de democracias, êsses projetos e bons propósitos precisam de apóio popular, de movimentos coletivos em que se possam firmar os líderes nacionais para obter o triunfo almejado.

Aliás, temos já o exemplo entre nós mesmos com o problema do petróleo no Brasil, em que, apesar das campanhas de descrédito e das perseguições, o assunto empolgou a Nação inteira. Pois, foi o próprio Congresso Nacional quem deu solução ao problema, instituindo, através da já vitoriosa PETROBRÁS, o monopólio estatal na exploração do ouro negro.

Outro exemplo de movimento coletivo a alertar a consciência nacional para servir de esteio a decisões governamentais — é o caso dos minerais atômicos. É de notar-se que êsses movimentos hoje, no Brasil, são liderados por membros da Câmara dos Deputados e altas patentes das Forças Armadas, o que tira aos movimentos aquêles cunho de extremismo que os tímidos, os incompreensivos ou os espertos lhes atribuíam... antigamente. Antigamente, antes que o povo estivesse esclarecido a respeito.

A "operação pan-americana", dêsse modo, depende de líderes sinceros e de movimentos populares bem dirigidos em todos os países das Américas. Se o Brasil não recuar dêste empreendimento, terá prestado grande serviço a si mesmo e a seus irmãos dêste hemisfério.

Aracaju, SETEMBRO, 1958.

**DISCURSO PROFERIDO NO DIA 4 DE MARÇO DE 1958, POR
OCASIÃO DA POSSE DO DIRETOR DA ESCOLA NACIONAL DE
BELAS-ARTES, PROF. GERSON POMPEU PINHEIRO.**

*Magnífico Reitor da Universidade do Brasil,
Srs. Professores,
Minhas senhoras,
Meus senhores :*

Vai para mais de três décadas. Recurvando da província, transpunhamos, pela primeira vez, os portões desta casa de Rodolfo Bernardelli. Iamos iniciar muito almejado curso, através das aulas de História da Arte, do Prof. Fléxa Ribeiro; de Desenho Geométrico e de Aguadas, do Prof. Ludovico Berna; de Desenho Figurado, do artista e amigo Lucilio de Albuquerque. Na aula do autor de "O Despertar de Ícaro", fomos encontrar, ao lado de Carlos Del Negro, já erudito estudante de Engenharia, de Quirino Campofiorito, também militando na imprensa, e outros, hoje pintores, escultores, gravadores e arquitetos de nomeada, fomos encontrar, dizíamos, um môço estranho, um môço reservado, de expressão bastante adulta, que nos causou um certo impácto.

Aproximamo-nos, depois. Conhecemo-lo a ele e ao seu genitor, alto funcionário da Fazenda Federal, maduro paraibano de cabelos grisalhos, cabeça um tanto leonina, solidamente plantada num corpo robusto e fisionomia de traços rasgados, a Bismarck; homem bom e digno, sem dúvida, mas de quem, ainda hoje, não sabemos se aquilo era lhaneza de trato ou, apenas, repouso da energia. Soubemos, sim, que ele estudara desenho com Victor Meireles, no Liceu de Artes e Ofícios, obtivera medalha de bronze, era grande conhecedor da História da Arte e tam-

bém pintava. Mas, nas suas funções administrativas, era a honrabilidade alerta e militante.

Notamos, de pronto, que pai e filho muito se estimavam. Que o filho o admirava, sobremodo, de uma admiração repassada de maior respeito, admiração e respeito que, em sua vida, jamais se extinguiriam.

O genitor, artista, como dissemos, interrompido pelos deveres funcionais, que eram religião do seu caráter, legara ao filho a realização de sublimados sonhos. Mas o filho, tutelado por essa personalidade, o filho deveria ser, antes de tudo, um moralista, um tradicionalista, o artista de clássico feitio que ele o é, realmente. Di-lo a sua pintura de forma correta, de epiderme unida, tonalidade silenciosa e perfeito cozimento.

Homem de vida essencialmente privada, espírito que parece ter assumido compromisso com os homens e as coisas, sua pintura de interior, de rara paisagem, mas alta distinção, é como que outro idioma do seu caráter. Temos a impressão de que a presença de cambiantes refléxos ou de inesperado e trêfego raio de luz que, acaso, vá interromper-lhe a continuidade do tom local deve afigurar-se-lhe intromissão indébita de espírito vadio, de insinuação pagã.

Tal é o pintor que, agora, nomeamos — Alfredo Galvão, filho do Sr. Francisco Galvão e D. Emiliania Galvão, nascido nesta cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Tal é o pintor, *hors-concours* pelo Salão Nacional de Belas-Artes, que, transmitindo os seus conhecimentos da cátedra, conquistada em brilhante concurso, o faz do modo mais escrupulosamente metódico e não menos explicitude.

Já regressara do Velho Mundo, onde estivera, por cinco anos, em gozo do Prêmio de Viagem, outorgado por esta mesma Escola; já militara no magistério secundário, ministrando à mocidade seu puro francês, e na cátedra de Anatomia, em boa hora atraído pelo saudoso professor Raul Pederneiras, que o apreciara como aluno dos mais distintos e dos mais capacitados para succedê-lo.

O curso de Anatomia do prof. Alfredo Galvão foi dos mais eficientes. Suas aulas eram exemplificadas por magníficos de-

senhos feitos em sincronismo com a teoria já por ele compendiada.

Como professor da cadeira de pintura, cadeira prática-especial por excelência, ele é de parecer que se deve ensinar fazendo mais que falando, com mais atividade motora que teorica, como é do agrado de certo intelectualismo pretensamente dissociado, que inculca especulação onde maior deve ser a porcentagem de empirismo. A Escola, pensa, é um meio de aquisição. Não dá pulos. Também não para, como assoalham por aí. Ela evolue, mas evolue sôbre cremalheiras.

Por via de suas convicções, mais de uma vez o professor deixou de reconhecer-se em trabalhos de alguns dos mais irrequiêtos alunos. Entretanto êles o admiram, estimam e respeitam. Já o testemunhamos amiudadamente. É que os môços são o fermento. Passado o sarampo literário, se não forem gênios, vêm ó amadurecimento, a razão, a humildade, o método... E hoje se informam com maior rapidez. Com a precisão e o isocronismo de certos meios de comunicação modernos, ouvimos até o bocejar do mundo. E não é mais possível livrar-nos de influências. Certa crítica, ainda agora, lamenta o que chama de a perniciosa influência da Missão Franceza, de 1816, aventando que, sem ela, poderíamos ter uma arte nacional. Ora, senhores, depois do movimento despertado por Araujo Porto-Alegre, reanimado pelos modernistas de 1922, o que vemos? Vemos, novamente, a chamada Escola de Paris enchendo as exposições coletivas aqui e alhures.

O nosso nacionalismo artístico, procurado especulativamente, aprioristicamente, como a mais elementar das equações!

E o administrador? Homem de organização pessoal, confiando como um puritano de reduzido contato com a realidade, antevendo, como todo idealista verdadeiro, a realização global dos seus melhores desígnios, o administrador, sempre ambicioso de mais benefícios para a sua querida Escola (quasi diríamos, para a sua carapaça), chegou, não raro, a inquietar-se com os vai-vens do processo, em que tinha anciedades de autor. O administrador, por via dessa afanosa dedicação, condicionava ao seu ciclo administrativo a realização do que, de fato, pertence à existência pressupostamente longeva da instituição.

De outras vezes, surpreendeu-se com a superveniência de tantas obras mortas nos terrenos de sua edificação, fato ocorrente em todos os setores da atividade pública, em nosso jovem e querido país.

Para ele, só unidades se relacionam no computo geral. Por isto, subestima as obras menores, embora inadiáveis, que realizou e as grandes obras que concebeu e não pôde realizar sozinho.

Estamos autorizado a dizer a S. Exa., e o dizemos gostosamente, que não esqueceremos o que foram êstes anos decorridos. Sua devoção, sua ternura por esta casa, onde vive, desde rapazinho, moralmente transferido do lar, com todas as suas virtudes, para o seu serviço, sentindo que nela se ampliam deveres familiares — nada será esquecido, nem dos seus amigos, nem dos seus colegas, nem dos sucessores que irão experimentar a mesma quota de sacrificios. O prof. Gerson Pompeu Pinheiro já o disse, pormenorizadamente. Mas nós insistiremos.

Sem falarmos desse varejo enervante do cotidiano que o zêlo não lhe arrefeceu, bastaria lembrarmos a organização do arquivo secular da Escola, por S. Exa. mesmo já aproveitada na elaboração dos seus tão úteis "Subsídios para a História da Academia Imperial e da Escola Nacional de Belas-Artes"; a recuperação dos magníficos projetos arquitetônicos de Grandjean de Montigny, dos desenhos e telas de antigos professores e de outros artistas nacionais e estrangeiros; a restauração de grande parte da etatuária e do mobiliário dado por inútil; o aproveitamento de espaço, para novas salas utilizáveis, e tantas outras providências já referidas pelo seu eminente sucessor, muitas delas dependentes de sacrificios pessoais que, infelizmente, não estamos autorizado a enumerá-los.

* * *

Sucedo-o, na direção desta casa, um artista mais próximo da geração posterior, o ilustre Sr. Professor Gerson Pompeu Pinheiro, cuja carreira vem sendo uma enfiada de encargos que sobremodo assinalam sua fé de ofício e o credenciam.

Nascido em Campinas, do Estado bandeirante, em 1910, filho do Sr. João Pinheiro Filho e D. Tereza Pompeu Pinheiro, desde

o lar à semelhança do professor Alfredo Galvão, contraiu severos compromissos com a vida. Vemo-lo, aos doze anos de idade, conquistando uma menção honrosa, na Exposição Internacional do Centenário; aos 14 ingressando na Escola Nacional de Belas Artes, sendo, por três anos, aluno do professor Lucilio de Albuquerque, sempre classificado no primeiro lugar, em concursos finais. Terminando o então denominado curso geral, matricula-se no Curso Especial de Arquitetura, concluindo-o com a distinção de uma grande medalha de ouro. Daí por diante, na profissão de Engenheiro Arquiteto distingue-se em uma série de empreendimentos, ora em concorrência de projetos para a sede do Ministério da Educação e Saúde, em que foi um dos três escolhidos; ora habilitando-se em concursos para a cadeira de Desenho do Colégio Pedro II; ou para a cadeira de Teoria e Filosofia de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes, do qual saiu docente-livre; para a cadeira de Perspectiva, Sombras e Estereotomia da mesma Escola, tornando-se o atual catedrático, tendo, antes, conquistado em concurso igual cadeira na Faculdade de Arquitetura — isto, enquanto, da imprensa e da tribuna, através de conferências, pugnava pelo movimento renovador da Arquitetura entre nós; expunha no Salão Nacional de Belas Artes do qual *hors-concours*, fazia exposições individuais, escrevia compêndios sobre assuntos de seu mistér e estudos sobre artes plásticas, em geral; tomava parte em comissões examinadoras de concursos ou em juris de Salão Nacional de Belas Artes. Gerson Pompeu Pinheiro foi o membro mais jovem do antigo Conselho Nacional de Belas Artes; foi mais de uma vez diretor interino desta casa; é membro do Conselho Florestal, como representante da Universidade; esteve no velho mundo, onde cursou a Academia Julian, de lá trazendo uma pintura mais fresca, mais agradável, de tendência decorativa, e completamente liberta de certos *poncifs* da mocidade. Como veem, trata-se de um moço dinâmico, que não foge à tradição do glorioso Estado em que nasceu. A sua dedicação, pelo voto unânime da congregação desta casa, representa, portanto, lógica, determinismo, coerência. Se procede a afirmação do velho abade Du Bos, expendida há duzentos e trinta e nove anos atrás, em suas “Reflexões sobre a poesia e a pintura”, de que a intenção da arte não é assumir,

mas movimentar”, que farte está explicado o gesto dos seus nobres colegas de congregação.

Apesar de sua função essencialmente executiva, êle tem, hoje, nas mãos, um instrumento de lei, novo regimento interno, pelo qual a Escola se habilita a ministrar aos moços conhecimentos de aplicação imediata, lá fora. A Escola se integra em sua missão mais elementar, capaz de interessar camadas maiores da população estudantil. Já não é somente a Escola de preocupações esteticistas. Concebida, como sabemos, pelo espírito notável e sumamente simpático de Antônio de Araújo, Conde da Barca, em momento, parece-nos, inoportuno de nossa formação, para preencher, de fato, determinados fins condizentes com o cerimonial da Corte Joanina, influenciada, ainda, pelo aparato barroco ou rococó de dois Luízes de França, em um meio nacional absolutamente rarefeito, esteve, por vêzes, a ponto de fene- cer, como planta exótica. Só no segundo reinado, exposto ao sol, devidamente regada pela magnanimidade do nosso segundo imperador, grelou, cresceu, deitou raízes potentes, com Vitor Meireles, Pedro Américo, Almeida Junior, Chaves Pinheiro, Almeida Reis e outros, sem os quais, feitas as mais justas ressalvas que se possam fazer, a nossa história das artes-plásticas, ainda agora, estaria bastante desnutrida.

Foi o interêsse pessoal de um soberano culto, afetuoso, educado para governar, que a elevou, creando um meio propício à revelação de vocação preexistente.

A Escola tem tido os seus amigos leais — Pedro II, Rodrigues Alves, Paulo de Frontin, Eplítácio Pessôa, Viana do Castelo, Pedro Calmon, nosso Magnífico Reitor — figuras, tôdas estas, que com assistência pessoal e carinhosa, vêm, no tempo, estimulando-a, contrabalançando-lhe os saldos negativos.

A escola, através, ainda, de readaptações sucessivas, vem se relacionando, recatadamente, com o espírito da época, capacitando-se, em última análise, para a formação de quadros profissionais ou do professorado.

A outra parte é a que diríamos de aspirações mediatas, de cultura, de que evidentemente se não deve furtar, porque em sua vida quase sesquicentenária, de sobradas tradições, já se qualificou, impregnando-se de sentido, adquirindo, em verdade,

êsse prestígio de coisa transubstanciada, se assim podemos dizer. Esta, supomos, é precisamente a parte que transforma os seus dirigentes, os seus docentes, em autênticos prospectores.

* * *

Tarefas de grandes responsabilidades aguardam a presença de V. Exa., Sr. Prof. Gerson Pompeu Pinheiro. Sabemo-lo capaz, como vimos, porque, para o seu feitiço, os novos encargos, estamos certos, não serão cupações subsidiárias, mas se arrolarão na ordem dos mais privilegiados compromissos.

Meus senhores, êstes talvez não devessem ser os termos do nosso discurso em tal solenidade. É que, há longos anos, habituado ao ambiente, um tanto ascético desta convivência, esquecemo-nos, por vêzes, dos deveres do século.

E não estaríamos aqui, e outro honrar-nos-ia falando por nós, se não fôsse insígne honra que nos foi cometida.

De modo que, aqui, viemos trazer recados que são de nosso agrado.

Em nome do corpo docente desta casa e dos seus docentes livres, aos quais modestamente representamos na Congregação, viemos dizer a V. Excia., Sr. Professôr Alfredo Galvão, que, tudo apurado, é pensamento pacífico de que V. Exa. pode repousar tranquilo do dever cumprido; e a V. Excia. Sr. Prof. Gerson Pompeu Pinheiro, viemos dizer, por outro lado, que a sua vida pregressa, os seus títulos, os seus talentos estão seriamente comprometidos com as nossas aspirações.

JORDÃO DE OLIVEIRA

TRANSMIGRAÇÃO DO PRÍNCIPE REGENTE D. JOÃO (FUTURO D. JOÃO VI) E FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL E SUA DECLARAÇÃO DE GUERRA A NAPOLEÃO

ABDON LIMA

Como se trata de Napoleão e de fatos e acontecimentos ligados ao Brasil, julguei interessante relembrar a alguns leitores e tornar conhecidos a muitos o motivo que provocou a fuga do príncipe D. João para a nossa terra (para nosso bem) e o texto integral de sua declaração de guerra ao Imperador dos franceses, datada do Rio de Janeiro de 1º de Maio de 1808 (*).

* * *

A campanha de 1801, (**) fêz que a Europa perdesse tóda a consideração por Portugal. O embaixador Lannes, que Napoleão designou para Lisboa, mostrava pelo govêrno português o máximo desprezo. A insolência com que tratava o príncipe regente e os ministros, as suas disparatadas exigências excederam todos os limites, mas também ultrapassou tódas as raias da decência a subserviência da côrte portuguêsá. A cada instante insultado pelo ministro francês, que nem lhe chamava Príncipe do Brasil, mas simplesmente *Mr. du Brésil*, o futuro D. João VI condescendeu, apesar disto, em ser padrinho de um filho de Lannes, presenteando ainda nessa ocasião, com preciosas dádivas o atrevido general.

(*) Se o leitor quizer conhecer minuciosamente o que aconteceu no Rio de Janeiro quando aqui chegou a família real, leia Melo Moraes, Luís Edmundo e Anibal Gama. (Nota de A. L.).

(**) Diz um historiador português: "A campanha de 1801 é uma das páginas que mais deslustram a nossa história. Os nossos generais eram todos velhos, sem atividade nem energia; os nossos oficiais negligentes e os soldados indisciplinados". (Nota de A.L.).

Em 1807, Napoleão, que com o nome de Imperador subira ao trono de França, tendo estabelecido, para arruinar a Inglaterra, o bloqueio continental, que proscovia a nação inglêsa das relações com o continente, primeiro obrigou Portugal a aceitar êsse decreto, e depois, entendendo que êste país não o cumpriria bem, assinou com a Espanha um tratado em Fontainebleau, pelo qual dividia Portugal em três Estados. Para execução dêsse decreto, mandou Napoleão marchar sôbre Portugal um exército comandado pelo general Junot, que, sem encontrar a mínima resistência e atravessando a Beira em pleno inverno, se dirigiu a marcha forçada sôbre Lisboa, iniciando-se, assim, a chamada Guerra Peninsular. (*).

A notícia do tratado de Fontainebleau causara pânico na côrte portugêsa. Ninguém se entendia, surgindo de todos os lados alvitres e soluções. Destas últimas prevaleceu a do embaixador inglêz, que aconselhou a fuga da rainha e dos príncipes para o Brasil, para evitar que caissem nas mãos do exército de Junot. O espírito pusilânime do regente agarrou pelos cabelos a solução do diplomata britânico, e a 27 de novembro de 1807 a família real embarcava em Belém nos navios da esquadra portugêsa ancorada no Tejo. A rainha louca, D. Maria I, soltou gritos dilacerantes quando a transportavam da carruagem para bordo. Os seus brados selvagens de doída, gelando de terror os que a ouviam, tornavam ainda mais trágico "êsse espetáculo miserando de uma côrte que abandonava o povo à brutalidade e à rapina do exército de esfarrapados que invadia Portugal", consoante a expressão de um historiador.

A 30 de Novembro, às 7 horas da manhã, entrava Junot na capital. Mostrou-se o general francês extremamente irritado com a fuga do príncipe regente, e ao mesmo tempo receioso de incorrer na ira de Napoleão, a quem obedecia cegamente. Não sucedeu assim. A ousadia de sua marcha temerária, a energia

(*) Guerra Peninsular, 1807-1814. — Por esta designação ficou conhecida a série de campanhas travadas entre Portugal, Espanha e a França, e que, começando pela invasão de Portugal em 1807, terminou pelas vitórias ganhas nos campos de Orthez e Tolosa em 1814. A luta foi fértil em episódios que muito honraram os portugêses. As batalhas da Rolica, do Vimieiro, do Bussaco, alcançadas pelos portugêses, constituem páginas das mais gloriosas da história lusitana. Nesta luta, alguns dos melhores generais de Napoleão, tais como Junot, Soult, Marmont, Ney, Massena e outros foram derrotados. A guerra terminou quando aos exércitos franceses que operavam na península chegou a notícia da abdição do Imperador e da restauração dos Bourbons, em 1814. (Nota de A. L.).

com que superou todos os obstáculos impressionaram agradavelmente o Imperador, que o recompensou com o título de duque de Abrantes.

FUGA DA FAMÍLIA REAL (**)

"Tendo procurado por todos os meios possíveis conservar a Neutralidade, de que até agora tem gozado os Meus Fiéis e Amados Vassallos, e apezar de ter exaurido Meu Real Erario, e de todos os mais Sacrificios, a que Me Tenho sujeitado, chegando ao excesso de fechar os Portos dos Meus Reinos aos Vassallos do meu antigo e Leal Alliado o Rei da Grãa Bretanha, expondo o Commercio dos Meus Vassallos á total ruina, e a soffrer por este motivo grave prejuizo nos rendimentos da Minha Corôa: Vejo que pelo interior do Meu Reino marchão Tropas do Imperador dos Francezes e Rei de Italia, a quem Eu Me havia unido no Continente, na persuasão de não ser mais inquietado; e que as mesmas se dirigem a esta Capital: E querendo Eu evitar as funestas consequencias, que se podem seguir de huma defeza, que seria mais nociva, que proveitosa, servindo só de derramar sangue em prejuizo da humanidade, e capaz de accender mais a dissensão de humas Tropas, que tem transitado por este Reino, com o annuncio, e promessa de não commetterem a menor hostilidade; conhecendo igualmente que ellas se dirigem muito particularmente contra a Minha Real Pessoa, e que os Meus Leaes Vassallos serão menos inquietados, ausentando-Me Eu deste Reino: Tenho resolvido, em beneficio dos mesmos Meus Vassallos, passar com a Rainha Minha Senhora e Mãi, e com toda a Real Familia para os Estados da America, e estabelecer-Me na Cidade do Rio de Janeiro até á Paz Geral. E considerando mais quanto convem deixar o Governo destes Reinos naquella ordem, que cumpre ao bem delles, e de Meus Póvos, como cousa a que tão essencialmente estou obrigado, Tendo nisto todas as Considerações, que em tal caso Me são presentes: Sou servido Nomear para na Minha Ausencia governarem, e regerem estes Meus Reinos, o Marquez de Abrantes, Meu muito Amado e Prezado Primo; Francisco da Cunha Menezes, Tenente General dos Meus Exercitos; o Principal Castro, do Meu Conselho, e Regedor das Justiças; Pedro de Mello Breyner, do Meu Concelho, que servirá de Presidente do Meu Real Erario, na falta e impedimento de Luiz de Vasconcellos e Souza, que se acha impossibi-

(**) Mantenho a ortografia e a linguagem da época, para dar melhor sabor ao que se vai ler (N. de A. L.).

litado com as suas molestias; Dom Francisco de Noronha, Tenente General dos Meus Exercitos e Presidente da Meza da Consciencia e Ordens; e na falta de qualquer delles, o Conde Monteiro Mór, que Tenho nomeado Presidente do Senado da Camara, com a assistencia dos dois Secretarios, o Conde de Sampaio, e em seu lugar Dom Miguel Pereira Forjaz, e o Desembargador do Paço, e Meu Procurador da Corôa, João Antonio Salter de Mendonça, pela grande confiança, que de todos elles Tenho, e larga experiencia que elles tem tido das cousas do mesmo Governo; Tenho por certo que os Meus Reinos, e Povos, serão governados e regidos por maneira que a Minha Consciencia seja desencarregada, e elles Governadores cumprão inteiramente a sua obrigação, em quanto Deos permittir que Eu esteja ausente desta Capital, administrando a Justiça com imparcialidade, distribuindo os Premios e Castigos conforme os mercimentos de cada hum. Os mesmos Governadores o terão assim entendido, e cumprão na forma sobredita, e na conformidade das Instrucções, que serão com este Decreto por Mim assignadas; e farão as participações necessarias ás Repartições competentes. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em 26 de Novembro de 1807. — Com a Rubrica do Principe Regente.

INSTRUCÇÕES A QUE SE REFERE O MEU REAL DECRETO
DE 26 DE NOVEMBRO DE 1807

Os Governadores, que Houve por bem nomear pelo Meu Real Decreto da data destas, para na Minha Ausencia governarem estes Reinos deverão prestar o Juramento do estilo nas mãos do Cardeal Patriarcha; e cuidarão com todo o desvelo, vigilancia e actividade na administração da Justiça, distribuindo-a imparcialmente; e conservando em rigorosa observancia as Leis deste Reino.

Guardarão aos Nacionaes todos os Privilegios, que por Mim, e pelos Senhores Reis Meus Antecessores se achão concedidos.

Decidirão á pluralidade de votos as Consultas, que pelos respectivos Tribunaes lhes forem apresentadas, regulando-se sempre pelas Leis e costumes do Reino.

Proverão os Lugares de Letras, e os Officios de Justiça, e Fazenda na fórmula até agora por Mim praticada.

Cuidarão em defender as Pessoas e bens dos Meus Leaes Vassallos, escolhendo para os Empregos Militares as que delles se conhecer serem benemeritas.

Procurarão, quanto possível for, conservar em paz este Reino; e que as Tropas do Imperador dos Francezes e Rei de Italia sejam bem aquarteladas, e assistidas de tudo que lhes for pre-

ciso, em quanto se detiverem neste Reino, evitando todo e qualquer insulto que se possa perpetrar, e castigando-o rigorosamente, quando aconteça; conservando sempre a boa harmonia, que se deve praticar com os Exercitos das Nações, com as quaes nos achamos unidos no Continente.

Quando succeda, por qualquer modo, faltar algum dos ditos Governadores, elegerão á pluralidade de votos quem lhe succeda. Confio muito da sua honra e virtude, que os Meus Póvos não soffrerão incommodo na Minha ausencia; e que, permittindo Deos volte a estes Meus Reinos com brevidade, encontre todos contentes, e satisfeitos; reinando sempre entre elles a boa ordem e tranquillidade, que deve haver entre Vassallos, que tão dignos se tem feito do Meu Paternal Cuidado". Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em 26 de Novembro de 1807. — Com a Assinatura do Principe Regente. — *Impres. na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.* (Extraído da "Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações, offerecida a ELREI NOSSO SENHOR pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1802 a 1810. Lisboa, Na Typografia Maignense, Anno de 1826").

* * *

DECLARAÇÃO DE GUERRA A NAPOLEÃO

"A Corte de Portugal, depois de ter guardado o silencio, que era proprio das difficeis circumstancias, em que se achou, e até ao momento, em que o novo Assento do Governo estivesse estabelecido; julga dever á sua Dignidade, e á Ordem, que ocupa entre as Potencias, a exposição veridica, a exacta da Sua Conducta, sustentada por factos incontestaveis; a fim de que os Seus Vassallos, a Europa imparcial, e ainda a mais remota Posteridade possam julgar da pureza da Sua Conducta, e dos principios, que adoptou, seja para evitar huma effusão inutil de sangue dos Seus Póvos, seja porque não pôde persuadir-se que Tratados sollemnes, e de que havia cumprido as Condições onerosas a favor da França, podessem parecer objectos de pouco preço aos olhos de hum Governo, cuja desmedida, e incommensuravel ambição não tem limites, e que em fim tem de todo tirado a pocira dos olhos aos que se achavão mais prevenidos em seu favor. Não he com injúrias, nem com vãos, e inuteis ameaças que a Corte de Portugal levantará a Sua voz do seio do novo Imperio, que vai crear; he com factos authenticos, e verdadeiros, expostos com a maior singeleza, e moderação, que fará conhecer á Europa, e aos Seus Vasallos tudo o que acaba

de soffrer; que despertará a attenção dos que podem ainda de-sejar não serem victimas de huma tão desmedida ambição, e que poderão ainda sentir quanto a sorte futura de Portugal, e a restituição dos Seus Estados invadidos sem declaração de guerra, e no seio da paz, deve ser preciosa para a Europa, se espera vêr renascer a segurança e a independencia das Potencias, que d'antes formavão huma especie de Republica, que se balançava, e se equilibrava em todas as suas differentes partes. A invocação, e a appellação para a Providencia Divina he a consequencia desta exposição; e hum Principe Religioso sente todo o valor desta prática, pois que o crime nem sempre fica impunido; e a usurpação, e a força se gastão, e consomem pelos esforços continuos, que são obrigados a empregar para se conservarem.

A Corte de Portugal vio com lastima principiari a Revolução da França; e deplorando a sorte do virtuoso Rei, com quem tinha relações de sangue tão estreitas, não julgou todavia prudente tomar parte alguma na guerra, que o procedimento dos Malvados, que dominarão, e dessolárão a França, (até pela confissão do Governo actual) obrigou a todas as Potencias a declarar-lhes; e ainda dando socorros á Hespanha para a defeza dos Pyrinneos, procurou sempre guardar a mais perfeita Neutralidade.

O Governo Francez mandou em 1793 hum Ministro para residir junto da Corte de Portugal, que foi acolhido com toda a consideração, mas não reconhecido; porque ainda então os principios do Direito das Gentes, e do Direito Público não authorisavão os Governos a reconhecer as mudanças extraordinarias, sem que houvesse lugar de as reputar legitimas; e nenhuma Nação he em tal maneira Juiz de outra, se a independencia existe. O Governo Francez, sem declaração de guerra, e sem formalidade alguma, começou a deter os Navios Mercantes Portuguezes, e depois da epoca da Paz em 1801 pedio, e conseguiu indemnidades por aquelles, que a Corte de Portugal deteve, para lhe servir de huma legitima compensação; e não quiz já-mais da sua parte ter consideração alguma ás Reclamações dos Negociantes Portuguezes. A Corte de Hespanha, que tinha requerido os Socorros de Portugal, e que, até pela confissão dos Generaes Francezes, se vio obrigada a reconhecer quanto lhe haviam sido uteis, e necessarios, fazendo a paz com a França, não sómente se esqueceo do seu Alliado, que ella devia fazer declarar em estado de paz com a França, pois que a Corte de Portugal soccorrendo o seu Alliado para satisfazer ás condições do Tratado de Alliança, que existia entre os dois Soberanos, não tinha já mais tido a intenção de fazer a guerra á França; mas

o que he talvez inaudito, ou ao menos bem raro nos Annaes da Historia, a Hespanha fez então causa commum com a França para obrigar Portugal a receber condições de paz injustas, e humilhantes, sem que Portugal tivesse feito a guerra, e não cessou de declarar-se Inimiga do seu Alliado, se não quando depôz as Armas, e assignou os Tratados de Badajoz, e de Madrid; aproveitando-se até das forças da França para se apropriar huma pequena extensão de Território da Provincia de Além-Tejo da parte de Olivença; querendo assim deixar á Posteridade hum monumento eterno da triste recompensa, que dava a hum Alliado, que apesar da antiga revalidade das duas Nações, não tinha querido dispensar-se de cumprir com as condições de hum Tratado de Alliança, que existia entre Ambas.

Os Tratados de Paz de Badajoz, e de Madrid em 1801 são ainda huma nova prova da má fé dos inimigos de Portugal; pois que tendo sido assignado o Tratado de Badajoz por Luciano Bonaparte, Plenipotenciario Francez, e o Principe da Paz de huma parte, e da outra, pelo Plenipotenciario Portuguez, o Governo Francez não quis ratificallo, e obrigou Portugal a assignar hum novo Tratado em Madrid com condições muito mais duras, sem que pudesse allegar outros motivos, que os do seu capricho, e da sua ambição. Este ultimo Tratado assignou-se quasi ao mesmo tempo, que o Tratado de Londres entre a Gram-Bretanha, e a França, que moderou algumas condições muito onerosas a Portugal, e fixou os limites da parte do Norte da America, o que foi confirmado pela Paz de Amiens; e esta consideração da Gram-Bretanha para o seu antigo Alliado sérvio aos olhos da França de nova prova de escravidão, e dos grilhões, com que o Governo Inglez tinha sujeito o Governo Portuguez.

Apenas o Tratado de 1801 se achava concluido, já a Corte de Portugal se apressava a executar todas as condições onerosas, e a fazer vêr pela religiosa, e exacta observação de todo o empenho contraindo, quanto desejava segurar a boa harmonia, que se estabelecia entre os dois Governos, e que devia fazer esquecer todas as injustiças, que tinha experimentado, e que seguramente não tinham sido provocadas da sua parte. O procedimento do Governo Francez foi bem differente, e desde os primeiros momentos, que a Paz se restabeleceo, não cuidou senão de exigir toda a qualidade de sacrificios injustos da parte do Governo Portuguez a favor de pretensões as mais extravagantes, e as menos fundadas dos Vassallos Francezes. A Europa devia desde então prevêr, que a sua escravidão desde Lisboa a Petersburgo estava decidida no Gabinete das Thuilherias, e que era preciso fazer causa commum para destruir o Colosso, ou resolver-se a ser a sua victima.

Depois de hum curto intervallo a guerra se ateou de novo entre a Gram-Bretanha, e a França; e a Corte de Portugal tendo feito os maiores sacrificios para evita-la, e para subtrahir-se ás proposições duras, e humilhantes do Governo Francez, julgou-se muito feliz de poder concluir com grandes sacrificios de dinheiro o Tratado de 1804, no qual a França promettia no Artigo VI. o que se segue. "O Primeiro Consul da Republica Franceza consente em reconhecer a Neutralidade de Portugal durante a presente guerra; e promette de não se oppôr a nenhuma das medidas, que poderião ser tomadas a respeito das Nações Belligerantes em consequencia dos principios, e Leis geraes da Neutralidade".

O Governo Francez colheo desde essa epoca toda a vantagem de hum semelhante Tratado; não teve já mais lugar de fazer a menor queixa contra o Governo Portuguez: e foi com tudo na mesma guerra, e depois de huma semelhante estipulação, que exigio da Corte de Portugal não sómente a infracção da Neutralidade, mas a Declaração de Guerra contra a Gram-Bretanha, com a violação de todos os Tratados, que existião entre os dois Paizes, e nos quaes no caso de Guerra, reconhecido como possivel, se tinha fixado o modo, com que os Vassallos das duas Nações devião ser tratados; e tudo isto sem que Portugal pudesse de modo algum queixar-se do Governo Britanico; que até lhe tinha dado sempre toda a qualidade de satisfação, quando os Commandantes das suas Embarcações de Guerra tinham faltado ás atenções, e consideração, que devião a huma Bandeira Neutral.

O Imperador dos Francezes fez sahir neste intervallo huma das suas Esquadras, onde se achava embarcado seu Irmão; deo fundo na Bahía de todos os Santos, foi alli recebido com a maior attenção; a Esquadra recebeu toda a qualidade de refrescos, e o que he com tudo digno de observação he, que na mesma epoca, em que o Governo Francez recebia da parte do de Portugal tantas demonstrações de amizade, e de consideração, a Esquadra queimou alguns Navios Portuguezes para encobrir a sua direcção com promessa de indemnizar os Proprietarios, o que já mais se cumprio de modo algum. A Europa póde dalli tirar por conclusão, que sorte a espera, se o Governo Francez chega a conseguir sobre o Mar hum ascendente igual ao que tem na Terra, e póde avaliar com certeza o fundamento das queixas, que elle publica contra o Governo Britanico, e a que dá tamanho pezo. A Gram Bretanha nunca fez reclamações contra estes socorros dados á Esquadra Franceza, porque erão dentro dos limites prescriptos pelo Direito Público; mas o Ministro das Relações Exteriores de França atreve-se a dizer á face da Europa,

que Portugal deo soccorros aos Inglezes para a Conquista de Monte-Video, e de Buenos Ayres, quando he hum facto reconhecido, e sabido por todos, que esta expedição, que partio do Cabo da Boa-Esperança, não recebeu de Portugal Navios, Dinheiro, Homens, nem em fim Mercadoria alguma daquellas, que são consideradas como contrabando em tempo de guerra, e que até as Esquadras Inglezas no tempo, que durou esta guerra não houverão cousa alguma do Rio de Janeiro, nem dos outros Portos do Brazil, senão o que se não nega a Nação alguma, e que aliás com abundancia se tinha franqueado á Esquadra Franceza. A Corte de Portugal propõe á de França, que produza hum só facto, que possa contradizer esta asserção, fundada na mais exacta, e escrupulosa verdade.

A França recebeu de Portugal desde 1804 até 1807 todos os Generos Coloniaes, e as materias primeiras para as suas Manufaturas; a alliança de Inglaterra com Portugal foi util á França; e na depressão, em que se achão as Artes, e a Industria, em consequencia de huma guerra de terra perpétua, e da guerra maritima desastrosa, onde ella não recebe se não revezes, era seguramente huma grande felicidade para a França o commercio de Portugal, que não recebia estorvo algum, e que era certamente util aos dois Paizes. Assolando Portugal, sujeitando-o a contribuições excessivas de hum mod inaudito, sem o ter conquistado, e haver da sua parte experimentado resistencia alguma, a França não colhe o fruto, que hum commercio util aos dois Paizes lhe teria procurado.

A Corte de Portugal podia pois lisongear-se com justo titulo, e com toda a especie de fundamento, que a das Thuilherias respeitaria huma Neutralidade, que ella tinha reconhecido por hum Tratado solemne, e de que tirava tantas, e tão decisivas vantagens; quando foi despertado da segurança, em que estava, no mez de Agosto de 1806 por huma declaração formal do Ministro das Relações Exteriores Mr. de Talleyrand feita a Lord Yarmouth, pela qual o primeiro fez conhecer ao segundo, que se a Gran Bretanha não fazia a paz maritima, o Governo Francez declararia a guerra a Portugal, e faria marchar sobre elle trinta mil homens para o occupar. Não he com trinta mil homens que se poderia fazer a invasão de Portugal; mas o Imperador dos Francezes conhecia a segurança, em que este Reino se achava por motivo do Tratado de Neutralidade; julgava sorprendello; e isto bastava para justificar os seus procedimentos. Assustou-se a Corte de Inglaterra, propôz e offereceo á de Portugal toda a qualidade de soccorros; mas a França, que naquella mesma occasião tinha disposto tudo para anniquillar a Corte da Prussia, a qual em campo só desafiava então a força supe-

rior do Imperador dos Francezes, quando não tinha querido hum anno antes atacallo, e por ventura obrigallo a receber a Lei, e salvar assim a Europa, unindo-se com a Russia, e a Austria: achou meio de tranquillisar a Corte de Portugal, que então queria poupar, e entreter; que por outro lado senão podia persuadir, que semelhante perfidia fosse adoptada por huma Potencia, cuja grandeza devia ir de pár com a boa fé, e com os sentimentos de dignidade, que tanto se concilião com o estado de grande elevação. A guerra que depois continuou com a Russia, e que talvez teria tambem salvado a Europa, se a união entre os Governos, que a dividem, fosse tão estreita, como devia ser, retardou ainda as vistas do Imperador dos Francezes a respeito da Corte de Portugal; e foi sómente depois da conclusão da paz de Tilsit, que a Corte das Thuilherias com hum tom Dictatorial, e qual conviria a Carlos Magno junto dos Principes, de que era Senhor Soberano, fez propôr á Corte de Portugal por meio do seu Encarregado de Negocios, e pelo Embaixador de Hespanha, a extraordinaria proposição: I. de fechar os Pórtos de Portugal á Inglaterra: II. de deter todos os Inglezes, que residião em Portugal: III. de confiscar toda a propriedade Britanica; ou em caso de negativa, de expôr-se a huma guerra immediata com a França, e com a Hespanha; pois que o Encarregado dos Negocios de França, e o Embaixador de Hespanha, tinhão ordem de partir no 1 de Setembro, quasi tres semanas depois de huma semelhante proposição, se a Corte de Portugal não satisfizesse a todas as pretensões das duas Cortes: A boa fé do Governo Francez he tambem notavel pela celeridade, com que fazendo esta declaração, e sem esperar a resposta da Corte de Portugal, fez deter todos os Navios Mercantes Portuguezes, que estavam nos Pórtos de França, e começou assim as hostilidades sem declaração de guerra; e excedeo desta sorte todos os procedimentos, que não cessa de lançar em rosto á Gram Bretanha; e a que na presença de huma semelhante conducta se pôde dar o justo valor.

A Corte de Portugal poderia então adoptar a maxima conhecida dos Romanos, e persuadir-se que as condições, que deshonrão, tem muitas vezes salvado os que recusão aceitallas, e perdido os que as propõem, mas de huma parte Ella não podia persuadir-se que a Corte das Thuilherias fizesse seriamente taes proposições, que compromettião a sua honra, e a sua dignidade, e a da outra esperava applacar a tempestade, não querendo derramar o sangue dos seus Povos: e tendo huma plena confiança na Amizade do seu Antigo, e Fiel Alliado S. M. Britanica, tentou moderar as pertensões do Governo Francez, accedendo á clausura dos Portos, mas negando-se aos dois outros arti-

gos, contrarios aos principios do Direito Público, e aos Tratados, que existião entre as duas Nações; e S. A. R. o Príncipe Regente de Portugal não hesitou em declarar, que estes dois artigos offendião a sua Religião, e os principios de Moral, de que já mais se affastava, e que talvez sejam a verdadeira causa da firmeza, de fidelidade, e da lealdade, que tem experimentado da parte de todos os Seus Vassallos.

A Corte de Portugal começou então a tomar medidas para segurar o Seu retiro para aquella parte dos Seus Estados, que não pôde temer huma invasão, cujas consequencias venhão a inquietalla. Para este fim fez armar os Navios da sua Esquadra, que podião navegar; e ao mesmo tempo fazendo sahir dos Seus Estados todos os Inglezes, e animando-os a venderem as suas propriedades dispôz-se a fechar os Portos á Gram-Bretanha, para ceder a huma força superior; para evitar huma effusão de sangue dos Seus Vassallos, que provavelmente teria sido inutil, e para procurar comprazer com as vistas do Imperador dos Francezes, se elle não quizesse persuadir da justiça, com que a Corte de Portugal sustentava os direitos da sua Independencia, e os que resultavão do Tratado de Neutralidade concluido em 1804. Não querendo a Corte das Thuilherias prestar-se a nenhuma vista de conciliação, e tendo exigido não só clausura dos Pórtos, mas até a prisão dos Vassallos Britanicos, e o confisco das suas propriedades, assim como o abandono do projecto do retiro para o Brazil; S. A. R. o Príncipe Regente de Portugal, que de huma parte conhecia, que o seu Fiel, e Antigo Alliado S. M. Britanica, que estava informado de tudo o que se tratava, consentiria para salvar Portugal da invasão dos Francezes na simples clausura dos Pórtos, e que de outra parte sabia, que já não havia no Reino de Portugal Inglez, que se não tivesse naturalizado; assim como tambem, que toda a propriedade Britanica tinha sido vendida, e até o seu valor exportado; tomou em fim a resolução de fechar os Pórtos á Inglaterra, e de comprazer com outras vistas, e pertencções, que a França exigia; declarando porém sempre, que se as Tropas Francezas entrassem em Portugal, S. A. R. havia tomado a firme resolução de transferir o Assento do Governo para o Brazil, que formava a parte mais essencial, e mais defensavel dos Seus Estados.

S. A. R. fez então approximar das Costas, e Pórtos do Mar todo o seu Exercito, persuadindo-se, que a França tendo conseguido essencialmente tudo o que tinha pedido, não teria lugar de exigir mais cousa alguma; e pôz toda a confiança na boa fé, que devia considerar-se como a base de todo o Governo, que ha cessado de ser revolucionario; e na segurança de que, tendo feito tudo o que estava da Sua parte, para segurar a tranquili-

dade do Seu Povo, e para evitar huma effusão inutil de sangue; tinha cumprido assim com todos os deveres de hum Principe virtuozo, e adorado pelos Seus Vassallos, e que quanto ao mais, não tem que dar contas das Suas acções senão ao Ente Supremo.

O Governo Francez procedeo então a respeito de S. A. R., e dos Seus Estados de huma maneira, que não teria exemplo na Historia, se a invasão da Suissa feita pelos Francezes no tempo do Directorio Executivo não fornecesse hum facto completamente similhante. O General Junot sem nenhuma declaração preliminar, sem consentimento algum de S. A. R. o Principe Regente de Portugal, entrou com a vanguarda do seu Exercito no Reino, segurando aos Habitantes do Campo, e Aldéas, por onde passava, que vinha socorrer ao seu Principe contra a invasão dos Inglezes, que entrava como General de huma Potencia Amiga, e Alliada. Elle colheo na sua passagem provas authenticas da boa fé do Governo Portuguez, porque vio em que perfeita segurança se estava a respeito de França, e que todas as Tropas Portuguezas se achavão na visinhança das Costas. S. A. R. o Principe Regente surprehendido de huma conducta tão inaudita teria podido reunir o Corpo de Tropas, que tinha junto a Si, e fazendo entrar a Esquadra Ingleza no Porto de Lisboa, reduzir a pó o pequeno, e miseravel Corpo, a cuja frente o General Junot avançava com huma temeridade, que seria incrível, se a sua conducta em Lisboa, e Veneza o não tivessem feito conhecer, e se elle não confiasse no coração do virtuozo Principe, que nunca exporia a terriveis revezes os Seus Povos a troco de hum primeiro successo seguro, que só serviria de castigar a audacia de hum Homem, que, com muitos outros, abusava do poder, que lhe havia sido confiado, ou que executava Ordens, que de modo algum se podem justificar.

S. A. R. o Principe Regente abraçou então o unico partido, que poderia convir-lhe, para não se affastar dos principios, que tinha constantemente seguido; para poupar o sangue dos Seus Povos, e para evitar a completa execução das vistas criminosas do Governo Francez, que não se propunha nada menos, que a apoderar-se da Sua Real Pessoa, e de todas as que compõem a Sua Augusta Familia Real, para poder depois ao seu modo, e segundo lhe parecesse repartir os despojos da Coroa de Portugal, e dos Seus Estados. A Providencia favoreceu os esforços de hum Principe Justo; e a magnanima resolução, que S. A. R. abraçou de retirar-se aos Seus Estados do Brazil com a Sua Augusta Familia Real, tornou totalmente inuteis os designios do Governo Francez, e descortinou á face de toda a Europa as vistas criminosas, e perfidas de hum Governo, que não tem outro

fim senão o dominar a Europa, e o Mundo inteiro, se as Grandes Potencias della, despertadas do lethargo, em que se achão, não fizerem causa commum contra huma ambição tão excessiva, e tão fóra de todos os limites.

Depois que S. A. R. chegou felizmente aos Seus Estados do Brazil soube com horror não sómente a usurpação de Portugal, e a assolação, e saque que alli se pratica; mas o indigno procedimento do Imperador dos Francezes, que como verdadeiro Dictador da Europa, se atreve a fazer hum crime a S. A. R. de ter transferido a Sua Capital para o Brazil, e aos Seus fieis Vassallos de terem acompanhado hum Principe, que todos os Seus Povos venerão, e adorão mais ainda pelas Suas Virtudes, que pelos Direitos da Sua Augusta Família Real que herdou, e pelos quaes reina sobre elles. S. A. R. vio com horror o excesso de se atrever a proscrever em huma Gazeta Ministerial os Direitos de Sua Augusta Família Real á Coroa de Portugal, os quaes não cederá jámais: e com todo o direito perguntaria ao Imperador dos Francezes, em que Codigo das Nações achou semelhantes principios, e semelhante authoridade; reclamando sobre esta materia huma séria reflexão da parte de todos os Governos da Europa, que não poderão vêr a sangue frio o que se acaba de expôr, e a introduccão de hum novo Governo em Portugal sem o seu consentimento, assim como a cobrança de huma contribuição desmedida, exigida de hum Paiz, que não oppôz resistencia alguma á entrada das Tropas Francezas, e que por isso mesmo não podia considerar-se em estado de guerra. A mais remota Posteridade, assim como a Europa imparcial hão de vêr com dôr semelhantes factos, precursores de Seculos de barbaridade, quaes os que se seguirão á quêda do Imperio Romano, e que não poderão evitar-se, senão se procurar o restabelecimento do equilibrio da Europa por meio de hum esforço unanime, e pelo esquecimento de todas as rivalidades, que tem sido atéqui as verdadeiras causas da elevação do Poder monstruozo, que ameaça a universal ruina.

Depois da exposição exacta, e verdadeira que S. A. R. o Principe Regente de Portugal vem de fazer á Europa, e aos Seus Vassallos de tudo o que acaba de succeder entre o Governo Portuguez e Francez; e quando o Imperador dos Francezes tem não sómente invadido, e sujeitado a Contribuições de hum modo horrivel, e que apenas se póde acreditar, o Reino de Portugal debaixo do véo de Amizade; mas tem tambem ha muito feito retirar a sua Missão, e se apoderado dos Navios Mercantes Portuguezes, que existião nos seus Pórtos, sem huma preliminar declaração de guerra, e contra os Artigos expressos do Tratado de Neutralidade, de que tirava as maiores vantagens;

e ultimamente declarado a guerra em consequencia do Relatório do Ministro das Relações Exteriores: S. A. R. o Principe Regente de Portugal depois de entregar a Sua Causa na Mãos do Todo Poderoso, cujo auxilio tem todo o direito de invocar em huma tão justa contenda, julga dever á Ordem, e á Dignidade da Sua Coroa o fazer a seguinte Declaração:

S. A. R. rompe toda a communicação com a França: chama aos Seus Estados todos os Empregados naquella Missão, se he que algum possa ainda alli achar-se; e authoriza os Seus Vassallos a fazer a Guerra por Terra, e Mar aos Vassallos do Imperador dos Francezes.

S. A. R. declara nullos, e de nenhum effeito todos os Tratados, que o Imperador dos Francezes O obrigou a assignar, e particularmente os de Badajoz, e de Madrid em 1801, e o de Neutralidade de 1804; pois que elle os infringio, e nunca os respeitou.

S. A. R. não deporá jámais as Armas, senão de accôrdo com o Seu Antigo, e Fiel Alliado S. M. Britanica; e não consentirá em cazo algum na Cessão do Reino de Portugal, que fórma a mais antiga Parte da Herança e dos Direitos da Sua Augusta Familia Real.

Quando o Imperador dos Francezes tiver satisfeito sobre todos os pontos ás justas reclamações de S. A. R. o Principe Regente de Portugal, e abandonar o tom absoluto, e imperiozo, com que rege a Europa opprimida, e restituir á Coroa de Portugal o que invadio no meio da Paz, e sem provocação; S. A. R. se apressará então de renovar os enlacs, que terião sempre subsistido entre os dois Paizes, e que devem ligar as Nações, que jámais se dividirão essencialmente entre si, senão pelos principios de huma ambição sem limites, e que a experiencia dos Seculos tem bem mostrado, quanto são contrarios á prosperidade, e tranquillidade daquellas, que os adoptão. Rio de Janeiro em 1 de Maio de 1808 (1)."

Impresso na Impressão Regia em Portuguez, e em Francez. (Extraido da Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações, offerecida a ELREI NOSSO SENHOR pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1802 a 1810. Lisboa, Na Typografia Maigrense, Anno de 1826.)

(1) Foi remetido este Manifesto aos Prelados Diocesanos, e Governadores e Capitães Generaes em Avisos de 9 de Junho de 1808.

TEXTO DA DECLARAÇÃO DE GUERRA AO IMPERADOR
DOS FRANCESES, PUBLICADO NA COLEÇÃO DE LEIS DO
BRASIL, ANO DE 1808 (Junho).

“Havendo o Imperador dos Francezes invadido os Meus Estados de Portugal de huma maneira a mais aleivosa, e contra os Tratados subsistentes entre as duas Coroas, principiando assim sem a menor provocação as suas hostilidades, e declaração de Guerra contra a Minha Coroa; convém á dignidade della, e á Ordem, que occupo entre as Potencias declarar similhantemente a Guerra ao referido Imperador, e aos seus Vassallos; e portanto Ordeno, que por Mar, e por Terra se lhes fação todas as possiveis hostilidades, authorizando o Corso e Armamento, a que os Meus Vassallos queirão propôr-se contra a Nação Franceza; declarando, que todas as tomadias, e prezas, qualquer que seja a sua qualidade serão completamente dos Aprezadores sem dedução alguma em beneficio da Minha Real Fazenda. A Meza do Desembargo do Paço o tenha assim entendido, e o faça publicar, remettendo este por cópia ás Estações competentes, e affixando-o por Editaes. Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Junho de 1808. — Com a Rubrica do Principe Regente”.
Impresso na Impressão Regia.

PROCLAMAÇÃO DO GENERAL JUNOT AOS PORTUGUESES, ANTES DE ENTRAR NO REINO COM O EXÉRCITO SOB SEU COMANDO

(Trad. de A. L.)

Habitantes do Reino de Portugal!

Um exército francês vai penetrar vosso território. Esse exército vem para vos libertar do jugo dos ingleses e faz marchas forçadas a fim de salvar vossa bela cidade de Lisboa, para que não tenha a mesma sorte de Compenhague. Mas desta vez estará perdida a esperança do pérfido Governo inglês. Napoleão, que não descuidado da sorte do continente, viu a prêsã que os tiranos dos mares já estavam devorando em seus corações, mas não consentirá que ela caia em seu poder.

Vosso príncipe declarou guerra à Inglaterra; então estamos em acôrdo na causa comum. Pacíficos habitantes dos campos, nada receeis. Meu exército é tão disciplinado quanto bravo. Minha honra responde por sua boa conduta. Que em tóda parte encontre êle o acolhimento que lhe é devido, como soldados que são de Napoleão o Grande. Que êle encontre, como o espera, os víveres de que terá necessidade; mas acima de tudo, que o campônio fique tranquilo em seu lar. Eu vo-lo prometo, e cumprirei minha palavra. Será punido da maneira mais rigorosa todo soldado francês que se entregar ao roubo.

Todo indivíduo, qualquer que seja sua situação social, que receber contribuições ilegalmente, será citado perante um conselho de guerra a fim de ser julgado com todo o rigor das leis.

Todo indivíduo do reino de Portugal, que não pertencendo às tropas de linha, fôr encontrado fazendo parte de qualquer conjunto armado, será fusilado.

Todo indivíduo que se arvorar em chefe de um grupo armado ou de conspiração, com a intenção de armar os cidadãos contra o exército francês, será fusilado.

Tôda cidade ou vila onde fôr assassinado qualquer individuo pertencente ao exército francês, pagará uma contribuição que não poderá ser menor que o triplo de suas rendas anuais. Os quatro principais habitantes servirão de reféns para o pagamento da soma; e a fim de que a justiça seja exemplar, sera incendiada e totalmente arrasada a primeira cidade, vila ou aldeia onde fôr assassinado um francês.

Mas tenho a satisfação de me convencer de que os portugueses conhecerão seus verdadeiros interêsses e que, secundando os conselhos pacíficos de seu príncipe, nos receberão como amigos, e que a bela cidade de Lisboa particularmente me verá com prazer penetrar seus muros à frente de um exército que pode, sòmente êle, preservá-la de se tornar a prêsa dos eternos inimigos do continente.

Feito em meu quartel-general de Alcântara, 17 de novembro de 1807.

Assinado Junot

PROCLAMAÇÃO DO GENERAL JUNOT A LISBOA, DIVUL-
GADA A SEU PEDIDO, ANTES DE ENTRAR NESTA CIDADE,
A 30 DE NOVEMBRO DE 1807

(Trad. de A. L.)

Habitantes de Lisboa!

Meu exército vai entrar em vossa cidade. Venho com o ob-
jetivo de salvar vosso pôrto e vosso príncipe da maléfica influ-
ência da Inglaterra. Mas êste príncipe, respeitável por suas vir-
tudes, deixou-se enganar por pérfidos conselheiros, que o en-
tregaram a seus inimigos e ousaram assustá-lo sôbre sua segu-
rança pessoal, não levando em consideração os seus súditos; e
vossos interêsses foram sacrificados pela covardia de alguns cor-
tesãos.

Habitantes de Lisboa, ficai tranquilos em vossas casas, nada
temei, nem de meu exército nem de mim; apenas nos devem
temer os nossos inimigos e os maus.

O grande Napoleão, meu senhor, envia-me para que vos
proteja, e eu vos protegerei.

Assinado *Junot*

DECRETO DE NAPOLEÃO, PUBLICADO EM LISBOA A 1.^o
DE FEVEREIRO DE 1808

(Trad. de A. L.)

Em nosso Palácio Imperial de Milão, 23 de dezembro de 1807.

Napoleão, etc.

Temos decretado e decretamos o que se segue :

Art. 1.^o Uma contribuição de cem milhões será imposta ao reino de Portugal, para servir de resgate de tôdas as propriedades, qualquer denominação que tenham, pertencentes a particulares.

Art. 2.^o Esta contribuição será dividida por províncias e cidades, conforme os recursos de cada uma, sob os cuidados do nosso general em chefe do nosso exército. Tomar-se-ão as medidas necessárias para sua rápida percepção.

Art. 3.^o Todos os bens pertencentes à rainha de Portugal, ao príncipe regente e aos príncipes que possuem apanágios, serão penhorados.

Todos os bens dos nobres que acompanharam o príncipe e não voltarem ao reino até o dia 15 de fevereiro de 1808, serão igualmente penhorados.

Napoleão

PROCLAMAÇÃO DO GENERAL JUNOT, DE 1.º DE FEVEREIRO DE 1808, ANUNCIANDO QUE NAPOLEÃO SE DECLARARA O ÚNICO SENHOR DE PORTUGAL

(Trad. de A. L.)

Habitantes do reino de Portugal!

Vossos interesses chamara, a atenção de S. M. o Imperador nosso augusto senhor. Qualquer irresolução deve desaparecer. Está decidida a sorte de Portugal; seu futuro está assegurado, porque Napoleão o Grande o tomou sob sua tóda poderosa proteção.

O príncipe do Brasil, em abandonando Portugal, renunciou a todos os seus direitos à soberania dêste reino. A Casa de Bragança cessou de reinar em Portugal.

O Imperador Napoleão deseja que êste belo país seja administrado e governado, todo inteiro e em seu nome, pelo general em chefe de seu exército.

É difficil executar a tarefa que me é imposta por esta marca de benevolência e de confiança do meu senhor; mas espero fazê-lo dignamente, ajudado pelos homens mais instruidos do reino e pela boa vontade de todos os seus habitantes.

Já disponho de um Conselho de Regência que me esclarecerá sôbre o bem que devo fazer; alguns administradores serão enviados às províncias com o objetivo de melhorar a administração e estabelecer a ordem e a economia.

Vou dar ordens para que se rasguem estradas e construam-se canais, a fim de facilitar as comunicações e tornar florescentes a agricultura e a indústria, dois ramos igualmente necessários à prosperidade de um país, que é facil de restabelecer num povo espiritual, paciente e intrépido.

As tropas portugêsas, comandadas pelos seus chefes mais competentes, breve formarão uma só familia com os soldados

de Marengo, de Austerlitz, de Iena, de Friedland; e entre êles nenhuma rivalidade existirá senão a que deriva da bravura e da disciplina.

Bem administradas, as rendas públicas assegurarão a cada empregado o prêmio de seu trabalho; e a instrução publica, esta mãe da civilização dos povos, será difundida nas províncias. Os Algarves e a Beira-Alta um dia também terão o seu Camões.

A religião de vossos pais, a mesma que todos nós professamos, será protegida e socorrida pela mesma vontade que soube elevá-la no vasto império francês, mas isenta das superstições que a desonram. A justiça será ministrada com igualdade e desembaraçada dos entraves e decisões arbitrárias que a subjulgavam.

A tranquilidade pública jamais será perturbada por ladrões horrorosos, resultado da ociosidade; e se existirem bandidos incorrigíveis, uma polícia ativa os afastará da sociedade. A vergonhosa mendicância não mais arrastará seus imundos andrajos na soberba capital, nem no interior do reino. Para evitar esta miséria, serão estabelecidas casas de trabalho: o pobre verdadeiramente pobre nela encontrará um asilo, e o preguiçoso será designado para trabalhos necessários à sua manutenção.

Habitantes do reino de Portugal, ficai tranquilos: recusai as intrigas daqueles que queriam vos conduzir à rebelião e aos quais convém que o sangue seja derramado, contanto que seja o sangue do continente. Entregai-vos confiantemente aos vossos trabalhos, porque dêles colhereis o fruto. Se se tornar necessário que façais algum sacrifício nos primeiros momentos, é porque se encontre o governo em condições de melhorar vossa sorte. Aliás, são indispensáveis êsses sacrifícios, para que se mantenha a subsistência de um grande exército, necessário aos vastos projetos do Grande Napoleão. Em vós estão fixos seus olhos vigilantes, vossa felicidade futura está assegurada, e êle vos amará como a seus súditos franceses. Procurai merecer sua magnanimidade por vosso respeito e vossa obediência à sua vontade.

Lisboa, 1º de fevereiro de 1808.

Assinado Junot

A OCUPAÇÃO DE SERGIPE PELOS REVOLUCIONÁRIOS BAHIANOS DE 1821

EPIFANIO DÓRIA

Já é tempo de proceder-se a uma revisão da história de Sergipe, no que se refere às colisões de sua gente com os seus vizinhos de além Rio Real.

Não acariciamos a veleidade de estarmos à altura dessa tarefa que demanda altos dotes de inteligência e agudez de vista para observar e julgar fenômenos delicados de ordem social ou política. Acontecimentos desenrolados há bem mais de um século não de estar, por certo, fóra do risco de reacenderem paixões soterradas pela enxada de aço do tempo.

A história de uma agressão da multissecular Bahia á pequenina província de Sergipe, visando pura e simplesmente anexação de território, como asseverou o notável historiador patricio Dr. Felisbello Freire, em sua História de Sergipe, pag. 224, hoje sujeita a revisões e adições, não nos parece em condições de passar em julgado. Contra toda a sua cerrada dialética, afirmando o contrário, quer nos parecer que o gesto dos revolucionários constitucionalistas da Bahia de 10 de fevereiro de 1821 foi um ato de comezinha estratégia, procurando garantir um flanco que se ficasse em aberto poderia causar-lhes catastrófica surpresa, dando ensanchas a um ataque decisivo por forças legalistas coletadas nas províncias do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, de vez que nenhuma das referidas províncias se apressara em acudir ao chamado de adesão que a Bahia revolucionária lhes mandou sem éco.

Essas províncias não estavam ainda suficientemente esquecidas dos horrores que sofreram da reacção legalista por ocasião da revolução de 1817, para meterem-se facilmente em nova aventura.

A Bahia, referimo-nos à cidade, onde preponderava muito, e tradicionalmente, o elemento português, que não podia ser indiferente à tristeza dos seus irmãos de além mar, vendo a velha terra lusitana que dominara mares e terras, admirada por todos os povos, reduzida, praticamente, a uma colónia do Brasil, que ela colonizara.

Havia na Bahia, agravando a delicadeza do momento todo um regimento português, o 12º que daria mão forte aos revolucionários se o rei D. João VI tentasse fazer abortar o movimento. Tomando conhecimento da revolução constitucionalista que irrompera no Porto, a 17 de outubro de 1820, inspirada pela que, por sua vez, rebentara na Espanha a 7 de março desse ano, contra o absolutismo cimentado pela Santa Aliança, surgida das cinzas do espetacular fracasso de Napoleão Bonaparte, elementos prestigiosos da Bahia levantaram-se corajosamente, aderindo à revolução do Porto, como já acontecera em Belém do Pará, outra cidade onde o elemento português desfrutava de prestígio.

No Pará o golpe foi fácil porque estava fora do governo o respectivo capitão-mor, conde de Vila Flor, que fôra ao Rio de Janeiro cuidar do seu casamento com uma filha do conde de Loulé, não sendo, pois real a sua deposição do governo da província pelos revolucionários, como afirma o grande João Ribeiro em sua erudita História do Brasil, 16ª edição, pag. 340.

O conde de Vila Flor estava no Rio, no gozo de licença, e não voltaria ao Pará, estando em perspectiva a sua nomeação para o governo da Bahia, em substituição ao conde da Palma.

Na Bahia, como era esperado, foi fácil o golpe, dada a "frouxidão e atitudes descuidadas", do respectivo capitão-mor, o referido conde da Palma. Cuidara-se em substituí-lo quanto antes pelo conde Vila Flor, que gozava da confiança da tropa, mas pelo labirinto de intrigas em que se debatia o rei a nomeação não se fez e a revolução se deflagrou mais cedo do que se esperava.

O Dr. Aníbal Gama, em sua obra "Libertação do Brasil do Jugo Lusitano" referindo à atitude do governo de Sergipe, nesse drama político, fez um pouco de confusão, mas acentuou que o governador Carlos Cesar Burlamaque, estando disposto a reagir contra as disposições da Bahia, foi preso e remetido para a capital do país, erro aliás nesta parte, pois a remessa do governador preso foi para a Bahia.

Vale ressaltar cada vez mais a correção do Brigadeiro Burlamaque nesse episódio de nossa história. Português de nascimento, mas brasileiro por adoção, era militar cioso do cumprimento de seus deveres. Não agiu como um faccioso, mas como um corajoso e inteligente legalista. Tinha então 44 anos de idade e foi absolutamente fiel ao seu rei, como lhe cumpria, na sua condição de militar, exercendo cargo de confiança.

Segundo o Dr. Aníbal Gama, livro citado, pag. 228, o Ceará, sob o governo do capitão de mar e guerra Francisco Alberto Rubim, longe de vir em favor dos revolucionários da Bahia, mostrou-se em franca hostilidade à revolução. Na Paraíba, ainda no dizer do Dr. Aníbal Gama, pag. 229, "as autoridades se mostraram reservadas até que lhes chegaram as novas do movimento revolucionário do Rio de Janeiro", quer dizer, depois de vencidas as resistências pessoais de D. João VI, que teimava em acreditar que o surto revolucionário do Porto não se irradiaria ao Brasil e que se irradiando seria logo sufocado.

No Rio Grande do Norte verificou-se a mesma atitude de não participação do surto revolucionário da Bahia. Governava Pernambuco a esse tempo o marechal de campo Luiz do Rêgo Barreto, o mesmo que, com mão de ferro e farto de jorrar sangue, aniquilara a revolução pernambucana de 1817. Não correu em favor dos bahianos. Até mesmo depois de quebrada a teimosia de D. João VI, que resolveu adotar a constituição do Porto, Luiz do Rêgo mostrava-se resistente à onda de liberalismo que seguia a sua marcha impetuosa, da Espanha a Portugal e de Portugal ao Brasil.

O Dr. João Ribeiro, em sua História do Brasil, 16ª edição, pag. 340, disse:

"Em Pernambuco a população, por temperamento e tradição nativista, conservou-se indiferente à revolução portuguesa,

deixando o absolutismo entregue aos seus próprios destinos”.

Alagôas, por sua vez, manteve-se na atitude das demais províncias do nordeste, não correndo em auxílio aos revolucionários da Bahia, que ficaram, deste modo, isolados. Assim acontecendo impunha-se aos revolucionários garantirem o seu flanco norte até que D. João VI, impotente para abafar a revolução em Portugal, posta em perigo a corôa dos Braganças, aceitasse a constituição que lhe era imposta.

Voltando ao episódio da invasão e dominação de Sergipe pelos revolucionários bahianos, compreendo que será fácil objectar-se que se a ocupação de Sergipe fôsse apenas para evitar surpresas no flanco norte, resolvido o caso deveria cessar, de logo, a medida violenta. Justo, porém, é reconhecer que os efeitos de uma revolução, os erros nela cometidos, na precipitação dos acontecimentos, não se corrigem com a facilidade preconizada pelos simplistas, pedem tempo e prudência para tanto. Não fôra o surto revolucionário de 1820 e a paz de Sergipe não teria sido alterada.

Quando Burlamaque se apresentou ali, de viagem para Sergipe, o govêrno legal nas mãos do conde da Palma, tudo facilitou ao delegado do rei para ocupar o govêrno de Sergipe.

As revoluções, de ordinário, nos seus choques não obedecem às leis dos povos, mas à força dos instintos. Conforme à sua gravidade, não raro, recorrem a comportamentos da mais alta gravidade, como a pilhagem, ao saque, etc. e os escombros que deixam, passada à sua fúria, não se remediam senão com demora.

O GOVERNO INÁCIO BARBOSA (*)

BONIFÁCIO FORTES

Muito se tem escrito sobre Inácio Barbosa, o retorno ou a mudança da capital Sergipana, a fundação do Aracaju. Infelizmente quase sempre impera um personalismo extremado, exteriorizado ou numa negação completa ou num endeusamento total.

Para a maioria dos historiadores, Inácio Barbosa ou é um estadista raro ou apenas um "caixeirinho do Barão de Maruim". Estes excessos, condenáveis e impróprios, são causados porque se limitaram a estudar os atos de um homem ou os acontecimentos em sua singularidade. Restringiram-se apenas a fatos sem cuidarem da realidade social, econômica e geográfica do meio. Fizeram História, mas História pela metade. Interpretaram — quando interpretaram — apenas a superfície dos acontecimentos, analisaram um fato em função do homem, quando o científico é buscar-se a verdade do confronto, do estudo entre a infra-estrutura e a super-estrutura sociais. Procurarei assim fazer. Não estudarei um acontecimento em função de um homem nem este em função de um acontecimento. Pretendo integralizar a realidade humana, cultural, social e econômica de uma época e de uma sociedade, pois, somente assim, creio estar sendo sincero à verdade histórica, a mim próprio e a Inácio Barbosa, em cujo governo Aracaju começou a viver.

* * *

Nos primeiros dez anos do "governo Pedro II" procurou-se estruturar organicamente o funcionamento do regime político.

(*) Conferência pronunciada em nome do I. H. G. de Sergipe, no dia 24-X-1955 em comemoração do centenário do falecimento de I. J. Barbosa ocorrido no dia 6-X-1855.

Neste regime a classe dominante sustentou-se firmemente por quase cinquenta anos de indiscutível mando. Os dois partidos oriundos desse domínio eram, na assertiva de Oliveira Viana, “agregados de clãs organizados para a exploração em comum das vantagens do poder”, o que ainda acontece atualmente. Até 1870 o que se verifica, com rápidas pausas, é o entredevoramento da classe dos proprietários rurais. Notam-se, no entanto, apesar de serem amorfos e indefinidos, alguns matizes nos dois partidos. O liberal, propenso às idéias novas, maior autonomia das províncias e reformas rápidas. O Conservador, favorável à tradição política e as reformas moderadas, seguramente apoiadas pelo opinião pública. O maior ou menor reacionarismo dos dois bandos dependia das suas facções regionais. A verdade é que os conservadores fizeram mais reformas do que os liberais, adiantando-se a éstos no recêio de que os liberais as fizessem exageradas. Na mudança constante dos Gabinetes tinha o Imperador uma arma de seu tão discutido “poder pessoal”. O Poder Moderador foi, então, a sua maior garantia e a principal fortaleza do trono.

O segundo Império, escravocrata por excelência, foi, antes de tudo, uma situação de equilíbrio, pois as reformas e o progresso foram sempre atenuados.

Na década de 1840 os problemas econômicos do Brasil eram causados e agravados, ao mesmo tempo, pela questão da extinção do tráfico de escravo, retardado pelas tendências intervencionistas do imperialismo inglês que, a custa de violências, espicava os nossos brios e empedernia a teimosia de traficantes e proprietários. Afinal, em 1850, pela Lei Euzébio de Queiroz, durante o Ministério Conservador do Visconde de Monte Alegre, foi extinto o tráfico escravo e uma aura de progresso surgiu no Brasil.

A liberação dos grandes capitais nacionais, não mais empregados nos tráfico escravo, possibilitou a realização de grandes empreendimentos planejados pelo Barão de Mauá, dinamizadores da economia e finanças nacionais. Foi positivamente este período de prosperidade, de crédito mais fácil, concorrendo com a Consolidação do governo Central que permitiu o surgimento da pacificação política, o Gabinete Paraná. Os membros da classe dirigente no poder, se convenceram de que o importante de fato era sua prosperidade econômica um ambiente que tornasse possível e vantajosa a aplicação dos capitais liberados. Esta febre de realizações e negócios acelerou até nas Províncias mais modestas, o empenho natural de unir os principais centros de distribuição de mercadorias com a capital, e conseqüentemente, a substituição do tipo de cidade-fortaleza

pelo tipo de cidade-pôrto". (B. Fortes — Evolução da paisagem humana da cidade do Aracaju.).

Felisbello Freire, 1º Sistematizador de nossa História, nem sempre sereno, principalmente nas últimas páginas de sua grande obra, documenta com realismo a situação de Sergipe depois do 2º período da Regência. Afirma que as administrações da Província, com exceção das do Dr. Anselmo Francisco Peretti e Alvares do Amaral, "se caracterizaram pela indiferença à prosperidade geral, às necessidades das classes produtoras".

Havia, assim, uma dissociação entre as inclinações e tendências da classe dos proprietários rurais e os designios e expedientes dos vários Presidentes de Províncias, que se sucediam numa rapidez incrível, não somente obedecendo à constituição dos Gabinetes como mesmo aos vários choques dentro de um mesmo Ministério. A luta pelo mando regional tomava proporções sérias devido a rivalidade acerba das facções partidárias, a inexistência de uma moral pública sadia e mesmo aos espíritos inflamados dos políticos que manobravam indisfarçadamente os rápidos e desautorizados governos, exercidos, habitualmente por meros funcionários públicos do Império.

Sem fôrça, estes governos Provinciais se entregavam à vontade dos dominadores, ficando impunes os crimes que se perpetravam e sem regalias os cidadãos do Partido que não era o da situação.

Acentua Freire que o espírito público da Província se foi tornando indiferente às usurpações que o arbítrio tendia a conquistar contra as suas liberdades "e que nenhuma manifestações de civismo encontra o historiador contra os abusos que se cometiam".

Infelizmente as sociedades possuem fases em que os criminosos são protegidos pelos homens que detêm o poder vivendo a zombar da justiça, criminosos que percorrem armados povoados e vilas sendo até chamados de "os chefes de polícia". Eram, como lembra Felisbello Freire, os "Inocência" em Larangeiras, o "Quincas" em Propriá e o "Xicão" em Itabaiana. Este fato, aliás, demonstra que, quando as elites se desintegram, abusam de seus privilégios, a impunidade e o banditismo campeiam. A falência de segurança, de probidade administrativa" teria que resultar, também, no silêncio popular que Felisbello traduz como degeneração da massa anônima, — dos "sans culote" premeida entre a escravidão e a muralha intrasponível da classe aristocrata rural — que, aliás, possuía meios de protestos. Também nos grupos políticos que se revezavam no poder não existia força moral para fundamentar protestos contra as ilegalidades, violências e abusos. Ninguém podia atirar pedra em nin-

guém. O regime era de sujeição, imperando o nepotismo mais desbragado. A classe rural desunida não possuía autoridade nem descortínio para pressionar os administradores — quase todos desconhecedores da realidade sergipana — no sentido de serem realizadas reformas e obras de que a Província tanto necessitava. Os dois partidos políticos do 2º Império em Sergipe tomavam designação curiosa. O Liberal também chamado "Luzia", "Rapina", "Legal", e o Conservador denominado "Corcunda", "Saquarema" e "Camondongo", eram a síntese do aventureirismo político, da desorganização e da inexistência de princípios de prática administrativa.

Os liberais se enfraqueciam. Tolerado bastante tempo pelo governo Central, o líder do Partido liberal em Sergipe, Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Bôto, na metade do século XIX foi tendo o seu prestígio diminuído na Córte e entre os Sergipanos, principalmente após a morte do Dr. Fernandes de Barros e também porque em sua hegemonia permitia ou acobertava através de correligionários, tropelias e crimes.

Conseguindo manter-se na Situação através vários Gabinetes Conservadores, Almeida Bôto foi, no entanto, perdendo terreno, o que também coincidia com o acentuado enfraquecimento econômico de sua zona de maior influência: O Vaza-Barris.

-Na Legislatura de 1854 a Assembléia Provincial, já sob a influência Conservadora, resolveu crear a Vila de Itaporanga D'Ajuda, desmenbrando-a da Capital, São Cristovão, vizando diminuir a força dos liberais. Sendo os protestos contra a Lei de nº 383 prestigiosos e violentos, o Presidente Barbosa não a executou, sòmente o fazendo quando a Capital já se tinha deslocado para a órbita da Cotinguiba.

A situação da Província não era de paz e segurança. Antes de 1853 lê-se em vários documentos da época, — jornais e pasquins — que os ânimos continuavam, apesar da Conciliação, exaltados. O "Correio Sergipense" de fevereiro de 1853, quando era seu redator o Vigário José Gonçalves Barroso, acusava acerbamente os liberais, apontando-os como republicanos.

A atmosfera de tensão e desconfiança havida durante a Presidência de Oliveira Silva foi um pouco arrefecida mas não desapareceu durante os sóbrios e realizadores 4 meses e três dias em que governou a Província o Dr. Luiz Antônio Pereira Franco que, tomando posse a 14 de julho de 1853, passou o governo a 17-XI-53 a Inácio Joaquim Barbosa, nomeado por Carta Imperial de 7-X-53.

Chegava a Sergipe no dia 14 de Novembro às 9,30 da noite aquele que iria ter um lugar de tanto destaque em nossa História. Segundo o que se constata da noticia de sua morte, inser-

ta no *Orgão Oficial de Sergipe* de 17 de Outubro de 1855, Inácio Joaquim Barbosa nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 10-X-1821. Infelizmente a questão do seu nascimento e origem ainda não está suficientemente esclarecida. Torna-se preciso uma pesquisa especializada no Rio, Ceará, S. Paulo e Paraíba do Sul, lugares em que o Presidente Barbosa exerceu atividades. Afirmam que Barbosa era pobre e nascido de família "de baixa estirpe" (Sebrão, *Laudas*-387). Existe a desconfiança de que o mesmo fôsse mulato, no entanto, nenhum dado preciso existe nem nenhuma fotografia sua foi encontrada que tal positive. Sua infância é silêncio. Sabe-se, porém que já como funcionário do Tesouro Nacional cursara a Faculdade de Direito de São Paulo bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Os arquivos da Faculdade Paulista deverão ser uma fonte admirável sobre o Presidente Barbosa. Conta Cruz Aguiar (*Revista do Instituto Histórico do Ceará*, nº 34) que Inácio Joaquim Barbosa, a cujo nome acresce "Filho", assumiu o cargo de Secretário da Presidência do Ceará no governo de Fausto Aguiar, 16º Presidente, substituindo o Dr. Luiz José de Sampaio Júnior, que fôra exonerado a 13-V-48. Inácio Barbosa já exercera antes a Magistratura na cidade de Parahyba do Sul onde fôra Juiz Municipal. Pouco antes de ser nomeado Secretário do Governo do Ceará, tomara parte, no dia 2 de fevereiro de 1848, na grande recepção oferecida ao Imperador Pedro II na fazenda "Governo" na Parahyba do sul, pertencente ao Dr. Joaquim Antônio Pereira da Cunha e a sua mãe a Marqueza de Inhambupe. Exerceu o jornalismo nas colunas do jornal "Pedro II" do Ceará defendendo o Presidente Cruz Aguiar. Foi Barbosa nomeado 6º Vice-Presidente da Província nordestina em 1849. Nota-se, por estas notícias, que Barbosa soube se impor no Ceará pelo preparo e eficiência administrativa.*

* Tão radicado estava na Província nordestina, casado já com D. Maria de Gouvêa, filha do vice-cônsul português Manuel Caetano de Gouvêa, negociante, que, quando em Agosto de 1850 deixava o governo do Ceará o Presidente Aguiar, continuou êle na função de Secretário. Sômente depois é que, com a finalidade de exercer seu cargo na Tesouraria Nacional, partiu Barbosa para o Rio a bordo do vapor "Pernambucana" acompanhado de sua senhora e de dois filhos de tenra idade". Havia o futuro fundador de Aracaju permanecido no Ceará dois anos, 4 meses e 12 dias. Deixou laços de sangue, amizades e prestígio na terra alencarina — por muito tempo tida como sua terra natal — de tal sorte que foi candidato à Assembléia Geral (8ª Legislatura) sendo eleito entre os suplentes, isto em 1851, conforme assinala o barão Homem de Melo (*Revista do Instituto His-*

tórico de Sergipe — 1917). Por decreto de 29-XI-50 foi nomeado 1º Oficial da Secretaria da Fazenda em uma reforma realizada no Tesouro Nacional. Tomou posse desse cargo a 4-XII-1850.

Em 1852, convidado pelo deputado cearense Miguel Fernandes, segundo registra Cruz Aguiar, tomou parte nas sessões da Câmara temporária.

O Barão Homem de Melo adianta que o exercício legislativo de Barbosa foi em substituição ao Deputado José Pereira da Graça. Nesta sessão no dia 23 de julho, apresentou Inácio Barbosa um projeto sobre o Contencioso Administrativo, cuja curta justificação iniciava-se assim: "Sr. Presidente, tendo tido ocasião de observar por vezes, como empregado na Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, que os princípios de competência das autoridades administrativa e judiciária com relação a sua jurisdição contenciosa, nem sempre tem sido considerados e respeitados pela última dessas autoridades no julgamento das causas da Fazenda pública, resultando daí conflitos e embaraços à pública administração, pareceu-me que de alguma utilidade seria qualquer trabalho que se propuzesse a precisar os limites dessa competência, segundo a nossa legislação." Pois pretendia que "a jurisdição administrativa, que já hoje é uma verdade legal, passará a ser também uma verdade prática, cessando o antagonismo entre a jurisprudência e a lei." (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe — 1917 — Transcrevendo Anaes da Câmara de 1852, 2º vol, pg. 336 — pg. na revista 84 e 87).

Cruz Aguiar ainda informa que em 1853 tornou Barbosa a fazer parte da representação cearense substituindo, como suplente, o deputado André Bastos Oliveira. Inácio Barbosa já enviudara quando chegou a Sergipe.

No dia seguinte ao de sua noturna chegada em S. Cristovão foi-lhe oferecido pelo ex-presidente Dr. Franco, "um esplêndido jantar, ao qual assistiram os chefes de Repartições Públicas e mais pessoas gratas daquela cidade, além de todos aqueles que tiveram a honra de acompanhar S. Excia. em sua viagem de Laranjeiras". Anunciava ainda o Correio Sergipense de 16-XI-53 que "S. Excia. (Barbosa) tendo chegado assás incomodado em sua saúde não pôde tomar imediatamente posse na Assembléia da Província, a qual terá lugar amanhã ao meio dia".

De fato, no dia 17 de Novembro, no Paço da Assembléia Provincial, que ali estava reunida, teve lugar pela Câmara Municipal da Cidade, a posse de Inácio Joaquim Barbosa com "todo aparato de que é digno", após a qual, os presentes acompanharam o novo Presidente a Palácio.

O Barão de Maruim, demonstrando seu agrado para com o ex-presidente Franco, ofereceu-lhe um baile de despedida.

A fama do banditismo e impunidade reinantes em Sergipe era tal que a primeira providência do Presidente Barbosa foi pedir ao Chefe de Polícia uma relação dos crimes e criminosos, isto no dia seguinte à sua posse. Não podendo o Presidente, por falta de recursos, combater o banditismo, apelou para o Ministro da Guerra do Império que aumentou o efetivo local da Companhia Fixa — Tropa de Linha.

Outra prova dos propósitos pacificadores de Inácio Barbosa é a mudança radical sofrida pelo "Correio Sergipense", dirigido, então por A. A. da Silva, que desde 29-X-53 (ainda no governo do Dr. Franco) substituíra a M. P. de Vasconcelos, em caráter interino, — o qual que sucedera, nos meados de 53, ao Vigário Barroso.

Cessaram por muito tempo, completamente, as verrinas, os ataques pessoais, as longas pasquinadas tão comuns, principalmente nos números do governo de Oliveira Silva. As seções do órgão oficial foram organizadas com critério, passando a publicar, desde logo, na íntegra, os atos do Governo Central. Os artigos de interesse público tomaram o lugar das diatribes.

Como tudo o que envolve sua vida os primeiros meses de Barbosa no poder estão sujeitos a acéras controvérsias. Teria ele sido um autêntico representante da Conciliação que se fazia com razoáveis intentos de harmonização partidária e progresso econômico ou obrava apenas como instrumento dos Conservadores ou "Saquaremas" de Sergipe? Se a simpatia com que o receberam é evidente, não foi, porém, extremada, pois o curto e realizador governo do Dr. Franco, deixara relativas saudades. Se para a "União Liberal", que trocava tão acéras discussões com o "Correio Sergipense" o Presidente Barbosa "era delegado de um governo que fez uma tão solene promessa ao país e que em parte já a tem realizado, nutrimos as mais sinceras esperanças de ver em S. Ex. a repercussão do pensamento da Coróia e dos sentimentos do Gabinete de 6 de setembro" ("União Liberal" de 16-XI-53), notava Barbosa, em carta dirigida ao Ministro da Justiça Nabuco de Araújo, que os "Rapinas" e "Luzias", "estavam um tanto prevenidos a meu favor". Sebrão, Sobrinho diz em sua alentada e minuciosa obra "Laudas da História do Aracaju" que "Barbosa, apenas para conestar, se fingia amigo de todos, isto é, partidário da Conciliação" e que "só protegia de fato os "Saquaremas", apesar de se cercar de "Saquaremas" e "Luzias".

Se os Liberais, da esperança demonstrada em Novembro, passaram a reconhecer um mês depois que Barbosa encetara boa administração, já em janeiro demonstravam desilusão alegando que os seus atos não correspondiam às palavras. José Calasans ("Aracaju, contribuição à História da Capital de Sergipe" pg. 17) sugere que tal atitude de deve ao fato de Barbosa não ter "readmitido funcionários demitidos em administrações passadas".

Os ataques dos liberais ao Presidente não eram, contudo, muito violentos e Barbosa, com raro tato, pairando mais alto que as ciúmadadas, demonstrando empenho de atacar os problemas mais críticos e urgentes da Província, soube se colocar numa posição de respeito, que, e, apesar de mais prestigiado pelos Conservadores, não era desdenhado pelos liberais, os quais, reconhecendo a sua atividade, passaram a apoiá-lo quase unânime. A obra realista de Barbosa não autoriza ninguém a apodá-lo de "testa de ferro", "pau mandado" ou uma "manivela do Senhor Barão de Maruim".

Se o presidente quase sempre anuiu aos propósitos da maioria liderada por este notável homem público que foi João Gomes de Melo, fê-lo sem a hostilidade dos liberais que não mais contavam com a chefia ostensiva do Comendador Almeida Bôto e percebiam as vantagens de apoiar um Presidente que via claro os problemas da classe de senhores de engenhos e proprietários rurais, procurando resolvê-los.

Tomando pé politicamente, auscultando os desejos das classes, errônea e injustamente denominadas produtoras, procurou Barbosa, de imediato, inteirar-se da situação econômica e financeira da Província. Quando assumiu o governo a receita de Sergipe no exercício 1852-53 era de 279.410\$164 contos contra uma despesa de 232.925\$939 contos com um saldo, portanto, de... 46.484\$225, situação financeira boa e economicamente em ascensão.

Constatamos que, de 1850 a 1853 entraram pela Barra da Cotinguiba 698 embarcações sendo o único pôrto a receber navios de longo curso, enquanto que, pelos portos do Rio Real e Vaza-Barris entravam apenas 282 embarcações, sendo 212 pelo Rio Real e 70 pelo Vaza-Barris, total menor do que o número de embarcações entradas apenas em 1852-53 pelo Rio Sergipe. A ascendência e importância da Barra da Cotinguiba, devido à produção riquíssima de seu vale, iria aumentar consideravelmente depois da abertura do Canal Pomonga, ligando o Vale do Japarutuba ao Vale da Cotinguiba. As obras do Canal Pomonga, entregues a Travassos, haviam começado em 26-IX-53 e o Dr. Pereira Franco, antecessor de Barbosa, dizia de sua impor-

tância no relatório com que lhe passou a Presidência: "Para que V. Excia. tenha alguma ideia da utilidade do canal, de que hei tratado, convém que aqui observe, que sua abertura tem por fim estabelecer uma comunicação fácil e vantajosa entre certos povoados centraes como a Vila de Capela e a Missão de Japaratuba com outros à beira mar ou ribeirinhos como a Barra dos Coqueiros, Aracaju, Santo Amaro, Pôrto das Rêdes, Maroim, Bom Jesus, Divina Pastôra, (sic) Socorro e Laranjeiras. Daí resulta que igualmente se facilitando o comércio entre tais povoados, os gêneros de beira mar que tanto faltão e sobem de preços nos lugares do centro e os gêneros deste que tão escassos são e tão caros se tornam naquelas paragens, terão de abundar e, portanto, de diminuir de valor, satisfazendo assim mais comodamente e em maior escala as precisões que deles houverem. Além disso a abertura do canal tende a facilitar extraordinariamente o transporte de açúcar, concorrendo principalmente para que se aproveite o mel (o valor de uma pipa era igual ao seu transporte quando trazida para o litoral) que presentemente não se exporta. Na ribeira do Japaratuba estão situados mais de 120 engenhos, cujas caixas em número superior a 6 mil são em sua maior parte levados para os trapiches de Maroim na distância de 4 a 8 léguas" (Relatório do Dr. Franco — Correio Sergipense", de 26-IX-53). Acrescente-se que a Barra do Japaratuba era navegada normalmente até 1805. Depois os naufrágios se sucederam.

A orientação para o deslocamento do centro político em função do centro produtivo e econômico iniciou-se quando as paixões políticas começaram a amainar. Já em 1852 muda-se a Alfândega e em 1854 o Presidente Barbosa transfere a Mesa de Rendas Provinciais do Pôrto das Rêdes para a Barra dos Coqueiros e a 19-I-1855 a Alfândega passa da Barra para o Aracaju.

Na fala que o Presidente Barbosa pronunciou no dia 1º de Março de 1855 em que pleiteava perante a Assembléia Provincial a Mudança da Capital comunicava que o dito canal havia acabado de ser construído (o que, de fato, se deu no mês de fevereiro, quando o Presidente mandou pagar ao contratante dos serviços, Antônio José Silva Travassos) e diz: "A abertura do Canal de Japaratuba, que acaba de ser realizada é outra razão que vem atuar para que a Barra da Cotinguiba seja considerada como lugar de maior futuro da Província, pois que a ribeira do Japaratuba, que ora lhe fica mais próxima do que de nenhum outro povoado, é a mais importante e rica de toda a Província por contar mais número de Engenhos de Assucar". Barbosa percebia que o progresso de uma região estava diretamente subordinado ao escoamento da sua produção e que o au-

mento desta dependia, em grande parte, das possibilidades e facilidades da distribuição. /

Não encontramos, ainda, documentos que provassem que Barbosa somente conseguiu concluir as obras do canal Pomonga devido à liberalidade do Barão de Maruim.

Vizando o transporte e a distribuição da riqueza, Barbosa pensava também, e carinhosamente, na produção e na superação de seus processos decadentes como também observava a parte comercial e fiscal da indústria.

Pelo regulamento de 23-II-54, publicado no "C. Sergipense" de 25-II-1854, o Presidente dispôs que todo açúcar que fôsse exportado da Província para quaisquer portos dentro ou fora do Império seria despachado nas Mesas de Rendas onde pagaria o imposto provincial ou meio dízimo a que era sujeito, tendo o mesmo Regulamento obrigatoriedade a partir de primeiro de junho em diante. É a legislação assinada pelo Presidente Inácio um primor de confecção, minuciosa, clara e com invejável exatidão técnica e jurídica que testemunham o homem culto e conhecedor da realidade da Província. Faz publicar no "Correio Sergipense" artigos de ordem técnica que demonstram o seu empenho em elevar o índice fabril e administrativo como: "As estradas em relação à lavoura" (1-III-1854); um artigo sobre Colonização (11-III-54), outro relativo aos processos e receitas para a agricultura (13-VI-54) e finalmente o 1º Relatório apresentado à Presidência da Bahia sobre "Melhoramentos da Cultura da cana e fabrico do açúcar", por João Monteiro Calmon (7-V-54).

Tais publicações encorajaram João Batista Monteiro a solicitar do Presidente um prêmio de 40 contos para introduzir na Província aparelhos destinados a melhorar o fabrico do açúcar (17-VI-54).

Quão diferente era este Presidente, empreendedor e ativo, que o Barão de Maruim taxava de "homem talentoso, administrativo, de tino e bons desejos" (Carta ao Dr. Leandro Bezerra Monteiro-15-XI-1853-Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe) da maioria dos integrantes de nossas superficiais elites imperiais, as quais, referidas por Gilberto Amado ("Minha Formação do Recife, pag. 122) a respeito do Livro de Joaquim Nabuco: "Um estadista do Império" eram de "incrível inobjetividade" acompanhando a "cegueira e mouquidão dos grupos dirigentes do país, para os quais, em pleno dinamismo do século XIX, os problemas da terra e do homem não existiam" ... "Nenhuma vez se adquire consciência de que os homens de Estado em meio dos quais vivia o velho Nabuco, governo e oposição, se davam conta de que havia um país a cons-

tituir, terra a povoar, campos a lavrar, estradas a abrir, moléstias a combater, regiões a sanear, transportes a estabelecer. Aqueles camaradas, salvo um ou outro, é claro, viviam em completa abstração da realidade que os circundava. Traduzido em inglês, o leitor britânico ou americano teria de esfregar os olhos para verificar mesmo de que país se tratava. Podia ser qualquer outro, tal a natureza dos problemas, destacados da sua concretude e transpostos a um plano ideal de padrões eternos, como categorias da razão pura”.

* * *

As barras dos rios Sergipanos não eram propícias à navegação. Arenosas, cheias de baixios e instáveis, dificultavam a navegação de barcos de grande calado, sendo constantes os naufrágios. O desejo da instalação de um serviço de rebocagem nas barras se fazia sentir há muito tempo mas as tentativas eram esporádicas e frustas pela falta de um líder que, pulando fora dos quadros estreitos dos partidos, aglutinasse e empolgasse a classe dominante. O Barão de Maruim com seu prestígio incontestado de Chefe e Inácio Barbosa, pela sua autoridade, energia e espírito de iniciativa, iniciaram o planejamento para a objetivação do propósito. Este, contando com o apoio dos proprietários rurais e comerciantes já “trabalhados” pelo Barão, convocou em meados de 1854, uma reunião em Palácio, quando se fundou uma Sociedade. A Assembléia lhe deu uma subvenção de 12 contos anuais e o governo Imperial um privilégio de 12 anos e uma subvenção de 12 contos (Decretos nº 1457 de 14-X-1854 e nº 825 de 18-VII-1855).

Em virtude de ser impossível a subscrição das ações o governo da Província, com o assentimento dos líderes partidários, subscreveu bom número delas (200). No seu relatório publicado no “Correio Sergipense” de 66-VI-1854 diz o Presidente Barbosa: “Crêio que daqui a bem poucos meses estarão essas duas barras dotadas desse grande e primeiro melhoramento de que precisam, si por ventura não aparecer aí algum satanaz que venha malograr os meus mais ardentes votos”.

Uma comissão composta de três membros entre os quais figurava o Barão de Maruim (Coronel Manoel Cardoso D’Araujo Maciel e Dr. Antônio Freire de Matos Barreto) entrou em entendimento com uma firma inglesa encomendando um vapor de 60 a 80 toneladas. Contudo, o rebocador que deveria operar na barra da Cotinguilba somente chegou em 1856. A rebocagem nas barras foi objeto do Comunicado inserto no “Correio Sergipense” de 23-V-1855: “Esperamos que os vapores de rebocagem

entretidos pela Companhia organizada na Província sob o influxo do Exmo. Presidente da Província atrairão brevemente os estrangeiros à nossa barra que ficará acessível a seus navios em maior escala do que era e temos não menos bem fundadas esperanças de vermos em breve os produtos de nossa indústria agrícola vendidos nas outras grandes praças comerciais do Império”.

Igualmente preocupava o Presidente a questão dos trapiches da Bahia cuja estocagem da produção sacarífera de Sergipe acarretava incalculáveis prejuizos pois, conforme José Calasans (“Aracaju contribuição à História da Capital de Sergipe”, pg. 24) “Sergipe precisava exportar o seu açúcar diretamente para os países consumidores e não por intermédio da Bahia, como acontecia até então, encarecendo o produto de mais de 400 réis por arrôba. Nos trapiches baianos o açúcar era roubado nos Pêsos pagando a nossa província anualmente quantias avultadas pela diferença que os trapicheiros baianos dizem registrar a menos.

O Presidente Barbosa, num de seus pronunciamentos, diz sôbre o assunto: “Logo que cheguei a esta Província conheci que era preciso acudir de pronto ao clamor, que, contra os Trapicheiros da Praça da Bahia, para onde exclusivamente é remetido todo o açúcar desta Província, levantava-se a lavoura, attribuindo-lhe fraudes na pesada das caixas de açúcar. Dizia-se geralmente, vós sabeis se com fundamento ou sem êle, que o péso dado nos Trapiches da Bahia era inferior a aquele que de fato tinham as mesmas caixas, nas quais se lançavam um pequeno sinal, para à noite, a portas fechadas, fazer-se a subtração das arrobas do açúcar que se queria defraudar”.

Foi para evitar tais prejuizos que o Presidente Barbosa, com o apôio dos liderados do Barão de Maruim, conseguiu da Assembléia Provincial a aprovação do Regulamento de 24-II-1854, já referido e que no ano subsequente, sendo a safra menor que no ano anterior, rendeu proporcionalmente mais (52-53 -43.732 caixas rendeu 159:542\$272 e 54-55, com a pesada do açúcar em Sergipe, sendo a safra de 25.885 caixas rendeu..... 105:910\$536 rs. (Sebrão, sobrinho — “Laudas” — pg. 79 e 80)

Por isto dizia o Presidente Barbosa em sua fala de abertura da Assembléia Provincial a 20-IV-1854 que: “Por êste modo o gravame que hoje sofre a lavoura não cessa de todo, como seria para desejar se não fôra o grande desfalque na renda, mas é pelo menos atendido na razão da metade, o que já dá à lavoura um beneficio equivalente a meio por cento dos direitos que paga” (26-V-54). Era assim que agia o Presidente de comum

acôrdo com a quase totalidade da classe de senhores de engenhos e proprietários rurais de Sergipe.

Mas Barbosa somente conseguiu resultados positivos porque contou com a união política. Houve paz na Província através de sua ação segura. Eis o que declara em sua fala acima mencionada: "A divergência das parcialidades políticas em que se divide a Província felizmente não tem por objeto as instituições juradas, nem questão alguma social capaz de transtornar a atual ordem de coisas. . . não resulta de sua luta e discussão nenhum embaraço à marcha regular do governo e antes noto com prazer que a lei e a autoridade são aqui geralmente respeitados" . . . (22-IV-1854). Assinalava, no entanto, que era ainda pouco satisfatória a segurança individual da propriedade dando por causa a falta de instrução e de ocupação certa de trabalho da maioria da população. . . Registrava que haviam sido detidos 32 criminosos sendo 21 homicidas entre os quais os célebres e famigerados Máximo, Domingos Oleiro, Manuel da Ladeira, e outros terrores da Província. A Assembléa Provincial em mensagem ao Presidente na sessão legislativa de 1854 assinalava a situação anterior concernente à paz e segurança públicas: "Um estado de semi-barbárie, como uma nuvem negra e densa enlutava até certo tempo esta bela porção do solo Brasileiro. Ninguém se reputava seguro porque a propriedade, honra e vida do cidadão estavam à mercê do ferro assassino" (Mensagem da Assembleia publicada no C. Sergipense de 29-IV-1854, assinada pelo Dr. Guilherme Pereira Rabello, Leandro Bezerra Monteiro, Antonio Manuel de Fraga, Manuel Raimundo Teles de Menézes e Antonio Nobre de Almeida Castro).

Pacificada a Província, resolvidos e encaminhados os seus principais problemas, deteu-se Inácio Joaquim Barbosa em aspectos da administração, trabalhando incansavelmente. Sebrão, sobrinho, na sua opulenta obra "Laudas da História do Aracaju", diz, em vários pontos, que Barbosa "nada fêz"; "nada, absolutamente Nada" . . . ou que o "Catinga" (apelido do Presidente) nada deixou na sua boa vontade de servir o Chefão" (alusão ao Barão de Maruim) (pg. 202). Registra o autor conterrâneo diversas vezes, a sua ação e feitos declarando: "Homem trabalhador o "Catinga" (pg. 224), ou reconhecendo que o Presidente iniciara obras mas não as pudera concluir as que tinha em mente: "Coitado, tudo dele era mesmo atabalhoado. Era o homem síntese, apressado, espécie de força motriz, de dinamismo descontrolado" (pag. 226). Então, era Barbosa força motriz e tinha em mente empreendimentos?!!!

A História, os fatos, mostram a realidade do governo de Barbosa. Ei-los, alguns registrados até pelo notabilíssimo pes-

quizador que é Sebrão, sobrinho. Na fala de 20 de fevereiro de 1854 projeta Barbosa a construção dos canais de Santa Maria e Paruhy, respectivamente ligando as bacias do Sergipe ao rio Vaza-Barris e a deste ao Real. Sôbre o Santa Maria, cuja abertura teve em meu avô materno João Canuto dos Passos um entusiasta, chegando a, quando Deputado Estadual, apresentar Projeto à Assembléia, pugnando sua abertura, que foi concluída no 1º governo Maynard Gomes. Na referida fala Barbosa pediu aos deputados a criação de uma Repartição de Obras Públicas e o encanamento de aguas potáveis em S. Cristóvão. No empenho de abranger em sua ação todos os setôres da administração pública baixa regulamento a 18-IV-54 fixando as relações dos professores com seus alunos (C. Sergipense 22-IV-54).

Concede empréstimo ao Teatro da "Sociedade Philodramática Sergipense" para construção de sua séde. As obras do Teatro estiveram até bem adiantadas não sendo possível saber se foram concluídas. Temos, no entanto notícias de que a referida Sociedade funcionou, chegando a dar vários espetáculos até o mês de Novembro de 1854. Entre as funções registramos a encenação das seguintes peças: "Agostinho de Ceuta", "A Parreira anatômica", "Os dois renegados", "A roda viva", "Domino Noir" e o "Válido sanguinário".

Baixou Barbosa Regulamentos dispondo sôbre a iluminação de cidades e sôbre a ação dos Diretores e Emprezários de Colégio. Na fala de encerramento da sessão legislativa de 1854, ao agradecer o trabalho dos deputados, menciona a criação de internatos à instrução Secundária em Estância e Larangeiras. Também baixou Regulamento sôbre a saída de escravos da Província, taxando em 100 mil reis por cabeça a "exportação" de cada peça para fora da Província. Baixou também Regulamento alterando e aditando o anterior Regulamento de 1º-IX-46 para a arrecadação da décima urbana. É o próprio Sebrão, sobrinho que reconhece ter Barbosa, como também todos os Presidentes, cuidados com a urbanização de S. Cristóvão. Na antiga capital fêz o Presidente melhoramentos na Matriz, na torre do Santíssimo Sacramento, torre do São Francisco, cais do porto das Salinas, reparos no quartel, na cadeia, Limpeza e alargamento do Paramopama. Sebrão se estriba nos melhoramentos feitos em S. Cristóvão inclusive nos realizados na Biblioteca Pública para dizer que, se Barbosa "tivesse alguma influência nisso (a transferência da Capital) que a de executar ordens, de certo que se não entregaria a tanto bem servir a San-Cristóvan!" (pg. 109 das "Laudas"). Assim, através deste argumento, Barbosa não faria nenhum melhoramento em nenhuma parte

da Província. Construiu ainda o Presidente várias pontes entre as quais a do Poxim-Mirim, Poxim - guassú, Ribeira, Biriba, Mucumanduba. Fez despesas ainda com a estrada de S. Cristóvão-Laranjeiras, de Estância-São Cristóvão, e cais de Laranjeiras. No início de 1854 Barbosa visitou Estância e lá providenciou inúmeras obras entre as quais a ponte sôbre o Piauí, reparos na Matriz, Quartel e Cadêia.

Tanto trabalho, tanto empenho, tanto esforço em tão vários assuntos que, não houvesse sido o Presidente Barbosa figura central da Mudança, só por isso teria seu nome para sempre gravado na História autóctone. Eu me pergunto: Quantos Presidentes, Interventores ou governadores realizaram em tão curto espaço de tempo obra de tamanho vulto, levando-se em consideração a época e o meio????!!

* * *

Todas as causas já relacionadas e analisadas — fatores fundamentais referentes à prosperidade econômica dentro de uma estrutura baseada no trabalho servil — e à procura dos centros urbanos por parte dos expoentes da classe de proprietários rurais que lideravam a política do Estado, creavam a necessidade de melhoria das cidades devido, em grande parte, ao declínio do patriarcado rural nas bases rígidas em que estava estabelecido...

Os nossos ilustres historiadores, quase sem exceção, ao fazer a História da mudança estão convictos de que a idéia foi de Barbosa, ou que a mesma se deve apenas ao Barão de Maruim. Cremos que proceder assim é pretender simplificar demasiado a História, colocando o problema em bases personalistas, o que, além de não ser científico, é inexato. A maior riqueza dos vales Japarutuba-Sergipe, concentrada, quase completamente, depois da abertura do Pomonga, no estuário do Sergipe, devido a inutilidade da Barra do Japarutuba, levou os homens da classe dominante a procurarem transferir o centro político duma zona econômica e politicamente decadente para pôrto de maiores possibilidades. Não seria interessante escolher um ponto rio acima do Pomonga, não somente pelo fator anti-econômico como devido à lonjura do mar. Inácio Barbosa foi o propulsor, o acelerador do processo. O Barão, o aglutinador de elementos de ambos os partidos, atuantes no séio de uma mesma classe. Ambos os partidos, com preponderância, é claro, do que estava em maioria, deram apóio quase unânime à mudança da Capital.

Alimentar uma rivalidade estéril entre dois grandes homens já mortos e que prestaram tão notáveis serviços a Ser-

gipe é obra improfíqua. A causa central da Mudança foi o conjunto de circunstâncias reais da Província. A vontade foi a da classe que teve a ventura de possuir no momento certo um líder indiscutível, o Barão de Maruim.

“Não se pode, também, acusar Inácio Barbosa, como o fêz Manuel dos Passos, de ter escolhido as praias do Aracaju a Laranjeiras para a Mudança, pelo incidente no engenho Brejo, segundo o qual, por causa de um brinde indiscreto que o taxara de “mulato pobre mas honrado”, não aceitara o casamento com uma moça daquela propriedade. Porém, como assinala José Calasans (pg. 40 de “Aracaju, contribuição à história da Capital de Sergipe”), é o próprio Manuel dos Passos quem “admite que a mudança de tal maneira se acentuára com um carater de fatalidade que se acaso um partido alijasse-a, outro viria prestes abraçá-la. E que ela predominava, ela se impunha, tornava-se exigente”. O próprio Sebastião Gaspar de Almeida Bôto em 1832 propunha ao Conselho de Govêrno a transferência da Capital para Laranjeiras”. As providências para a Mudança se intensificaram nos dois primeiros meses do ano de 1855. Assim é que o Inspetor da Tesouraria Provincial em Janeiro ordenava ao Sr. Administrador da Mesa de Rendas da Barra dos Coqueiros que, para pontual cumprimento da ordem da Presidência datada de 30 de Dezembro, sem perda de tempo, mudasse essa repartição da dita Barra para a margem oposta do Aracaju no lugar Olaria. (“Corrêio Sergipense” 13-I-55.) Ainda em janeiro providenciava-se o conserto da Atalaia da Barra da Cotinguiba e, pela primeira vez, o Tesoureiro se dirigia ao Administrador da mesa de Rendas já no Aracaju (“Corrêio Sergipense” de 20-I-55), mandando o mesmo pagar as despesas com a edificação da casa para a referida repartição. No início de fevereiro era nomeado o cidadão Antonio Pedro Machado sub-delegado de polícia do distrito do povoado da Barra do Aracaju (10-II-55).

Foi somente então que o Barão de Maruim e o Presidente Barbosa, agindo visivelmente de acôrdo, sintonizados, acharam o momento azado para a efetivação da Mudança da Capital e ambos endereçaram uma carta circular convidando os senhores deputados a se reunirem a 25 de fevereiro no Engenho “Unha de Gato”, no município de Maruim, de propriedade de João Gomes de Melo, o Barão. A carta é datada de 21 e diz: “Tenho o maior empenho que haja uma reunião dos senhores deputados no domingo 25 do corrente, no engenho “Unha de Gato”, para resolver-se sôbre objeto de maior importância para a Província, rogamos a V. S. que sem falta compareça, como é de esperar de sua amizade e dedicação à causa pública”.

Nesta reunião a sorte de S. Cristóvão foi lançada. O Barão venceu as últimas resistências dos indecisos e dos poucos que ainda não lhe eram aliados. Travassos, presente à reunião, afirma que se mostrou contrário à mudança, juntamente com o Dr. Martinho de Freitas Garcez e o Vigário Barroso. Inácio Barbosa, no dia 22, já havia convocado extraordinariamente a Assembléa Provincial para se reunir nas praias do Aracaju a 1º de Março, coincidindo a data com o início da sessão ordinária. A convocação é irregular porque ao Presidente não cabia designar o local da reunião. Foi de fato uma violência contra a lei, mas violência que não teve substancial protesto por parte dos senhores deputados. Apenas a Câmara Municipal de S. Cristóvão a 28 de fevereiro, levantou-se contra o ato Presidencial: — "V. Excia. (Barbosa) é o único responsável pelo derramamento de uma só gota de sangue sergipano que se derramar possa, quando o povo, considerando o completo extermínio de sua Capital, perca a natural razão e docilidade de que é dotado". O Presidente alegou que resolveu a sessão legislativa fora de S. Cristóvão para evitar desordens.

Há uma lenda referente ao fato de a Assembléa Provincial ter se reunido a 27 de fevereiro em sessão preparatória e depois a 1º de Março na instalação ou mesmo depois, embaixo de um cajueiro. Poesia! que foi esposada, por certo de boa fé, por ilustres historiadores nativos. Mas no "Corrêio Sergipense" de 2-VI-855 existe uma ordem de Barbosa ao Inspetor da Tesouraria Provincial mandando entregar ao Porteiro da Secretaria da Assembléa Provincial José Zacarias de Souza a quantia de 156\$180 para pagamento de despesas feitas no mês findo com o expediente e aluguel da casa em que funcionou a dita Assembléa! É textual. Será necessário mais?!?! As sessões foram realizadas no povoado de Santo Antônio do Aracaju e quase sempre com a oposição do Vigário Barroso e de Garcez. Foi o projeto aprovado em todas as discussões contra os seus dois votos. Remetido a 16 para Sanção aparece o mesmo como Resolução tendo a data de 17 de Março e o número 413 e transfere, desde já, da Cidade de S. Cristóvão para a de Aracaju a Capital desta Província, depois de ter elevado à categoria de cidade o povoado de Santo Antônio do Aracaju. Até a ação do Vigário Barroso é ambígua e sinuosa, não se justificando perfeitamente o que, aliás, demonstrou com inteligência Sebrão, Sobrinho (Laudas, pgs. 118, 134, 137 e 138). A Assembléa não foi composta de grande maioria de suplentes. No início faltaram seis deputados mas dois compareceram no fim da sessão. Os restantes, como assinala Sebrão, 3 perderam o mandato, 2 por ausência, um por ter aceito emprego público. O quarto dos faltosos, João Aguiar Bôto

de Melo, estava gravemente doente, morrendo pouco tempo depois (Laudas, pg. 154).

Não houve, pois, abstenção ou ausência dos deputados. E os suplentes (se por acaso pertencessem todos os faltosos ao partido Liberal) não eram também deste Partido? A União da classe dominante é evidente, sobrepondo-se às disputas partidárias!

Há certa base histórica no afirmar-se que a Capital foi transferida, de fato, para as praias do Aracaju no dia 21 de fevereiro. Crêio, no entanto, injustificadas as seguintes alegações: Aracaju foi fundada a 21 de fevereiro e não a 17 de Março; que a cidade atual de Aracaju foi fundada a 21 de Abril quando Barbosa, burlando a letra da Resolução 413 instalou a cidade embaixo, nas dunas, charcos, retirando-a do cimo da colina ou que a Resolução 413 não foi assinada a 17 de Março. Tudo isto nenhum proveito rende para a História. É mera verificação de sexo nos anjos. Importarão defeitos de ordem formal, jurídicos ou cronológico? O que vale é a significação do fato de a Capital ter se deslocado de um para outro ponto de maior atividade econômica na Província.

A Reação de S. Cristóvão foi pequena não justificando a resolução do Presidente que mandou o Chefe de Polícia lá permanecer. Sebrão escreve que "os elementos representativos de San Cristovam passaram-se para a causa do Barão, isto é, da Barra da Cotinguiba. Com S. Cristóvão só ficaram os humildes, os pequeninos, os que nada tinham a perder, os que nada aspiravam, porque os demais se canalizaram para as praias do Aracaju, tendo à frente frei José de Santa Cecília, com a lira, para cantar o Hino aos algozes da terra madre! Poeta!" (Laudas, pg. 156). Claro, digo eu. Se era a classe dominante quem tinha interesse na mudança! Se era ela, acima dos partidos, quem pesava e deliberava!??? Que importavam pequenos negociantes, sacristãos, agregados, sitiantes e feirantes, membros dessa descolorida classe média brasileira do Império, emprensada entre a massa dos escravos e os grandes senhores da bagaceira?!

Voltemos para a ação de Barbosa. Apesar dos protestos da Câmara Municipal de São Cristóvão, protestos que acusam veladamente o Barão de Maruim como inspirador da medida, começaram imediatamente as obras. Há quem diga que até antes da resolução 413, já estavam delineando ruas.

Concreta é a casa de telha que Barbosa escolheu para palácio ordenando o seu assoalhamento, feitura de fossa e pintura. Foram contratadas, também, as obras da Tesouraria Provincial, Quartel de Polícia e a Alfândega. As forças de 1ª linha da Força Policial e o Hospital Militar, chegaram em Aracaju instalando-

se em casas de palha. Antes de Maio já haviam sido iniciadas as obras de atêrro e esgôto. A 16 de Maio era o pôrto de Aracaju indicado como ancoradouro de carga das embarcações entradas pela Barra da Cotinguiba. Tomou-se, igualmente, providências para a construção da Igreja — Capela de N. S. da Conceição — tendo Barbosa doado um conto de Reis. Nesse ínterim o Barão de Maroim viajava para a Côrte, para suas funções de deputado mas com a missão precípua de conseguir a confirmação e ratificação da Mudança, usando para isto o seu prestígio e força política junto de Paraná.

Até a chegada da sumaca Conceição a 8 de junho a tensão era grande na nova Capital, mas os trabalhos não cessaram, tanto é que a 4 de julho o "Corrêio Sergipense" faz o seguinte aviso: "Nas posturas municipais da Câmara desta cidade está consignada a proibição de tirar barro e praticar-se qualquer outra escavação nos terrenos compreendidos nos limites da nova planta da cidade. Assim, pois, já havia uma planta para ser cumprida. Quando da chegada do navio que trouxe a aprovação da côrte à mudança foi oferecido a 17-VI-1855 pelos Empregados gerais e provinciais ao Presidente Barbosa no "lugar do edificio que estava destinado a Tesouraria Geral um baile" ("C. Sergipense" 20-VI-1855) e, após êste, um banquete.

Pelo acontecimento foram oferecidos ao Presidente os versos que destacamos aqui :

"Pois que abristes mil tesouros
ao bom povo sergipano
que teu nome sempre ufano
lembrará aos seus vindouros"

A obra já estava iniciada. O passo decisivo já fôra dado. Barbosa, apoiara com inteligência os ansêios de uma classe. Lamentavelmente êsse infatigável pesquisador Sebrão, sobrinho empana os méritos de sua obra com a interpretação personalista dos acontecimentos da mudança, negando a todo custo a contribuição decisiva de Inácio Barbosa. Afirma Sebrão que a mudança foi feita para destruir o prestígio de Bôto em Sergipe, quando, à época, aquele político não mais estava em expoência. Garante, também, que foi ato de vingança pessoal o que se torna até insultuoso, pois não é possível que numa classe de importantes proprietários rurais não existissem homens atilados que não pensassem por si próprios, que não fossem "carneiros" do Barão.

Empenha-se na obra de demolição apontando apenas finalidades partidárias e pessoais na mudança.

Demonstra, assim, desconhecer a realidade social de Sergipe. Argumentando com medidas tomadas por Barbosa em São Cristóvão, afirma que o Presidente não pensava na mudança, pois que era apenas uma "manivela" do Barão de Maruim: "Inácio foi tão só um executor da vontade do Barão de Maruim, um responsável dos despistamentos do futuro conde sergipano, que, como chefe político, não poderia arcar com tamanhas responsabilidades pessoalmente".

Afirma, adiante, que a tática do Barão era dividir para enfraquecer. Mas se deve ao Barão de Maruim a aglutinação econômica de sua classe. A união não foi conseguida através de força ou violência por parte do Barão de Maruim. Ele usou de persuasão, mostrando as vantagens, a prosperidade que poderia, em última análise, ser geral igual para todos.

O empenho demolidor continua. Assevera Sebrão que Barbosa somente soube da notícia da Mudança no "Unha do Gato". "Ora, a transferência foi maduramente pensada e se Barbosa tivesse alguma influência nisso, que a de executor de ordens, de certo que não entregaria a tanto bem servir a San Cristovan. E que quem pensava no assunto se escondia no bastidor, porque não podia nem era possível apresentar-se acintosamente e êsse foi um só homem: o Barão de Maruim". Indago: Mas se o Barão tinha em Barbosa apenas um caixeirinho como e porque consentiu que Barbosa fizesse tal despesa? O construir em determinado lugar é sinal de que êste lugar fosse depois abandonado? Barbosa não realizou, igualmente, obras em outras partes? Além do mais as manobras do Barão não ficaram na bastidor. Está João Gomes de Melo em todos os atos, reuniões, conchavos. João Gomes de Melo não era um dissimulador ou um pusilânime. Tinha responsabilidade e coragem bastantes; a História está plena de exemplos!

Continua o pesquisador infatigável restringindo o notável trabalho administrativo de Barbosa apenas na assinatura da Resolução 413 (pag. 228 — Laudas) e mais que o Presidente deixou Aracaju doente para a Estância e o fez sem nada haver realizado concretamente, apenas a planta da nova Cidade, os trabalhos de sapa do engenheiro Pirro e as obras contratadas, todas deficientes da Alfândega e da Mesa de Renda. E que "as obras principais como o Palácio, Assemblêia e a Câmara Municipal não o fizera ainda".

Mas, meus senhores, o Presidente Inácio Barbosa fez muito mais. Já citamos suas realizações e se estas não bastassem ficava a administração pacífica sem os abusos cometidos pela maioria de seus antecessores. As obras que o minucioso autor das Laudas afirma não haver Barbosa edificado não podem ser

tomadas como principais numa cidade que nascia num charco, na lama. E o Presidente Inácio Joaquim Barbosa governou após a mudança para Aracaju apenas quatro meses e 21 dias! O que ele poderia mais realizar em pleno inverno, no paúl, no pantano maleitoso e traiçoeiro?! já que, adoecendo, embarcou para Estância no dia 3 de agosto no vapor Santa Cruz!

O ilustre Sebrão, sobrinho desfaz, em parte, as suas conclusões quando afirma: "Desde 1838 que o Barão de Maruim procurava um meio para por fim a tais manicacas (a dos trapicheiros baianos) e a Inácio Joaquim Barbosa coube a honra de, como Presidente da Província, executar o ato liberatório da economia pública dos sergipanos açucocratas" (pag. 80 das Laudas) e mais: "Porém o busilis da questão, a principal dificuldade está naquela 1ª data, 20-3-55, já a cidade estava no litoral e os arruamentos já se achavam demarcados para os prédios que se tivessem de edificar, o que se não poderia ter feito, apenas no prazo de três dias, prova de que a data de 18 de Março é mesmo falsa". Claro: pois havia planejamento anterior. Desde fevereiro que se cuidava! Logo Barbosa sabia de tudo pois é impossível que um homem que dá prova de energia, tarimba administrativa e tato se conformasse em ser uma figura de papelão, ou simples "caixeirinho" como quer garantir o Senhor Sebrão, sobrinho!

* * *

Esse administrador, homem já afeito às cousas do Estado, iria findar-se em terra estranha, afastado de suas duas filhas, em plena madureza, aos 33 anos de idade. Não possuía Barbosa boa saúde que a malária e os esforços ingentes vieram acabar de arrazar.

Afastado do govêrno, já estando no exercício da Presidência o senhor Trindade Prado, viu Inácio Barbosa agravar-se seu estado finando-se, às 5 horas do sábado, dia 6 de novembro de 1855, no mesmo ano em que Aracaju começava a viver. Alegam que ao falecer pronunciara: "Minha mãe, minhas filhas". Aliás, o seu amor pelas filhas de nome Maria Guilhermina e Maria Joana (falecida a 15-XI-73) foi exteriorizado várias vezes durante a sua moléstia quando ele costumava apelar para seus médicos: "Salvem-me, meus amigos, eu tenho duas filhinhas, preciso viver para elas". Ao seu entêrro, que teve lugar no dia 7 de outubro, compareceram cêrca de 500 pessoas. Pegaram no caixão do Presidente falecido, entre outros, os senhores Francisco José Martins, Antônio Martins Fontes, Coroneis Pedro Leopoldo e

Araujo Nabuco, Paulo Souza Vieira, Antônio José Matos e José Dias da Silva Oliva.

Logo que soube do passamento de Inácio Barbosa, o presidente em exercício fez partir para Estância o seu ajudante de ordens com instruções para efetuar com toda dignidade o féretro. Determinou-se que as repartições públicas fechassem por dois dias.

Enterrou-se o Presidente Barbosa na Igreja Matriz de Estância. Barbosa governou Sergipe um ano, 10 meses e 19 dias.

O "Correio Sergipense" de 13-X-55 noticiava assim a morte de Inácio Barbosa: — "Ja não vive. A morte, como termo infalível de todos os viventes acaba de ceifar a existência do prestante amigo e digno Presidente desta Província, Dr. I. J. Barbosa. Seu gênio, lhano, prudente e bons desejos, ainda mesmo com sacrificio de sua saúde, a bem da prosperidade deste solo, são inquestionáveis. É portanto, devido a tão sublimes qualidades que junto à louza de repouso eterno desse digno e prestante cidadão que vou verter lágrimas por tão sensível perda. Sim, esse heroe já não vive, porém seu nome e suas excelentes virtudes, jamais serão esquecidas de meo coração agradecido. Só me resta supplicar ao Ente Supremo para que premiando-o com a morada celeste permita ministrar-me a necessária consolação. E vós heroe, vítima de tantos sofrimentos aceitai lá mesmo dentre os justos, este diminuto sinal de fidelidade já que a dor de que me acho possuido não pemite para mais. A terra vos seja leve". (A. J. d'A. G.):

Em 29-I-858, autorizado pela Resolução n. 453, de 3-IX-855 o Presidente João Dabney Avellar Brotero fez transportar seus restos mortais para a igreja de S. Salvador em Aracaju, depois que o povo estanciano prestou honrosas e altíssimas homenagen ao illustre morto. Lá ficaram até o dia 29-I-17 quando, sendo retirados por iniciativa do Intendente Alexandre Freire de riquíssimo sarcófago localizado ao ar livre atrás daquela igreja, no local onde mais tarde construíram a sacristia da Igreja foram confiados ao Pe. Abilio Mendes até o dia 17-III-917 quando, de novo desceram à sepultura na base de monumento-obelisco erigido no passeio lado sul da então Praça José de Faro, entre os atuais edificios da Assembléia e Tesouro Estadual. Sua inauguração, por motivo das comemorações do 62º aniversário da mudança da Capital, foi soleníssima, tendo falado em nome do Instituto Histórico o Dr. Prado Sampaio e em nome do Prefeito o Dr. Enoch Santiago que disse: "A semelhança de Pedro, o grande, que fundou uma cidade nos pântanos do Neva, só porque era preciso ficar no Báltico, segundo êle dizia, como uma janela por onde os russos pudessem olhar

para a Europa civilizada, Inácio Barbosa fundou Aracaju nos brejos do Rio Sergipe por onde nós, sergipanos, pudéssemos olhar para o resto do Brasil". A ingazeira que plantaram neste dia não mais existe mas continua o eco do discurso de Manuel dos Passos pronunciado numa sessão do Instituto Histórico realizada na Assembléa Legislativa.

Que maldição, que praga dirigiram a Inácio Barbosa que, até depois de morto, seus restos reduzidos a pó não socegarão?!!!

Quando na Presidência Graccho Cardoso demoliram o obelisco para colocá-lo, sem solenidades, no local onde hoje se ergue o Mercado Novo, então Praça Inácio Barbosa pessoas de responsabilidade viram, mais de uma vez, a urna funerária do ilustre morto a um canto do salão em que funcionava eventualmente o Instituto Histórico, na Sala térrea, lado sul do Palácio do Governo, primeiramente fechado à chave e depois aberta. Nesta época o carinho construtivo e conservador de Epifânio Dória ainda não se tinha voltado para o nosso Instituto; era todo para a Biblioteca Pública, obra quase que inteiramente sua.

Dai em diante é o mistério em torno dos Restos de Inácio Barbosa, pois consta terem desaparecido segundo se deduz da pesquisa que o Almirante Amintas José Jorge, quando Prefeito do Aracaju, no governo Ciro de Azevêdo, mandou fazer na base do obelisco. O Almirante Amintas Jorge, afirma, em artigo publicado no "Sergipe-Jornal" de 19-III de 1927, terem sido encontrados na urna em que eles "foram recolhidos apenas jornais de dia e moedas".

Epifânio Dória narra o fato de ter sido procurado há alguns anos, pelo pintor José Nilson de Souza que lhe mostrou uma chave de prata da urna do Presidente Barbosa por êle encontrada à rua Almirante Tamandaré, onde residia, tendo o nosso dedicado secretário aconselhado a entregá-la ao Prefeito da época.

A terceira transferência do obelisco foi feita com alguns ossos de Inácio Barbosa na Administração Marcos Ferreira.

Até no dia do 1º centenário de sua morte ocorrido a 6 do corrente mês, a chuva e a falta de energia elétrica na Cidade impossibilitaram a realização das homenagens deste Instituto.

Já pela manhã uma Missa fôra celebrada pelo Sr. Bispo Diocesano na Igreja S. Salvador com a comparência de apenas dez pessoas e um belo retrato foi inaugurado na Prefeitura Municipal, do... Barão de Maruim...

Nega-se o valor de Barbosa alegando-se que se o mesmo fôra um estadista não viria para uma estrela apagada (Sergipe) como os demais Presidentes que para cá eram mandados. Argumento impropriedade. Em Sergipe Inácio Barbosa foi muito maior que

Zacarias de Goes Vasconcelos e Inglez de Souza, que também foram seus Presidentes.

Inácio Joaquim Barbosa era o dinamo. Ouçamos o depoimento de uma testemunha contemporânea de sua ação : — “Não descansava. Nem os ardores do sol, nem a força da estação invernososa lhe obstavam o empenho de construção dos edifícios públicos e mesmo particulares que animava vigorosamente”. (“C Sergipense” de 17 de Outubro de 1955). Este homem que reputam como “possuidor de muita literatura”, um poliglota perito em grego, latim, francês, inglês e italiano, no depoimento de Mondim Pestana, era um homem prático, objetivo e, acima de tudo, arguto. Façam o que fizerem seus detratores, Inácio Joaquim Barbosa permanecerá no carinho e no respeito...

Sua vida e seus feitos, no entanto, estão a um século reclamando dos Poderes Públicos e da inteligência do Sergipano uma pesquisa minuciosa, detida e cuidadosa que exige o tempo e a calma que o autor destas linhas não os poderia ter no alvoroço da preparação e apuração de um pleito eleitoral.

São Cristóvão, Setembro e Outubro de 1955.

CORDIALIDADE DE AFONSECA

PROF. SEBRÃO, SOBRINHO

"L'homme est un dieu tombé que se souvient du ciel".

Alfredo Musset.

Muitas vezes matei a nostalgia da Velha Lôba em Lagarto, quando lhe ia inspecionar as escolas e fustigar no arquivo paroquial e nos cartórios do Lins e dos saudosos Libório e João Pedro. Fluindo a generosa hospitalidade do lagartense, simples, sincera, cativante, comunicativa, parecia-me estar em meio a meus irmãos de Itabaiana. Nas incontáveis vezes que me demorei na tabagíaca Cidade, minha maior surpresa foi não encontrar a pedra em forma de lagarto, a um quilómetro ou em outro qualquer lugar do Município. Uma blague, uma mentira, que tive como verdade antes de raciocinar. Si pensasse eu antes, não cairia na esparrela. Como é que uma simples pedra, semelhante a um bicho, dera nome a uma localidade, quando era costume do colono português ou conservar o nome indígena do acidente geográfico, ou dar-lhe o nome de outro, que evocava a saudade, ou lhe tomava o apelido, do proprietário! Ora, si a tal pedra criada pela fantasia, era existente ao norte da atual Lagarto, como é que ao local primitivo, em Santo Antônio, onde há a primitiva Matriz, se deu o nome de Lagarto?! É que Lagarto não tem a origem de seu nome de tal pedra, um quilómetro ao norte, pois que Lagarto era o nome da Igreja Velha de Santo Antônio, a quinze quilómetros a oeste. Infelizmente ainda se não codificou a História de Sergipe, mas bato nos peitos e juro pela Senhora da Piedade de que Lagarto foi sobrenome do proprietário de suas terras, *as terras do Lagarto*, depois *de Lagarto* e, afinal, *Lagarto*.

Saiba-se que em Portugal houve, importante até, a família LAGARTO, gente nobre de alta hierarquia e, ainda que sem melhor prova, presumo que um membro dessa ilustre família fôra o proprietário das terras que lhe tomaram o nome: LAGARTO.

Sim, foi de um descendente de Cristovam Lagarto e de d. Leonor Soares.

O clima é o mesmo e as famílias são itabaianistas, como a cultura do tabaco foi herança de Itabaiana. Quem está numa cidade, pode ter a ilusão de estar na outra. A gente é idêntica. Qual a família secular de Lagarto, cuja origem não foi de Itabaiana? Nenhuma!

O itabaianista secular, biseclar, triseclar branco, em Lagarto, está no meio da parentela. É o mesmo sangue, originam-se do mesmo tronco. As famílias Andrade, Pereira, Afonseca, Dória e quejandas seculares estirpes existentes ali, em Lagarto, no julgado onde se findava a zona do Rio Real e se iniciava a misteriosa de Sergipe, nome que lha dera o capitão governador Mem de Sá, foram originárias de Itabaiana, de seus capitães de campo, desbravadores do luso colonial SERTÃO-de-BAIXO, a íncola terra dos Abaü, dos homens das águas, da gente dos rios.

Da itabaianense "Tapera do Tabora" e vizindários locais passaram-se para os pagos do Lagarto as vergôntes de Brás da Afonseca, o velho, e no julgado do Lagarto nasceu o único jesuíta sergipano, pelo menos de relevância cultural.

Ser jesuíta era ser dominador do mundo, calcar aos pés a humanidade. Criada a Ordem a 27 de setembro de 1540 com a missão de obediência, pobreza, humildade e caridade, dominou o universo e foi cumprida a profecia de Francisco de Bórgia: "Virá tempo em que a vossa ambição e orgulho não terão limites; tempo em que accumulareis thesouros sobre thesouros, em que vos tornareis poderosos, e em que poreis de parte o cumprimento dos vossos deveres. Então nada vos fará voltar ao vosso estado primitivo, e se for possível destruir-vos, destruir-vos-ão".

E quem disse tal foi o virtuoso Bórgia, canonizado, em 1671, por Clemente X e que foi chefe da Ordem de 1565 a 1572, havendo sucedido a Laynez, que o fez a Loiola em 1556. Bórgia foi sucedido pelo ocioso belga Everardo Mercuriano, que em 1581 foi sucedido pelo fidalgo italiano Cláudio Aquaviva, o canonizador de Loiola em 1609. Sucedeu-lhe, em 1615, o italiano Mucius Villeschi, que em 1646 teve sucessor em Vicente Caraffa, e em 1649 a Francisco Ficcolomini. Em 1652, Alexandre Gothofridi, que foi sucedido pelo alemão Goswin Nickel em 1664, João Paulo em 1682; o belga Carlos de Nayelle em 1697; o espanhol Thyerse Gonzalez em 1706 e êse por Miguel Ângelo Tamberine em 1730, em pleno apogeu mundial da Aqua Tofana, empolgando-o com mão de ferro, assassinando reis, conspirando contra os tronos, matando cardiais e até papas, reis, etc.

Era geral da Ordem Tamberine, quando nela ingressou Antônio de Andrade da Afonseca, nascido no Lagarto, a 22 de ja-

neiro de 1716, quando ainda era um Distrito de Itabaiana, embora fôsse Vila de direito desde 1698, mas que só o foi de fato em 1730.

Sete anos depois, a 7 de maio de 1737, maior de vinte e um anos de idade, entrou o cachorro da Velha Lôba para a Companhia de Jesus e, como era exigida a simplicidade onomástica de seus membros, ficou sendo só Antônio de Andrade. Desaparecera o Afonseca, de vez que morrera para a família, isto é, dela se desligara para pertencer à de sua Ordem.

Inteligente, brilhante, cheio de força de vontade, plenario de altas virtudes, embora cativo das determinações secretas da poderosa Ordem, sua carreira foi rápida. Viu Francisco Retz, em 1751, suceder a Tamberine e ser sucedido em 1755 por Inácio Visconti, que teve sucessores, num mesmo ano, 1758, em Aloys Centuriono e em o último soberano jesuíta Lourenço Ricci.

Professor de Humanidades e Ministro do Colégio do Salvador, na Bahia de Todos os Santos, era Superior da Residência de Pôrto Seguro quando, em 1760, ocorreu a perseguição de Pombal e êle foi exilado para Roma.

A 3 de setembro de 1758, às 11 horas da noite, dirigindo-se D. João I para uma entrevista amorosa com Teresa, Marquiza de Távora, homens a cavalo dispararam sobre êle dois tiros de pistola e, no dia 18 de janeiro de 1759, foram rodados o Marquez de Távora e o Duque de Aveiro, queimados e suas cinzas lançadas no rio Tejo. Foram tornados cúmplices do regicídio os padres Malagrida, Matos e Alexandre. Pombal solicitou do papa Clemente XIII que os jesuítas fôsem sujeitos ao exame de uma comissão. Clemente XIII hesitou e Pombal decretou a expulsão dos mesmos e o confisco de seus bens, ao tempo que entregava Malagrida à Inquisição, que o estrangulou e o queimou em solene e piedoso Auto de Fé.

O exemplo de Pombal foi seguido pela França em 1764 e pela Espanha em 1767. Clemente XIII, que chegara a romper com Pombal, resolveu atender as três potências e marcou dia para a reunião consistorial afim de revogar a Bula APOSTOLICAM, que confirmava à Companhia o gozo de todos os privilégios, mas a hesitante santidade não pôde satisfazer a Portugal, a Espanha e a França, porque na véspera fôra envenenado.

Coube ao papa Clemente XIV, com que ameaçado de morte, a 21 de julho de 1773, a baixar o Breve DOMINUS AC REDEMP-TOR, que suprimiu a Companhia, fechando-lhes as Residências, sequestrando-lhes os bens e os secularizando, mas Sua Santidade pagou caro, pois que foi envenenado a 22 de setembro de 1774.

Seu fim foi a 21 de julho de 1775.

Desde um ano antes que estava em Roma e aí, secularizado, esteve até 1788, quando se mudou para Pésaro, a margem do Adriático, pátria de Inocêncio XI.

Poeta, em hexâmetros harmoniosos, cantou — “DE VITA ET MARTYRIO SANCTAE URSULAAE” e faleceu a 8 de fevereiro de 1792, deixando como herdeiro de seu estro polifônico a Rossini, nascido na formosa Pésaro ao tempo em que morria o bardo jesuíta de Lagarto, vergôntea da Tapera do Távora, em Itabaiana.

Si teve saudade de sua família, si tocado foi de nostalgia da terra madre, não sei, creio-o. Podia ser um jesuíta, um forte, mas sôbe a roupeta negra palpitava coração lirófilo e, pois, sentimental. Distante do País que o viu nascer, ao contemplar as praias alvinitentes adriáticas do mar azul, seus pensamentos se voltavam para o seio da família, que lhe era defeso vir vê-la.

No mesmo ano que Pésaro o perdia, como compensação nascia Rossini. A um poeta sucedia um músico.

E na Capitania de Sergipe-del-Rei, a futura terra de latinistas ?

No Térmo da Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, em o sítio “Tapera do Tabora”, vítima do sentimento, da dor do exílio do primo, não resistindo a angústia dos padecimentos, faleceu Luís de Andrade da Afonseca, que deixou viúva a d. Francisca Pereira do Lago, irmã do padre Antônio de Araújo do Lago, que, a 16 de julho de 1739, em San-Cristovam de Sergipe, fundou a Ordem Carmelita ali, com a erecção de seu templo.

Era a cordialidade papa-cebola, a mesma papa-jaca. Itabaiana e Lagarto unidos pelos ternos laços do mesmo sangue.

Exilado o primo em 1760, Luís de Andrade da Afonseca ainda viveu três anos, vindo a falecer, minado de desgosto e de apreensão, a 6 de outubro de 1763. Sua estima ao primo era tão grande que ao filho primogênito, ao morgado, ao que deve tomar o nome do pai, pelo menos o único a quem cabe ter o cognome paterno, dera êle a onomástica locução do primo amigo, honra da família como dos mais elevados jesuítas do Provincialato do Brasil.

Eis seus filhos :

Antônio Bernardo da Afonseca, “de Malhor” ;

Miguel Pereira de Andrade, “de Malhor” ;

José Pereira de Andrade, “de Malhor” ;

Francisco Pereira de Andrade, “de Malhor” ;

Luís Pereira de Andrade, 25 anos, nascido em 1738 ;

“Dona Anna Maria da Afonseca”, 24 anos, nascido em 1739, depois casada com Manuel Félix Passos, que a sobreviveu, fa-

lecendo êle a 23 de agôsto de 1809, em seu sítio Catinga Redonda, em Itabaiana. D. Ana fal. a 27-2-1806.

A viúva, d. Francisca, faleceu em seu sítio Tapera da Serra, a 11 de fevereiro de 1781, deixando todos os filhos casados.

Bem disse alguém, não me recordo quem, que as lendas com que nos embalam a infância, não são mais que frações da Verdade, porque, si os mortos não voltam, paira o pensamento deles sôbre a Terra e registra-lo é a única missão do historiólogo.

PALAVRAS DE AGRADECIMENTO (*)

EPIFANIO DÓRIA

*Compatriotas e amigos do colendo Lions Club de Aracaju.
Exmas. Senhoras que emprestais maior brilho a esta em-
polgante festa.*

Não me concederam os bons fados as virtudes da oratória, tão cheia de fascínio nos lábios de um Tobias Barreto.

Adotados que sóis de fina sensibilidade, aliada ao melhor teor de inteligência e espiritualidade, sem falta de rico conteúdo de virtudes cívicas e privadas, fácil vos será o bem avaliar o estado de emoção em que me encontro neste momento de tanta vibração para minha alma, que já sente as proximidades do seu ponto.

Eu vos agradeço, com o coração a debulhar-se em afêto, se não em lágrimas explicáveis, esta tão alta soma de conforto a mim propiciada nesta solenidade que está marcando um dia único de minha vida obscura na terra em que nascemos.

Com o desgaste de três quartéis de século já vividos, sou, infelizmente, um valetudinário, vencendo os últimos estágios da vida objetiva. Mesmo assim nutro-me de estímulos para o trabalho que não é o de minhas próprias ambições, mas o que interessa à coletividade, ou seja o de quem moureja sem imediatismos e sem pensar que o seu sacrifício de sossego, saúde e conforto está sendo admirado pelos seus semelhantes.

Trago tranquila a consciência de que me não tenho poupado a este trabalho. Posso dizer-vos, sem afetação nem empolamentos, que considero felizes os que trabalham calados, mansos, sem recriminações e sem pensar que não estão sendo vistos e compreendidos.

(*) Proferidas no Lions Club de Aracaju na solenidade da entrega ao autor de uma medalha de ouro, com o título de Honra ao Mérito, conferida pelo mesmo Lions Club.

Veza por outra surgem decepções. Mas que importa?... São os onus da vida em sociedade. São as pedras do caminho, que nunca faltam a quem se expõe às difíceis jornadas com desambição pessoal.

Compensando-as, cedo ou tarde, chegam-lhes gestos como este com que vós outros viestes adoçar-me os travos da velhice que me esgotou as energias mais cedo que a Sócrates que, dez anos mais velho do que eu, era um espírito viril, aceitando sem revolta a injustiça dos gregos, seus compatriícios, que o condenaram a tragar o gole de cicuta.

Tenho por vezes me deparado com a urtiga das incompreensões humanas, mas tenho, igualmente, contado com o rescender de flores, com o nardo da generosidade dos que sabem ser bons, ao vosso exemplo.

Assim é que guardo comigo, e não são poucos, documentos que me honram, sonogados por mim à publicidade, por considerá-los acima do meu valor.

Da América do Norte, tão em evidência nesta hora trepidante do mundo, surgiu-me uma surpresa: — um rotariano daquelas longinquas paragens, a serviço da boa camaradagem, ideal do Rotary, pagou uma assinatura anual da importante Revista Rotária que ali se edita, a fim de que eu a recebesse sem onus, gesto fidalgo que vem repetindo anualmente.

De S. Paulo, a terra mãe deste nosso imenso Brasil, que ela alimenta com o seu café, chegou-me recentemente a medalha da Princesa Isabel, conferida pelo Instituto Histórico e Geográfico dali, ao confrade que ora vos fala.

Compatriícios e amigos do Lyons Club, não devo cair no precipício do vitupério, falando-vos de mim próprio.

Agradeço-vos, comovido, com lágrimas derramadas no íntimo e sopitando os ímpetos da vaidade que me assalta, este tributo de estima que vos eleva mais do que a mim, porque é um testemunho de vossa parte de que o idealismo é flor que ainda viceja em nosso meio e também de que as virtudes cívicas e privadas não sucumbiram ao sopro da agitação em que ora se debate a humanidade.

Que Deus vos pague, na moeda da felicidade, esta hora de glória que me propiciastes, com tanto altruísmo.

Ao Dr. João Aragão, um homem de bem, de cultura, de inteligência invejável, o meu comovido agradecimento por tudo quanto disse de grande, de honroso, de desvanecedor a meu respeito.

Meus saudosos pais, vítimas três vezes, em 1877, 1888 e 1898, das sécas periódicas que tanto nos têm prejudicado, tiveram, do ponto de vista econômico, a sorte de Sísifo: mal se aproximavam do topo da montanha, conduzindo a pedra simbólica

de sua independência econômica e eis que ela lhes escapava das mãos, indo cair na estaca inicial de onde fôra conduzida.

Meu bisavô materno, Sebastião da Fonseca Dória, fundador da cidade de Poço Verde, foi talvez o maior fazendeiro que floresceu, economicamente, nas catingas sergipanas e bahianas, no oeste Sergipe-Bahia, mas as sêcas não permitiram que sua descendência tivesse a sua dita, mantendo-se abastada.

Meu nobre compatriota Dr. João Aragão, filho ilustre do Rio Grande do Norte, terra heroica que combateu com denodo o invasor holandez, que aderiu com alto teor de heroísmo à revolução pernambucana e sofreu a dureza inenarrável da reação legalista, terra onde conto amizades como as de Câmara Cascudo, uma glória nacional pelo talento, cultura, operosidade intelectual e ternura de coração; Nestor Santos Lima, outra grande inteligência a serviço das letras nacionais; de Monseñhor Landin, também enamorado das letras, sem nenhum prejuízo do sacerdócio cristão e de Raimundo Nonato, jornalista vigoroso e festejado romancista. Dr. João Aragão, repito, o Brasil de amanhã terá de proclamar-lhe um dos seus maiores filhos, na inteligência invejável, na cultura variada, na operosidade profícua, na honradez sem alardes e na sociabilidade comedida e sem refolhos.

Não ponho aqui palavras de lisonja. Em sua pessoa está, em miniatura, a crescer em diapasão acelerado um outro Otoni, que venceu airoosamente as imensas dificuldades que se lhe antepuzeram para vencer o entrave da Serra do Mar e levar por diante o rumo audacioso da Estrada de Ferro Central do Brasil. Os mesmos fenômenos que Otoni venceu: dificuldades de verbas e incompreensões humanas, Dr. Aragão, estão sendo vencidas pela sua força de vontade, pelo seu espírito de abnegação, pelo seu alto teor de serenidade e paciência.

As glórias do futuro lhe chegarão. Elas tardam, e é bom que tardem para chegarem completas e puras, mas chegam.

Não serei mais vivo para vê-lo, mas as novas gerações hão de ver.

1º de Junho de 1958.

FREGUEZIAS DE SERGIPE

EPIFANIO DÓRIA

I — SÃO CRISTOVÃO

Orago, — N. S. da Vitória de Sergipe. D. Marcos Antônio de Souza, em sua "Memória sobre a Capitania de Sergipe", escrita em 1808, 1ª edição, pag 7, referindo-se à cidade de S. Cristovão, disse: "Dentro da pequenina cidade há um magnífico templo edificado por ordem dos Felipes de Espanha, com o destino de o elevarem a Sé episcopal", o que não aconteceu.

Mais adiante, referindo-se ao mesmo templo, acrescentou: "Foi ereta em matriz no ano de 1608, pelo bispo da Bahia, D. Constantino Barradas". O cônego prebendado Dr. Ildefonso Xavier Ferreira, em seu Prólogo às Constituições do Arcebispado da Bahia, pag. XII, disse, referindo-se ao 4º bispo da Bahia, D. Constantino Barradas:

"Mas é certo, que no tempo dêste prelado foram eretas as vigararias de Cairú, Boipeba e Sergipe d'El Rei", no caso a que vem tendo, tradicionalmente, o nome de São Cristovão. Tendo governado o bispado por espaço de 18 anos, e o seu falecimento ocorreu a 1º de novembro de 1618, é justo supor que o seu govêrno tenha começado em 1600.

Sem embargo disso existia antes vigário em Sergipe, o que se observa pelas sesmarias concedidas no fim do século XVI e começos do século XVII a pessoas que vieram colonisar Sergipe após a conquista efetuada a 1º de janeiro de 1590. Nas concedidas ao Pe. Bento Ferraz a 12 de março de 1600 e 3 de outubro de 1602 consta a sua qualidade de vigário de Sergipe pelo tempo de três anos, sendo que pela última se observa que já não estava pôr vigário. (História de Sergipe, pelo Dr. Felisbelo Freire, pags. 364 e 402).

Das sesmarias concedidas ao Pe. Gaspar Fernandes em 21 de janeiro, 1º de fevereiro, 20 de maio, todas de 1602, e a de 11

de junho de 1603, (obra citada, pags. 383, 391 e 394 e 387), consta que esse outro eclesiástico era vigário ouvidor da vara e juiz dos seguimentos de Sergipe.

O professor, Sebrão Sobrinho, infatigável estudioso do passado sergipano, afirma em seu trabalho ITAPORANGA, na parte saída no "O Nordeste", de 17 de dezembro de 1941, que o primeiro vigário de Sergipe foi o Pe. Antônio Moitinho.

Em nossas pesquisas não logramos encontrar referências a esse sacerdote. Não nos foi dado poder devassar os velhos cartórios onde se acumularam os documentos dos séculos XVI e seguintes.

A capitania de Sergipe, observa-se, não teve grande assistência religiosa no seu primeiro século de existência, após a conquista, consolidada em 1º de janeiro de 1590. Todavia contava com o seu vigário e tinha a cooperação dinâmica dos jesuítas, a partir de 1597, como com a dos frades de S. Bento, desde 1603, o que se nota pelas sesmarias aos mesmos concedidas. (Dr. Felisbello Freire, livro citado, pags. 373 e 387). Não se sabe ao certo em que data foi criada a freguezia de N. S. da Vitória de Sergipe, em São Cristóvão.

Desejando olhar essa data recorreremos à cúria arquidiocesana da Bahia, mas resultou improfícua a nossa tentativa. Do zeloso arquivista da referida cúria recebemos atencioso officio datado de 20 de novembro de 1950, explicando que:

"A Corôa, na colônia e no Império, criava as freguezias por carta régia, alvará, decreto, lei ou resolução, atendendo a pedido dos fiéis ou do prelado. Admitida a faculdade dos Exms. Snrs. bispos para criarem freguezias, um direito dêles e que só pelo padroado o monarca chamava a si, houve freguezias eretas e instaladas pelos bispos, funcionando como tais antes do documento civil, com pároco próprio, livros, etc."

É que dada a necessidade de sub-dividir imenso território em jurisdições espirituais e considerando que havia sempre demoras no processo de criação oficial, (civil) os bispos, usando do seu direito, desmembravam territórios com títulos de curatos ou freguezias, curadas com seu vigário encomendado, mantidas às custas dos fiéis".

"Mais tarde, a Corôa erigia em freguezia com guisamento pelo erário público, capacidade de vigário colado por concurso. Eram, de fato, freguezias com todas as prerrogativas, direitos e obrigações, faltando-lhes apenas a chancela do govêrno para serem arrolados entre os benefícios eclesiásticos, com a cõngrua, a manutenção do culto, etc."

De referência ao Pe. Gaspar Fernandes, parece indubitável a plenitude do seu vicariato, de vez que era vigário confirmado,

(sesmaria de 20 de maio de 1602, Dr. Felisbello Freire, obra citada, pag. 394), certamente nomeado pelo prelado e confirmado pelo poder civil. Daí se conclue que o parokiato de São Cristóvão data de antes de 1608.

Infelizmente, pela falta de documentário, não é possível dar-se aqui a relação dos vigários de São Cristóvão desde a criação da freguezia até os nossos dias. Pelas sesmarias citadas nota-se que dois d'elles, um depois do outro, foram os padres Bento Ferraz e Gaspar Fernandes.

Transcrito do Sergipe Jornal de Aracaju, de 23 de maio de 1958.

OS HOLANDESES NA BAHIA

J. PIRES WYNNE

Kleper acaba de coordenar os seus estudos. Reconhecendo os fundamentos da teoria de Copérnico, apresentava na sua obra algumas correções, consolidando o trabalho do seu antecessor no campo da Astronomia, e, assim com as rotas elípticas explicava, como hoje compreendemos e aceitamos, o movimento dos astros.

Era uma revolução na ciência, e o fato alterava completamente os conceitos então em voga, como acontece hoje com a teoria de Einstein.

Assim é a marcha do conhecimento humano.

A ansia de conhecer, que é infinita, vem abrindo caminhos através da noite dos tempos, e tudo o que surge nada mais significa que a visão de um novo período que se aproxima.

Não podemos conhecer o Presente renegando o Passado.

Conhecendo a formação dos povos, as suas origens, as suas tendências, as suas lutas, é que conhecemos os seus anseios.

A história do Brasil, que é a história desses quatro séculos e meio, expressa aos olhos dos que sabem penetrar o Passado, analisando os acontecimentos, uma afirmação animadora de personalidade refletida a cada passo nos lances do seu destino.

Dai a necessidade dos estudos de História, do conhecimento melhor do nosso Passado, estudos tão descuidados até bem pouco tempo.

Dai a justiça do louvor que fazemos neste instante aos promotores desta série de conferencias publicas em torno de temas da história, dando lugar para estes momentos amenos e

para a renovação ou correção de conceitos, colocando à luz da crítica fatos e homens, chamando a atenção da posteridade para as determinantes na evolução da nacionalidade e para os efeitos bons ou maleficos de certas atitudes.

Façamos um rápido prelúdio, e focalizemos aqui a situação política de Portugal e de Espanha, e assim, voltando ao Passado, traçando um quadro, recordemos as razões da anexação do primeiro desses paizes ao segundo.

“Em 1580, vacante o trono portuguez, recebe-o em herança o rei espanhol, que assim começa o longo dominio castelhana sobre Portugal, Brasil e todas as possessões luzitanas.

Já em 1585, contrariando a politica portugueza, que sempre fôra a de tomar empréstimos e fazer negócios com a Holanda, Felipe II confiscou todos os navios holandezes e proibiu as relações comerciais com esses herejes.

O monopólio espanhol, que desta vez abarcava também o luzitano, tornava-se inteiramente fechado. A Holanda vai ferir-lo então na sua própria fonte, nos dominios americanos. *“(Olipio Guilherme — A Luta pela Liberdade nas Americas.)*

Assim é que começa a história das invasões holandezas, que se multiplicaram através dos mares, afirmando o ávido espirito dos flamengos, então animados ardentemente e cheios do ideal aventureiro e expansionista que dominava o mundo no Seculo XVII.

Nesse tempo de penetrações pelos mares, e de marcantilismo, tempo de corsários e piratas, por sua vez tão úteis como elementos desbravadores e informativos, é interessante saber que num silencioso retiro, *polindo as suas lentes e devotando as suas horas de lazer a pensar e a escrever sobre o mistério de Deus e a significação da vida*, vivia SPINOZA, filósofo sutil e profundo, para quem *cada ser humano é uma parte relacionada de uma unidade divina.*

É assim a história do mundo. SPINOZA, que exerceu tão grande influencia, solitário viveu, feliz no seu tugurio, sem conhecer os encapelados mares, então varridos pelas tormentas e

cortados pelas geleras, baloiçantes à flor das aguas revoltas, ou, já, nas porfias sangrentas, nas violentas e habeis arremetidas dos heroismos mercenários.

Na nua serenidade aparente, SPINOZA, homem de pensamento, se agitava e se consumia, como já, antes, Bacon e Descartes, revolucionários no mundo das idéias; e assim, também, procurando penetrar o segredo das coisas e perscrutar os mistérios do espirito humano, cooperava, filosofando, na ansia de conhecer, de descobrir, de desvendar, abrindo novas rotas, iluminando caminhos.

O que nos interessa nesse passo não é a História da Filosofia, mas a filosofia da História, que é a critica dos acontecimentos.

VOLTAIRE foi o creador da expressão.

A Filosofia da História, que hoje cede lugar a Sociologia, e com esta se confunde, continúa, entretanto, através da Critica.

A História já não é *narrativa*, mas *interpretativa*, pois o seu propósito agora é a *análise*, apontando *causas* e *efeitos*.

Hoje, mais do que ontem, procura o homem desvendar o mistério das *origens*, e enriquecido, cheio dessa riqueza que é a experiencia renovada, já não se contenta com a planície teraquea, tão esquadrinhada, e se lança, numa audácia sem medida, pelos mares iluminados do céu, por onde andam as nebulosas no seu passeio de milénios, tecendo para os poetas o manto rendilhado da fantasia e despertando a curiosidade proveitosa dos sábios para o estudo dos mistérios da vida.

A intuição dos poetas, às vezes, substitui a lógica dos sábios, quando não se completam no mesmo anseio comum a espécie humana.

Passa por sobre tudo a poeira do tempo...

O historiador, também, na sua ansia, se volta para o Passado, e, buscando conhecer a verdade, recolhe os fragmentos esparsos pelos caminhos das idades.

No torvelinho das horas que vivemos, dentro neste mundo de inquietações e de surpresas, que assim é a hora que passa, estes encontros são para nós, momentos de compreensão, e muito

concorrem para a aproximação dos espiritos e para um melhor entendimento da vida do nosso paiz.

Outro não é o motivo que nos congrega. Pensando assim é que aqui nos encontramos, falando de coisas serias, despertando a vossa atenção e animando o vosso civismo, plantando em vossas almas semente feliz, que é o amor ao estudo.

Muitos dos que facilmente vacilam, dos que descreem, dos que não confiam, e por isso se fazem fontes desanimadoras, não conhecem e não procuram conhecer a evolução do nosso paiz, e assim ignoram quanto esforço se fez e quanta firmeza há nas páginas da história Pátria.

Lendo a História, conhecendo o Passado, melhormente nos situamos no ambiente nacional, porque assim melhormente nos conhecemos e melhormente sentimos a realidade brasileira.

Há um desequilíbrio que, ao contrário de descrédito, o que afirma é o nascimento de um mundo de maiores possibilidades, fatores que agora surgem a tona, aticando todos os sectores — económicos, políticos, sociais, culturais, científicos, despertando e movimentando as inteligencias ativas, apontando rumos, e tudo isso nada mais é que o comêço de uma nova fase.

Os que atônitos se mostram em face do presente são os desprevenidos.

Os que possuímos alguma responsabilidade, filha do ideal de sinceridade em face dos problemas, não podemos cair no desanimo às vezes contagiante e tantas vezes pecaminoso e funesto, e o que nos cabe é dar combate à descrença, lançando na alma da mocidade e no coração dos homens que ainda vibram, a semente do amôr que em si mesmo confia.

Quando, de modo sucinto, através de uma compreensão apressada, se explica a entrada dos holandezes no Brasil, o que se diz é que assim aconteceu em virtude da guerra dos 70 anos, o que é verdade, mas não basta para situar o fato, definindo de modo satisfatório as suas origens.

“A agressão holandesa, como a franceza e ingleza, explicam-se antes por um principio superior, que nesse tempo foi a consequencia dos descobrimentos do Oriente e do Ocidente, e

esse princípio, como muito acertadamente nos ensina o sábio historiador era a luta do livre commercio contra o monopólio.

Portuguezes e espanhois pretenderam haver aberto o Oriente fechado pelos turcos e o Ocidente ao mundo, mas em verdade um e outro ponto do quadrante estavam fechados para o resto dos homens.

Foi justamente nessa luta em que faziam o papel de piratas e corsários, que francezes, ingleses e sobretudo holandezes, começaram a formar esse imenso poder naval, essa supremacia marítima, que acabou por se substituir à dos rivais." (Invasão Holandesa — História do Brasil — João Ribeiro 15ª edição)

A Companhia Ocidental, constituída à semelhança da Oriental, mas bem melhormente aparelhada, muito mais rica, surge e, então, começa a nova fase histórica.

Mais claramente, resumindo, o que se sabe é que "A HOLLANDA em guerra com a Espanha havia assinado uma tregua de doze anos em 1609. Um ano antes de expirado o armistício, em 1621, organizou-se naquela República uma Companhia com grandes cabedais para o fim de, com esquadras, arrancar à Espanha os tesouros que cursavam o mar, coalhado de galões que vinham do México, Perú e das Indias e igualmente conquistar algumas terras proprias para o commercio. Foi assim fundada em 1621 a Companhia das Indias Ocidentais, sob o modelo de outra que a precedera e que já havia logrado no Extremo Oriente um exito seguro."

Prodromo das invasões, que então se verificaram, podemos apontar, sem duvida nenhuma, a fundação da Companhia das Indias Ocidentais, organizada em bases seguras e já fruto de experiencias anteriores.

Qual a razão, quais os objetivos das Companhias das Indias Orientais e das Indias Ocidentais?

"as grandes companhias das Indias Orientais, Ocidentais, eram, de fato, empresas de pirataria, distribuindo dividendos na razão das naus e dos galeões que apre-savam. As expedições formavam-se em carater um tanto livre, como se foram empresas privadas, porque era

esse o eufemismo da pirataria oficial; mas, em essencia, a ação era do Estado..." (O Brasil na História — Manuel Bomfim.)

Sem o poder economico, sem base no capital, certamente, como tudo está a atestar, difficilmente os holandezes se movimentariam, varando os mares, transpondo o atlantico, aportando às nossas praias, apresentando aos olhos dos homens de então as poderosas esquadras, tão bem aparelhadas, guarnecidas e municadas para lutas demoradas e heroicas resistencias.

Que para tudo isso entrava, como força animadora, a paixão reinante nas inflamadas pelos rebates reformistas do luteranismo então no seu apogeu, não podemos negar, e assim a luta pelo domínio dos mares e terras americanas trazia também a semente do expansionismo da Reforma, fogueira que ardia, dominadora, inquietando os paizes católicos desde principalmente o ano de 1520.

O que o fato nos lembra é o inicio de uma grande transformação, pois em 10 de dezembro, espantando os povos e os governos conservadores da epoca, queimava Martinho Lutero a BULA de Leão X.

"O eleitor Frederico da Saxonia acolheu Lutero em seu Castelo, onde este passou os dias escrevendo Hinos, formulando uma doutrina modificada da Igreja e traduzindo a Biblia para o alemão. O grosso da população alemã, à exceção dos domínios de Carlos Habsburgo, estava com Lutero; e Carlos forçou a decisão da contenda declarando guerra. O resultado foi cerca de uma geração de lutas intermitentes, até que, em 1555, Carlos compreendeu que os luteranos ainda estavam suficientemente fortes para resistirem indefinidamente. À vista disto, o monarca renunciou à idéia de submete-los e assinou a paz de Augburgo, que permitia a todos os estados alemães professar a religião que bem entendessem a Luterana ou a Católica Romana". (A Inteligencia através dos Seculos — Martin Stevens).

A rebelião religiosa se expandia, fortificando-se à sombra do Poder, e na Holanda se firmava através da pregação de sec-tários destemerosos de Lutero, numa luta aberta contra as idéias dominantes e os dogmas

A Espanha católica, exercendo o seu domínio sobre o novo mundo, provocando a ira expansionista dos holandeses, surge como o *movel da guerra, apresentado e desenvolvido no relato de Barleus.*

Era a luta pelas riquezas do novo mundo, pois, tudo se resumia no aproveitamento do que produzia a terra.

Afirma-nos Vicente Licínio Cardoso, transcrevendo pagina de um escritor holandez, Prinson Geerling, que o nordeste brasileiro era por esse tempo a maior região do globo produtora de açúcar.

Assim, lógico, as invasões não significavam apenas uma atitude política, mas interesses de ordem economia, a ansia de riquezas e bens de toda sorte, e nesse tempo distante reinavá a pirataria e se justificavam os saques, que, como sabemos, a pilhagem era o coroamento das guerras.

Mas, o que não resta dúvida, era a Holanda que se apresentava nos mares e investia contra a colonia, agora sob a dominio.

Aquí não estamos entrando em pormenores, e o que pretendemos fazer é uma sintheze, despertando a atenção dos que nos ouvem para os complexos problemas que se agitavam, dando novos rumos a história, creando uma nova fase, renovando princípios, estabelecendo um novo criterio diretor do pensamento humano.

Estudiosos que somos da história do mundo, tanto quanto da nossa história, não sabemos, quanto penetramos pelos caminhos intrincados do Passado, isolar acontecimentos.

Gostamos de criticar, pois é a luz da critica, da análise que melhormente conhecemos os homens e desvendamos a psicologia dos fatos.

Os acontecimentos atuam decisamente, influenciando, dando lugar ao nascimento de outros acontecimentos, determinando atitudes, creando mentalidades, fundamentando conceitos.

A vida é uma eterna sucessão de fatos e um trabalho continuo de renovação e harmonização de idéias.

No estudo da história, assim feito com um critério filosófico, buscando a razão das coisas, não devemos relegar o mínimo detalhe, e assim o que se faz necessário é que se mantenha o espírito sereno e vigilante, atitude esta favorável ao bom entendimento, fruto de uma interminável colheita e deduções sem conta.

Montesquieu, com o *Espírito das Leis*, e já na sua *Grandeza e Decadência dos Romanos*, publicada em 1734, precursor de idéias novas e renovadoras, seguindo por esses caminhos, requeria para a história não só o prático e moralizador — do pragmático — mas, ainda, a crítica racionalista, caminho aberto para a história científica de hoje.

*

* * *

Quando aqui, falando para militares, e ao mesmo tempo para todos vós, apontamos as dificuldades que surgem para quantos se dedicam aos estudos históricos, recordamos comovidos e oportunamente, a grandiosa figura de Napoleão Bonaparte, e recordando queremos ler a carta dirigida a Antommarchi, datada de S. Helena, 13 de novembro de 1817, página de inteligência e reveladora do espírito de ordem, metódico e providente, qualidades que se destacam na personalidade do glorioso militar.

Diz Napoleão:

“Eu era então muito moço, tinha dezoito anos, a luta ainda estava aberta. Eu ardia de patriotismo, de liberdade, o republicanismo porejava-me por todos os pontos. Submeti meu trabalho a Raynal, que achou bem deu-me conselhos, que ouvi: o de imprimir, porém, não o segui. Fiz bem, porque na idade em que eu estava não podia deixar de ter caído nos erros comuns, de torcer as coisas, de emprestar intenções, de perder-me em filigranas. Eu era novo, ainda estranho à guerra, à administração, não possuía o segredo dos negócios, julgava sem duvida aqueles que os tinham manejado com a mesma impertinência com que hoje se me julga.”

Napoleão se refere ao seu trabalho *História da Liberdade da Córsega*, começado em 1786, e quando tinha apenas 17 anos de idade. Colhemos a carta aqui revelada na História de Lacroix, e interessante agora é o comentário:

"Napoleão escreveu muito durante a sua mocidade.

Adotou um metodo a que foi fiel durante sete anos; habituou-se a anotar, dia a dia, às vezes horas por horas seus atos e pensamentos. Encontrava-se com uma mulher? Ela o impressionava? logo que entrava em casa ia rapidamente registrar o que tinha sentido seu espirito ou o seu coração, Lia um livro? punha à margem e levava para um caderno as reflexões que lhe provinham desse estudo Coisas de serviço, distrações, prazeres, projetos, sentenças, tudo se sucedia nesse momento, que Napoleão parece ter querido ligar aos historiadores serios para confundir a má fé dos panfletarios, e fazer com que o futuro possa contempla-lo sob a luz da verdade magestosa".

A precocidade da intelligencia revelada e que impele o grande general, despertando o seu gosto pela história, também com oportunidade lhe indica a suspensão do trabalho.

É uma passagem bem digna de nota, e se para aqui trouxemos não foi tanto para destacar a personalidade do guerreiro e estadista, mas para mostrar a segurança da sua lógica no julgamento que faz do proprio trabalho e das dificuldades e responsabilidades que surgem para quantos com nobreza e probidade se dedicam ao estudo da história.

No caso de Napoleão podemos afirmar com segurança que ele soube tanto fazer como escreve-la, pois que os dados que deixou, notas em trinta e oito cadernos, do seu proprio punho revelam aos olhos da posteridade o seu previdente zêlo da verdade.

As notas, analizadas, definem melhormente o homem, o homem de previdente zêlo, tão grande nas minucias quanto no preparo da sua glória.



O Holandez no Brasil é uma consequencia do dominio Espanhol que durou até 1640, e consequencia também do anseio de expansão que então dominava todos os povos, principalmente os mais desenvolvidos, e reflexo da politica que então se fazia.

Não é nosso intuito, e nem dispomos de tempo para, no espaço de uma hora que é o deste encontro covosco, abordarmos aqui, como num tratado, todas as passagens interessantes dessa época distante, narrando e comentando os vários recontros que se verificaram entre nativos, portuguezes e espanhois, ressaltando, ao mesmo tempo, todas as figuras heroicas, exemplos nobilitantes de valor militar tão dignos de reverencia.

Procuraremos, fazendo um rapido passeio pelos caminhos do passado, trazer à tona um ou outro fato, dando idéias dos acontecimentos, e assim com oportunidade nos collocaremos no ambiente propicio para uma recordação proveitosa.

Não falaremos das lutas em Pernambuco, e não estudaremos nesta conferencia a figura de Mauricio de Nassau, nem as belicosas investidas pelos sertões.

Não passaremos das primeiras investidas, e não sairemos da Bahia, porto que foi tomado pelos holandezes em 1624.

A invasão de Pernambuco, fato que teve lugar no ano de 1630, dando em consequencia a permanencia dos holandezes por um longo período, entre nós vale especial atenção, e por isso e pela importancia dos acontecimentos, bem merecia cuidadoso exame, mas seria alongar demasiadamente esta conferencia.

Estudaremos tão somente um dos aspectos da questão.

Não estamos aqui para abordar as invasões holandezas em todos os seus aspectos, nem para falarmos de um ponto da história pátria ligado aos sucessos de 1624 a 1654, ano este ultimo em que definitivamente se poz fim ao dominio holandez em Pernambuco, e consequentemente no Brasil, vitória conquistada pelas forças patrioticas que se empenharam em luta.

Queremos nos referir ao acordo assinado na campanha da Taborda.

Voltemos agora as nossas vistas para a Bahia, e apreciemos, através de depoimentos históricos, o cenário político e social de Salvador no ano distante de 1624.

No Capitulo Vigésimo Primeiro da pitoresca História do Brasil de Frei Vicente Salvador, trabalho ultimado em 1627, e assim contemporaneo dos acontecimentos desenrolados na Bahia, já se faz justiça ao comportamento político de Diogo de Mendonça Furtado.

Valioso depoimento é o desse franciscano historiador.

É interessante aqui a narração de certos fatos ocorridos, e que, esclarecendo a respeito da situação política, das relações entre governados e governantes, colocam no seu devido logar a figura do governador Diogo de Mendonça Furtado, tão mais-nado por alguns escritores que não se demoraram na análise da sua personalidade, e imprevidentes, ajuizando apressadamente, deixaram duvida pairando no ar, envolvendo numa onda de intrigas o homem, o cidadão que, furtado no nome, foi mais uma vez furtado pelos historiadores, que lhe deturparam o sentido das atitudes e assim não souberam ver a impavidez e nobreza da sua conduta nos dias inquietos que precederam a entrada dos invasores.

Homem leal, de tato, maneiroso, desprovido de odios, capaz de reconciliações e de renunciias, destemeroso e afirmativo nas questões que punham em jogo a sua honra, o seu carater.

“Era o governador Diogo de Mendonça Furtado liberal e gastava muito em esmolas”.

Se assim porque as desavenças logo surgidas entre o chefe do Governo e o bispo D. Marcos Teixeira?

Traduzindo em linguagem corrente e melhor estilo o que conta o enleiante historiador desses tempos, vale dizer que Diogo de Mendonça Furtado, refletindo um seguro tino administrativo, se expandia, e, cuidando de tudo não se descurava de atender com diligente zelo aos trabalhos religiosos, concorrendo, deste modo, para a beleza arquitetônica dos templos muitos em construção e ainda hoje existentes na capital baiana.

De outro modo, já homem de ação e previdente, e no bom desempenho do seu mandato, voltava as suas vistas para a defesa da cidade, e assim, apressadamente mas sem quebra da segurança, fortificações eram construídas e as já existentes melhoradas, aumentando-se o poder ofensivo.

Assim, porque corressesem rumores dum ataque dos holandeses à Bahia em 1623, Diogo de Mendonça começou a levantar uma fortificação na lage do porto.

A Vigia então assim chamada, conhecida depois pelo nome de Forte de Santo Antônio da Barra, ou simplesmente Forte da Barra bem conceituada por possuir o maior canhão, um de calibre 24, ampliava a sua artilharia. Traçando a sua história J. da Silva Campos, no seu livro *Fortificações da Bahia*, obra publicada em 1940, assim nos conta "No dia 9 de maio (1624), enquanto o grosso dos navios da armada inimiga varava a barra, quatro naus e um late davam fundo diante da pequena enseada que se chama hoje Porto da Barra, ao norte do fortezinho S. Marcelo, e que depois se ficou chamando, por muito tempo, Porto dos Holandeses".

"Disparos de peça, naqueles idos, davam aviso à cidade de qualquer evento extraordinário que ocorresse na entrada do golfeão. Assim foi que, alvoroçando a população com muitos tiros, deu alarme do lamentabilíssimo naufragio do galeão Sacramento em que pereceram 800 pessoas inclusive o general da Frota pelo dito navio comboiada, João Correa da Silva, que vinha substituir Alexandre de Souza Freire no governo do Estado do Brasil".

Esses acontecimentos se passariam depois, confirmando as razões das previdentes medidas do Governador, desfazendo as zangas de D. Marcos Teixeira. Zangas muito próprias da época e sobre a origem, repetindo Rocha Pita, e confirmando outros, como Salvador e Galanti, Silva Campos, assim se expressa:

"Porque em vez de concluir a Sé, empregasse o governador os recursos da fazenda real na construção do Forte do Mar, irritou-se o bispo dom Marcos Teixeira e sendo convidado para benzer a obra da fortificação, quando de seu

início, recusou fazê-lo, declarando que se lá fosse seria antes a fim de amaldiçoá-la". A-Fortificações da Bahia obra de J. S. Campos).

Possuía o Bispo o zêlo proprio do officio, e, como se vê, possuía o Governador inquebrantavel constancia no trabalho da defesa, principalmente quando noticias alarmantes prometiam para breve um ataque inimigo. Entre os poucos, tão poucos, Capistrano sabe fazer justiça ao valente Diogo, e attribui o fracasso inicial, não a insidia do Governador ao arregimentar a gente, mas a ausencia de material bélico capaz de obstar a investida dos aguerridos assaltantes. Capistrano, investigador paciente e sereno, merece fé. Como interessante observação de nossa parte, devemos dizer que uma grande divergencia ha relativamente aos pormenores dos fatos occorridos, e os varios historiadores, mesmo os mais antigos, brasileiros e estrangeiros, e assim Porto Seguro, na sua *História das lutas com os holandezes no Brasil* obra de 1817, publicada na Austria; Aldeburg, na sua *Invasão holandesa da Bahia*, de 1631 Dom Tamayo de Vargas, na *Restauração da cidade do Salvador*, publicação de 1847, e Joannes, de Laet, na sua *História ou Anaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Ocidentais*, como ainda Tolnare, autor de umas *Notas Dominicais*, todos, narrando passagens da invasão e rapido domínio dos holandezes na Bahia, não se harmonizam, e dai dúvidas quanto ao ponto exato do desembarque das tropas e bem quanto ao valor das resistencias oferecidas pelas fortalezas.

Mas, observando bem a opinião dos mais antigos, e ponderando bem a respeito do depoimento dos padres historiadores, não ha dúvida, saliente foi o papel desempenhado pelo governador geral e digna de louvores a volta do prelado, volta reveladora da sua nobre alma, agora comovida, maior na reparação das faltas que no castigo.

Entre o Poder Temporal de Mendonça Furtado e o Poder Espiritual de D. Marcos Teixeira, bispo de nobres virtudes e esclarecida intelligencia, as coisas, entretanto, não corriam bem, e em face desses amúos outras difficuldades surgiam.

Formavam-se grupos e partidos, e as opiniões se dividiam, e o povo e as principais figuras da terra se rebelavam, desprevenidas, dentro no vozerio e malquerer sem seguros fundamentos nascidos dos desentendimentos entre a Mitra e a Espada.

Era, sem dúvida nenhuma, uma situação bem precária a do Governador naquele momento de tantas apreensões e quando a sua palavra deveria ser como um clarinar chamando à disciplina todos os homens. O Brasil nos seus começos, sem as possibilidades de hoje, e o povo simples e na sua maioria inculto, respeitoso se mostrava sempre em face da autoridade, pois o regime era o da força, e a obediência nunca deveria motivar grandes esperas.

Mas entre a palavra de ordem e chamamento e o motivo imperioso, que era a ameaça de uma invasão, já anunciada, se esgueirava a voz de D. Marcos Teixeira, respeitável figura e chefe do Clero, e assim certa indecisão pairava nas atitudes dos homens, criando uma onda de presagios inquietadores.

Ainda hoje, passados tantos anos, e já vivendo uma outra época, arejados os espiritos pelos ideais e liberdades, não estranhamos o aparecimento dessas nuvens, que são os interesses contrariados e os choques das paixões, motivos de perturbações intestinas, quando não de quase verdadeiras guerras . . . de nervos, como hoje são chamadas, e justamente, as das intrigas e as dos boatos.

Foram justamente as intrigas reinantes ao tempo da invasão, que, motivando juizos, num tempo em que tão pouco se cuidava da razão de certas atividades, deram lugar ao confu-sionismo.

Assim, não raro vemos historiadores de hoje, pouco penetrados de simpatia pela figura do Governador Diogo de Mendonça Furtado, comentários que, não analisados convenientemente, diminuem o valor da sua ação.

Dizem: *“A fraqueza do governo provocando a ameaça externa, além dos motivos já existentes para a represália, inquietava ainda mais o colono. Nesse tempo o povo vivia sobresaltado, em continuos alarmes esperando um dia ou outro, do lado do mar, os mensageiros da morte e da desolação. Cada*

navio que apontava no horizonte punha a população alvoroçada, que acorria às praias para verificar ou desenganar-se do eterno pesadelo.

Sobre tudo na Bahia esse temor era excessivo e toda a gente contava com uma invasão próxima.

O próprio governo morosamente se aparelhava, formando milícias e organizando a resistência.

Por tardar a catástrofe, foram todos perdendo o temor dela, substituído agora pela zombaria dos incrédulos". (*História do Brasil — Rocha Pombo*. . . .)

Adiantando um juízo nosso, podemos afirmar que por muito tempo reinou entre nós condenável desinteresse relativamente ao estudo da história, e quasi desconhecidas eram as obras de estrangeiros que por aqui passaram. Nem traduções, nem reedições, nem buscas se faziam, e as poucas colheitas de elementos ficavam por aí, perdidos, alegrando tão somente a curiosidade de alguns raros leitores.

Em *Notas de um Estudante*, dando-nos noticia do aparecimento de um livro de escritor holandez sobre o nosso país, assim se expressa o mestre João Ribeiro:

"O livro que acaba de publicar o sr. Hermann Watjen sobre o império colonial de Holanda no Brasil, no século XVII, é a nova contribuição de valor para a historia pátria.

Das hollaendische colonialrech in Brasilien é o titulo da obra que assinalamos aos interessados.

Como já, certa vez, havíamos indicado, por informação do editor M. Nijhoff, da Haya, não é uma história que se limite aos sucessos militares da conquista e perda da colonia holandeza.

Essa parte quase exgotada nos historiadores estrangeiros e nacionais, apenas necessitava a crítica e da determinação de certo fatos um pouco alterados pelas tendencias patrioticas de uns e imperfeito conhecimento de outros". (*Notas de um Estudante — João Ribeiro*).

A história feita em forma narrativa foi a que se fez, e é justamente a que, aceitando a tradição, não apurando fatos, não fazendo a crítica, tem concorrido para muitos erros e injustiças.

Sòmente agora, como sabem os estudiosos e os que visitam livrarias, livros aparecem, traduzidos, e novas edições surgem, e se começa a compreender melhormente a história.

Por isto é que aqui se mostra o nosso interesse num trabalho de reabilitação da figura de Diogo de Mendonça Furtado, por muito tempo havido como *fujão*, impressão que nos ficou, despertando a nossa atenção, desde os primeiros anos de estudo.

As coisas apresentam, às vezes, certos mistérios. Não sabemos se somos nós os procurados, ou se surgem e se aproximam, pela atração que exercemos.

Como o que aqui estamos a fazer não é um curso de História Militar, e como o ponto que nos coub efoi esse da invasão holandêza, e como a história é feita de capítulos e episódios, demoremos a nossa vista sobre a Bahia, e busquemos desfazer as dúvidas que pairam sobre a ação militar e politica do responsável pela segurança e defeza da cidade de Salvador.

O que a história busca é a verdade.

Busquemos a verdade, pois, e assim, seguindo pelos caminhos do tempo, procuremos ver a razão das coisas e dos homens.

Certo, como já tivemos oportunidade de afirmar, desprevenido não se mostrou nas suas medidas o velho governador Furtado.

Toda gente convocada, atendendo ao chamado, já se exercitava, aguardando sôfrega o momento da luta em defesa do seu patrimonio e da vida da cidade, ameaçada de invasão como positavam ultimas noticias chegadas, apontando a reunião de navios nas proximidades.

Mas a demora de vinte dias, dando lugar para desânimo, desarmara os animos, e muito concorrera o bispo para a debandada.

O padre Galanti, na sua conhecida *História do Brasil* tomo 2º, com a sua palavra digna de confiança, acompanha o juizo de Vicente Salvador, e assim, se confirmam os fatos, desfazendo duvidas.

Referindo-se aos recrutas, homens de todas as castas, brancos e pretos, indios e mulatos, pobres e ricos, com isenção de animo fala o padre, não fugindo ao assunto, não negando algu-

mas censuras ao mais graduado colega, Dom Marcos Teixeira, atitude que bem analisada mostra o escrupulo e o zelo do historiador.

Assim, devemos ouvi-lo.

"Infelizmente o bispo teve a fraqueza de lhes estimular as saudades exortando-se a retirar-se, firmando que os holandezes só tinham vindo em busca de presas e que a esquadra de certo tomára outro rumo.

A consequencia foi que as fôrças rurais, amotinadas, desertaram, da cidade. Não tardou o prelado a reparar, como poude, este seu pouco louvável proceder. Pois, quando avisos repetidos não deixaram mais duvidas sôbre as fôrças e os designios dos neerlandezes, escreveu ao governador oferecendo-lhe seus serviços pessoais como os da sua casa e do clero, para a defesa da cidade, dizendo que embora lhe conviesse pelejar mais com orações que com armas confiava que o Senhor dos Exercitos lhe daria força para, si fosse mister sacrificar a vida em beneficio de suas ovelhas, e o ajudaria contra um inimigo rebelde a Deus e ao Rei.

Era notório quanta fosse a sua pobreza, não tendo ele nunca recebido o que o Estado lhe devia por sua sustentação; ainda, porém, lhe ficava alguma baizela, e, si a quizesse para serviço do Rei e bem da cidade, pronta estava. Pedia, por fim, ao Governador que, esquecido de qualquer desagrado, lhe marcasse um lugar onde melhor aproveitasse". (História do Brasil — Ps. R. Gallanti).

Este depoimento de um padre, também historiador, é nota de grande valor histórico, pois não altera o juizo do seu colega, Frei Vicente Salvador, e antes o amplia para melhor, no mesmo timbre seguro de isenção, retratando com as cores da verdade os dois vultos discutidos, a figura de Mendonça Furtado e o Bispo, cujo nobreza se destaca numa afirmação de humildade e de civismo do mais vivo quilate. Como se vê, apreciando-se bem as razões de Marcos Teixeira, logo o que surge aos olhos do observador sereno é o interesse do Prelado no sentido de bem servir sempre a causa pública, mesmo sofrendo as angus-

tias de uma situação precária, que era a *notória pobreza* e o não recebimento do que lhe devia o Estado. Procurando a sua reabilitação, agora, simpático se torna o Bispo D. Marcos Teixeira, e é com raro denodo que accita o comando da reacção, *por recuperar, como diz Rocha Pita, neste serviço del Rey, e da Pátria, a opinião, em que estava de haver tido a maior parte na desordem, que fizera a gente do reconcavo, retirando-se para as suas casas pelo seu conselho, contra os preceitos do Governador*

Por esse tempo, após uma resistência heroica, confirmadora da palavra de honra, Diogo sofria as penas de uma rendição sem vexames, colocando a sua vida às mãos dos holandezes.

Recompondo o passado, esse tempo já tão distante, falando das invasões holandezas em terra do Brasil, e voltando os nossos olhos tão somente para o primeiro assalto verificado na Bahia no ano de 1624, não foi nosso intuito uma análise completa das causas e efeitos do dominio holandez, positivado, logo depois, com a invasão e conquista de Pernambuco.

Hoje, passado tão longo periodo, alguns investigadores, apreciando os acontecimentos, procuram situar os mesmos, e já descobrem fatores de confiança, influenciando decisamente e estabelecendo uma fase de renovação de costumes, e assim procuram ver com outros olhos o influxo de Nassau, civilizador e benefico, e até alguns desejariam que esse dominio holandez se extendesse por mais tempo, mas sempre com a presença do Principe, pois só a ele se deve o surto civilizador, fruto de um programa de governo de quem, talvez escondendo as intenções imperialistas revelava apenas anseios de ativar a vida, dando novas feições ao panórama político e social.

Demorando os nossos olhos sobre a cidade de Salvador, a primeira atingida, o que tivemos em mira foi recompor o tempo já tão distanciado de nós, colocando a figura do primeiro capitão e governador no devido lugar, corrigindo, assim, erros de apressados escritores, cuja visão empanada pelo depoimento de ingenuos ou levianos historiadores, cometendo uma clamorosa injustiça, esquecendo atitudes deminuem o valor de um homem de Estado, destemido e previdente no zêlo da administração e da defesa da cidade sob sua guarda.

Valioso exemplo é, sem dúvida, o que nos dá o Furtado tão malsinado, e por ser exemplo edificante, bem vale ser recordado, para que se saiba que nesses remotos tempos, homens se destacaram pela coragem e pelo civismo não consentindo que se esfacelasse o território pátrio, e esse exemplo mostra bem o sacrifício e grande esforço dos homens do Passado.

Rehabilita-se, deste modo, a figura meia apagada de um homem de ação e de tato, desprovido de paixões e de ódios, e essa é justamente a função da História, cujo escopo é abrir caminho para que a verdade surja e se mostre inteiriça, e sirva de lição, de ensinamento, e assim possa ser chamada realmente a mestra da vida.

Chegando à conclusão, devemos recordar e afirmar que, de fato, *"O século XVII é no Brasil o momento crítico, é a fase do perigo, como o seculo antecedente fôra o momento da iniciação e da esperança. Nações estrangeiras e poderosas investem contra a nova colonia; é travada a luta contra holandezes em Pernambuco e francezes no Maranhão, e se a expulsão destes é facil, a duqueses é altamente embaraçosa. Vencidos uns e outros, a colonização progride para o norte, invadindo o vale do Amazonas. No interior os paulistas alargam também a esfera de seus descobrimentos; o paiz, ao fechar do seculo, está inteiramente constituído. Na luta contra os estrangeiros acrisola-se o sentimento nacional"*. (Hist. da Lit. Bras. — S. Roméro).

Abordando o Capitulo das Invasões Holandezas, analisando as suas causas e consequências, e demorando o nosso olhar, numa visão retrospectiva, sobre a velha e legendária, heroica e amavel cidade de Tomé de Souza, e escolhendo o episódio em que tomou parte e se salientou o Capitão e Governador Geral do Brasil, cujo nome já tantas vezes citamos, foi nosso intuito mostrar aos homens de hoje, que, como acabamos de provar, não será em vão o nobre esforço dos que se batem, dos que sabem, no zêlo do dever, cumprir o seu mandato, e, assim, como se vê, os injustiçados, os esquecidos, sempre encontrarão o seu dia, em que ressurgirão gloriosos no louvor da Posteridade.

RAFAEL MONTALVÃO

(Escôrço biográfico)

CARVALHO DÉDA

Os tempos não mudaram em relação a ingratidão dos homens. A história se repete. Hoje como ontem são inexoravelmente combatidos em vida e esquecidos pela posteridade, os generosos que consumiram suas energias lutando pelo povo, para morrer na pobreza.

É o caso do Professor Rafael Arcanjo Montalvão, o varão que viveu nesta cidade durante 44 anos, dispendendo suas energias, todo o seu saber, toda a sua inteligência em benefício do povo e da terra, espalhando suas idéias democráticas, os seus magníficos exemplos de paz, de justiça e de amor, para viver o resto de sua vida no esquecimento e desprêso da cidade que ajudou a crescer, a prosperar e a brilhar no cenário político sergipano, e depois da morte não ser considerado, nem ao menos com o seu nome numa placa de bairro pobre, continuando cada vez mais esquecido lá nos sete palmos que lhe tocaram nas sub-divididas terras do São João Batista que êle ajudou a construir.

Porque morreu pobre, a história poz de lado, na última fileira dos personagens insignificantes o homem que na mocidade influiu poderosamente nos destinos desta terra que ele tanto amou.

Aproximando-se a data do seu centenário, vamos tentar rasgar a cortina do esquecimento, traçando um escôrço de biografia. Este trabalho modesto, se não tiver repercussão, se não despertar nenhum interesse, mesmo assim nos daremos por bem pagos, porque vamos cumprir o nosso dever cívico. Será, pelo menos, a homenagem sincera de um humilde provisionado a memória de outro provisionado.

Há cem anos passados, isto é, no dia 22 de outubro de 1854, nascia na então Vila de Campos do Rio Real, hoje cidade de Tobias Barreto, a criança que na pia batismal receberia o nome

de Rafael Arcanjo, ao qual, na escola, viria juntar-se o sobrenome Montalvão pelo vínculo paterno.

Rafael Arcanjo Montalvão era filho do casal José Esteves Montalvão — D. Ana Manuela do Rozário.

Atingindo a idade escolar, não lhe fora possível preparar-se nas letras em sua terra natal, sendo forçado a deixar o lar paterno aos doze anos de idade para fazer os seus estudos na então Vila de Lagarto, onde mais tarde iria convolar núpcias com D. Ana de Almeida Montalvão, filha do comerciante Francisco José de Almeida e sua esposa D. Claudina de Almeida Menezes.

Inteligente, com vocação para o magistério, e tendo completado os seus estudos aos dezoito anos de idade, assumiu, como substituto, a cadeira de professor primário na mesma Vila de Lagarto onde recebera o saber. Três anos depois era nomeado professor efetivo da cadeira de Riachão do Dantas, sendo dali transferido para outras vilas da então provincia de Sergipe.

Em 1890 vamos encontrá-lo como professor em Itabaiana Grande, onde recebera jubilação depois de 18 anos de vida árdua na carreira de professor público.

Aos 36 anos de idade, forte, robusto, cheio de vida e coragem cívica, extraordinária capacidade para o trabalho, fixou residência em Simão Dias, onde montou sua banca de advogado provisionado, lidando no fóro durante mais de quarenta anos. Os arquivos da Comarca de Simão Dias atestam e provam a saciedade a sua intuição para as cousas do Direito. Brilhantes vitórias foram alcançadas por êle, não apenas na primeira instância, mas também nos Tribunais.

Deixando-se atrair pelas lábias da politica, entregou-se de corpo e alma nos braços da *megera*, por ela sacrificando todo o futuro de sua banca de advogado.

Graças à sua argúcia, inteligência e capacidade de trabalho em favor do partido de sua preferência, foi eleito deputado à Constituinte de 1892, tendo se distinguido na elaboração da Constituição.

Terminado o seu mandato, voltou o ex-deputado de Simão Dias à sua banca de advogado, sendo logo depois eleito Intendente (Prefeito). A sua gestão à frente dos negócios públicos da comuna foi acentuada por vários melhoramentos, assim também de graves agitações políticas. Deposto violentamente, arrembadas as portas da Intendencia e arrebatado o arquivo municipal pelos seus adversários, o Professor Rafael Montalvão, confiado na Lei e sobraçando os livros mais importantes que asseguravam o bom direito fugiu para a Fazenda "Domingos

dos Santos", no mesmo Município, onde instalou a sede do Governo legal de Simão Dias.

A Fazenda Domingos dos Santos, distante da cidade doze quilômetros, foi testemunha de muitos episódios interessantes da vida política de Simão Dias. Ali, sobre a tósca mesa do vaqueiro, foram lavradas as atas mais interessantes, os protestos mais enérgicos contra a violência, e foram lavrados os decretos de cunho legalista que não foram executados. Os raros amigos que ali apareciam iam escondidos, e quando perceberam que se preparava um ataque à nova sede do Governo legal, não apareceu ao menos quem servisse de Secretário ad-hoc para referendar os atos do Governo legal; mas o velho político a tudo resistia com uma invejável disposição de espírito e uma demonstração de extraordinária coragem cívica, até que, reconhecendo que o próprio município estava sendo prejudicado com a dualidade de Governo, resolveu renunciar o mandato, o fazendô lá mesmo, na sede provisória da Comuna. O seu amor a Simão Dias falou mais alto.

Recolheu-se à vida privada, dedicou-se a sua banca de advogado, até que a política voltou a corteja-lo novamente, oferecendo-lhe a cadeira de deputado estadual, assim é que foi eleito e reeleito, exercendo o mandato do povo em mais de uma legislatura em períodos contínuos, de 1902 a 1907. Novas lutas políticas se desenrolaram e o envolveram no ostracismo. Voltou à vida forense até que em 1912 o eleitorado foi buscá-lo para elege-lo novamente deputado, exercendo o mandato até 1916. Em 1917 foi nomeado Promotor Público da Comarca de Simão Dias, e em 1918 Exator Estadual na mesma cidade, cargo que exerceu até 23 de outubro de 1923, quando foi sumariamente exonerado, entrando, no ostracismo inexorável até quando entregou sua alma a Deus, no dia 28 de agosto de 1924, com 80 anos de idade, indo descansar seus restos nos sete palmos que lhe tocaram no Campo Santo da Cidade.

Rafael Arcanjo Montalvão foi um dos homens públicos mais honestos e dos mais mal julgados de todos os tempos pelos tribunais da ingratidão humana. A sua figura se projetava no Município e mesmo no Estado, porque era hábil, inteligente e instruído e, sobretudo honesto. Enquanto outros se encolhiam para não arcar com as responsabilidades, Rafael Montalvão enfrentava com destemor a fúria das oposições que não compreendiam ou não queriam compreender os seus seguros planos de administração honesta. Era o "testa de ferro" porque estava convencido do êxito dos seus planos de administração e da sua

honestidade. Era o "testa de ferro" sem submissão ridícula e indigna.

A infinidade de atos acertados pertenceriam a outros, mas os êrros a que estão sujeitos os homens, êstes pertenciam ao Prof. Rafael, êle seria sempre o "bode expiatório".

Os próprios amigos o chamavam de *Raposa*, de *Golpista*, de *Manobrista*, para se exculparem dos êrros que eles proprios, com teimosia, contra os conselhos do político experiente, praticavam.

As suas mãos não se queimaram nas brazas da deshonestidade; e tanto é provada esta assertiva, que, tendo exercido o cargo de Intendente várias vezes, quer como titular efetivo, quer como substituto legal, jamais se locupletou do erário público, preferindo morrer na pobreza, a legar um nome sujo aos seus filhos. Fosse Rafael Montalvão um deshonesto e teria a melhor das oportunidades para enriquecer, pois, além de ter exercido o cargo de Prefeito exerceu outros cargos da administração estadual numa terra e numa época em que todos eram cegos, não entendiam de escrituração, e somente êle sabia fazer uso da vista no que tange ao mecanismo da receita e despesa públicas.

Como advogado, podemos dizer que foi o verdadeiro advogado dos pobres.

Lidando no fôro durante mais de quarenta anos, sem competidor, não juntou fortuna. Trabalhava de graça para os pobres, para os ricos, para toda gente. Era generoso até o sacrificio.

Quem quizer dar-se ao trabalho de manusear os autos do seu inventário, há de convencer-se da sua honestidade, da nossa assertiva, pois o homem que durante mais de quarenta anos influiu nos destinos da terra deixou um miserável espólio tocando à cada um dos seus seis filhos sobreviventes a importância de 500 mil reis!

Se porém, após a queda do velho jequitibá coube a cada um dos filhos a ninharia de 500 mil reis, um legado maior ficou extra-partilha judicial para cada um deles, sobrando ainda para outras gerações descendentes um tesouro inestimável: um nome impoluto, um passado de lutas gloriosas, inclusive em defesa do patrimônio territorial do seu Estado Natal, tendo sido um dos pioneiros da famosa questão de limites entre Sergipe e Bahia.

A despeito de conservar uma recordação imperecível dos traços fisionômicos do biografado, não consigo trasladar da retina para o papel o seu severo perfil. Posso dizer, entretanto, que era um homem alto, de corpo delgado, tês alva e assetinada de fidalgo português. Trajava com o aprumo de um funcionário do Império.

Vejo-o de chapéu preto com o mesmo jeito que saíra da loja, de paletó de boa alpaca preta e calças listradas, colarinho duro de pontas viradas, gravata escura de manta, e segurando com firmeza e inseparável bengala, com a qual ia batendo aqui e acolá numa pedra mal colocada nos calçamentos das ruas, como que fazendo instintivamente uma crítica moderada e discreta contra os administradores que lhe sucederam.

Homem sisudo infenso às pilhérias, tudo era levado a sério. Ao invés de achar graça, se envergonhava e fechava o cenho quando um adversário cometia uma *gaffe* ou descambava para o ridículo.

Parecia um homem triste. Se tristeza havia naquela alma, não seria senão pela recordação da sua acidentada vida política, tão mal compreendida e tão marcada pela ingratição dos homens. De fato, a vida política de Rafael Montalvão fôra acentuada de lutas árduas. Jamais se acomodou nas posições; jamais perdera o ânimo nos ostracismos cruentes. Jamais fugiu de lutar desde que convencido de estar com o bom direito. As vezes que governou o Município teve que enfrentar amargas crises, inclusive a dualidade de governo já aludida. Ainda como Intendente, em 1913, teve de enfrentar com energia e destemor o famoso *Caso João Capelão* que atingiu às raízes de um movimentado e discutido conflito de jurisdição inter-estadual. O circunstanciado officio dirigido ao então Presidente do Estado, General Siqueira de Menezes, sobre o assunto, é um documento interessante e de muito sabôr histórico, no qual se retrata a coragem cívica do velho político simão-diense.

Como jornalista escreveu para o "Jornal do Povo" de Aracaju, assinando apenas os artigos de maior interêsse para o Estado, notadamente sobre limites.

A sua estrela política começou a se apagar quando os seus serviços, quer como político, quer como advogado, já não interessavam; quando a *megera* e o *fôro* começavam a receber *sangue novo* na circulação interna.

A sua casa, antes tão frequentada pelos "amigos", foi aos poucos sendo abandonada, até ficar apenas um, seu confidente leal até os últimos instantes de vida: seu filho Jaime.

É possível que nas conversas do velho desiludido com o último e único confidente leal, fossem lembrados os versos de Camilo Castelo Branco que muito a propósito inserimos neste trabalho:

“— Amigos... Cento e dez ou talvez mais
Eu já contei. Vaídades que eu sentia
Julguei que neste mundo não havia
Mais ditoso mortal entre os mortais.

Amigos... Cento e dez. Tão serviçais!
Tão zelosos das leis de cortezia
Que já farto de os ver me escapulia
As curvaturas vertebrais.

Um dia adormeci profundamente.
Ceguei... Dos cento e dez houve um sòmente
Que não desfez os laços quasi rotos.

“— Que vamos nós (diziam) lá fazer
Se êle está cego... não nos pode ver...
— Que cento e nove impávidos marotos!...

Com efeito, Rafael Montalvão cegara para êsses “amigos”, era apenas um rábula que não possuía, como os novos, os olhos mágicos conquistados nos bancos acadêmicos. Se, porém, Rafael Montalvão não possuía títulos acadêmicos, era um espírito lúcido, arguto, advogado habilíssimo, cuidadoso no encaminhar as causas que lhe eram confiadas; era sobretudo honesto. Não era orador. Tinha um defeito de expressão; ao pronunciar as palavras com “s” deixava escapar um ligeiro assobio entre os dentes. Talvez por isso se abstinésse da tribuna.

Rafael Montalvão foi um homem público que viveu para o público, êste publico que “como as crianças tem em alto gráu o instinto da destrutividade”.

Aproximando-se agora a data do seu primeiro centenário de nascimento, torna-se necessária uma reparação do povo simão-diense. O varão que durante 44 anos dispendeu suas energias, todo seu saber, sua inteligência, espalhando nesta terra as suas idéias democráticas, os seus magníficos exemplos de paz, de justiça e de amor, não deve continuar relegado ao esquecimento. Ele foi, afinal, um grande simão-diense pelo coração.

Transcrito de A Semana, de Simão Dias de 16, 23 e 30 de janeiro de 1954.

SE NÃO ME FALHA A MEMÓRIA (*)

DR. EDILBERTO CAMPOS

PRIMEIRA PARTE

Justificação da iniciativa

Tendo nascido em 4 de setembro de 1883 em Lagarto, fui levado em 1892 para Aracaju e de 1900 em diante fui sozinho para Salvador e depois para o Rio, a fim de estudar medicina. Durante os cinco primeiros anos do curso ia a Sergipe nos períodos de férias escolares e após a diplomação fui direto para o Estado de Minas clinicar. Embora absorvido pelo trabalho profissional, pouco sabendo da política sergipana que não me seduzia, não me afastei totalmente da terra natal querida, e lá fui ainda várias vezes, como de costume às festas de fim de ano, levado pelo desejo de revêr os parentes, também da esposa que é da Estância, e de arranjar clientela dentro da especialidade que adotei, pois em Sergipe naquele tempo não havia oculistas residentes. Distanciando-me assim da vida sergipana, perdendo de vista pessoas e ignorando a maior parte dos acontecimentos políticos, a despeito do desejo de ser exato, não me julgo forte para comentar a descrição do DR. Cupertino, fora do âmbito familiar, ao qual procurarei quanto possível restringir-me. Com 75 anos

(*) (Comentários à margem da narração publicada em 1943 na Rev. do Inst. Hist. de Sergipe, n.º 17, pelo Dr. José Cupertino Dantas, sob o título "Revolta Fausto Cardoso", apresentada pelo Sr. Epifânio da Fonseca Dória, secretário geral do Instituto. Comentador: Edilberto de Souza Campos, filho do Presidente e sobrinho do Monsenhor, os dois alvos principais da dita revolta).

completos, embora ainda bem longe da respeitável e ultra-pro-
vecta idade do illustre cronista que contava 88 quando a Rev.
publicou sua narrativa, vou registrar como passa-tempo minúcias
que escaparam aos biógrafos do padre Olímpio, curiosidades sem
interêsse histórico, mas significativas e justificativas de certos
passos ou passagens de sua vida e da dos seus irmãos.

RETROSPECTO FAMILIAL

O casal do **Periquito**. José Zacarias de Souza, nascido em
1790 no Lagarto, mudou-se para Itabaianinha por volta de 1812.
Quando procurei conhecer seus antecessores, ali ninguem me
soubê informar; só uma velha parenta me disse que êle era pri-
mo dos Fontes, do Riachão, dos quais provem minha mãe. Na-
quele tempo, em Lagarto, Riachão, Itabaianinha, quase só havia
primos... Em 5 de Abril de 1815 D. Josefa Seabra teve com
o Zacarias com quem não era casada um filho que foi batizado
José Vicente de Souza. Depois, não sei porque, já um pouco
atrasado, resolveu o José Zacarias tornar-se padre e foi para a
Bahia com recursos próprios ou de familia e de lá voltando or-
denado e sacramentado, passou a exercer suas funções sacerdotais
no Lagarto, na Estância e em Itabaianinha, de onde afinal foi
vigário, depois do padre Amaral.

Lá pelo 4.^o decênio do século (dezenove, naturalmente),
achando que o filho, que com ele morava e o ajudava a dizer
missas, andava meio indisciplinado e já lhe havia arranjado dois
netos, resolveu que êle devia casar-se e disso lhe deu parte. E
num dia do ano 1849 chegou a Itabaianinha uma comitiva de ca-
valarianos com cargas e bagagens trazendo uma jovem da Abadia,
filha do Cap. Manuel José Campos, há pouco falecido, pois ten-
do o vigário idô encomendar o corpo do capitão, antigo morador
na Fazenda da Lagôa, naquele município (naquele tempo já in-
corporado à provincia baiana), simpaticando com a sua filha
mais moça, Porfíria Maria Curvelo de Campos, que contava cerca
de 20 anos, de tal geito manobrou sem conhecimento do filho,
que ela veio para Itabaianinha e no mesmo dia da chegada com
este se casou, ou foi casada, com as formalidades religiosas do

estilo. Naquele tempo não era fato raro nem escandaloso o casamento de noivos que não se conheciam. O cap. Campos era casado com uma filha de Joaquim Curvelo d'Avila, descendente dos Ávilas da casa da Torre e que como presidente do Conselho Municipal de Abadia, segundo Ivo do Prado, protestou em officios ao Govêrno da Bahia, contra os sergipanos que pretendiam cobrar impostos naquele municipio considerado baiano pelos baianos. Num desses protestos também se encontra o nome de Manuel José Campos. Disse-me uma vez o dr. Manuel Curvelo de Mendonça que também êle era parente do casal Curvelo d'Avila, de Abadia.

A seguir, comprou o vigário Zacarias, por 12 contos de réis, a um sr. José Lino, a engenhoca de bolandeira denominada **Periquito**, 3 leguas a nordeste da vila e para lá despachou o casal, que ali viveu cerca de 40 anos e onde nasceram os 5 filhos, Guilherme em 1850, Maria Florentina em 51, Olímpio em 53, outro José Zacarias em 55 e Manuel Candido em 58.

Do casal tenho apenas dois retratos tirados em 1880, já muito desbotados. O do José Vicente, aos 65 anos, mostra fisionomia calma e pensativa, traços finos, abundante cabelo mal pintado com cosmetico, bigode e parte do rosto escanhoodos, deixando uma orla de barba curta e branca, à moda lusa, emoldurando-lhe o rosto por baixo do queixo. Colête, paletó bem assentado nos ombros, colarinho mole e baixo, com uma gravatinha preta muito fina, de laço horizontal. A dona Porfíria, que não gostava que os netos lhe chamassem vóvó para não parecer velha, mas simplesmente Iáíá, mal aparece na fotografia onde apenas se veem os cabelos mais brancos que pretos, as sobrancêlhas um pouco franzidas e nada mais. Recordo-me vagamente de a ter visto numa tarde de 1892 quando visitei pela primeira vez o engenho, já tendo falecido meu avô (em 1888). Era alta, morena e corpulenta, de cabelos longos e lisos, já rarefeitos, que ela deixava quase sempre soltos. Nariz um pouco adunco, como o do tio Zacarias; fisionomia meio carrancuda. Tinha fama de energica e voluntariosa e gostava de ser obedecida. Lembro-me de, apesar de ser hospede, ali mesmo ter tomado alguns pitos. Administrava a casa, o engenho, o pessoal de serviço, antecipando-se ao

José Vicente que, manso e acomodaticio, se aproveitava da folga para ler jornais, dedicar-se à politica, pedir votos, conquistar amigos e arranjar correligionários. Disse Inácio Soares nas colunas de A ESTANCIA que elle "tinha a paciência de montar a cavallo e sair modestamente de porta em porta a pedir votos e assim vencía eleições contra opositores abastados e importantes". Conquistou de facto grande simpatia ali e nos municípios vizinhos. Foi nomeado tte-coronel da Guarda Nacional e tinha farda que usava nas grandes solenidades. Em Janeiro de 1860, quando o Imperador Pedro II esteve na Estância com a Imperatriz, (chegou no dia 19 de Janeiro), elle teve a honra de ser convidado para com outros próceres conduzir o pάλio que abrigava o monarca, nas suas visitas à Câmara Municipal e à Igreja. Aí se apresentava encasacado e usando luvas. Era pois um roceiro pobre que se tratava... Naquella occasião, o Guilherme, com 10 anos, como decurião de uma turma do seu colégio recitou de cór um discurso ao Imperador (Guardo o original escrito com uma letra muito regular e bonita). A serenidade do velho José Vicente póde ser avaliada por alguns episódios que ouvi contar. Eutímio Esteves, antigo promotor público de Itabaianinha, que bem o conheceu, dizia ser ele sagás como pouca gente e não se deixava facilmente enganar, mesmo em politica. Gostava tanto de conversar que quando chegava ao engenho o cel. Antônio de Souza Vieira, seu amigo de Lagarto, avô de minha mãe e trisavô de minha mulher, depois da ceia ficavam os dois, à mesa, até o amanhecer do dia a cavaquear, interrompidos somente por uma escrava, que de tempo em tempo lhes levava café. Aos jovens aconselhava: Quando vocês se casarem e suas mulheres não quiserem fazer uma viagem não insistam, porque se acontecer alguma desgraça vocês terão de pagar pelo resto da vida; mas se elas quiserem, póde trovejar, chover, encherem os rios, vocês não ouvirão uma queixa... Está a ver-se aí o casal viajando durante 40 anos entre o engenho e a vila. Tal estima conquistaram entre os pobres dos arredores que ao chegar o primeiro filho formado em 1872, havendo na vila uma Santa-Missão, teve este mais de uma centena de afilhados para crismar, curiosa maneira se manifestar gratidão e de ser protegido.

OS FILHOS DO PERIQUITO

Escolha das profissões. Não duvido que as profissões dos rebentos fossem escolhidas pelo Conselho de Família com o voto predominante de D. Porfíria: Um padre para guia-los ao céu, um médico para tratar de graça a parentela e os eleitores, um bacharel para defender o patrimônio, ficando um para prolongar a vida do engenho. A moça casou-se com um senhor de engenho da vizinhança (Eng. Carnaíba). A dona Porfíria dizia que não tinha dinheiro para dar, mas daria educação.

Criados no mesmo ambiente e em iguais condições de vida, com o exemplo de tenacidade e de rigor que viam em casa, os três que se diplomaram apresentavam aproximadamente o mesmo nível de inteligência e cultura, com variações naturais de temperamento. Guilherme, o mais velho, terminou o curso jurídico no Recife com 21 anos; Olímpio com 20 anos acabava o do Seminário da Bahia, tendo esperado idade para receber as ordens, e o Zacarias concluiu o de medicina com 21 anos, também na Bahia. Admira como a engenhoca produzia dinheiro para sustentar essa gente nas capitais. Cerca de 40 anos depois, em 1899, chegando quem escreve estas linhas uma tarde ao **cornimboque** ou **corrimboque** da casa do então Cônego Olímpio, este lhe perguntou bruscamente: Em que ano esta? Que carreira pretende seguir?... — Tenho vontade de ir para o Rio estudar engenharia e para isso já estou recordando a matemática. — Não; você não tem quem o proteja para arranjar empregos, não tem fortuna para se meter em indústria... Vá estudar medicina; um médico vive em qualquer lugar e se não fôr burro pôde até fazer fortuna. Avalie-se o efeito! Passei muitos dias sem voltar à casa dele. Meu pai, informado por mim, disse: — Farei o possível para que tenhas uma profissão, mas a escolha depende de ti a engenharia com uma viagem à America do Norte seria uma boa recomendação. Já se nota aí a diferença entre o padre e o jurista.

Nesse tempo o cônego-deputado passou a Monsenhor e foi governar o Estado, mas não esqueceu. Um dia perguntou: — Então, que resolveu? Vá para a Bahia; v. é fraquinho e o clima

do Rio é muito variável. A Bahia fica mais perto". Afinal, convencido de que ele tinha alguma razão fui mesmo para a bôa-terra e no meio do curso passei para o Rio, saindo doutor um ano antes de sua morte. Adaptei-me à profissão durante 48 anos porém não cheguei a "fazer fortuna", ficando portanto no primeiro grupo da sua classificação. Mas, passados mais 30 anos, saíam-me de casa dois engenheiros e outro médico-oculista, todos por livre e espontânea vontade. Ganham a vida até agora sem se meterem na política. Os tempos são outros.

"NA LUTA PELA VIDA"

Militando José Vicente no partido conservador fez logo deputado provincial ao primeiro filho formado (1872), o qual foi depois promotor do Lagarto e juiz municipal de Geremoabo, na Bahia. Apresentou-o ainda para a câmara federal pelo 3.º distrito, do sul da Província, mas foi derrotado pelo Dr. Geminiano Góes, este amparado pelo cel. Dantas, do Riachão. Esperou e na próxima renovação o candidato foi o Zacarias, que também já havia passado pela Assembléia Provincial. A luta foi renhida com o mesmo Geminiano e terminou em um acôrdo com o cel. Dantas, segundo o qual seria no momento reeleito Geminiano e na próxima legislatura iria então com o apoio de todos um representante do Periquito. Chegou assim a vez do padre Olímpio que já estando na legislativa provincial passou para a representação geral em 1885.

— Zacarias em 1889, pouco antes da República aborreceu-se de clinicar e politicar em Estância e mudou-se para Ribeirão Preto, S. Paulo, onde também clinicou e teve fazenda de café, que perdeu com o colapso financeiro do começo da centúria. Guilherme foi nomeado juiz de direito no Maranhão e para lá viajou sem a família. Quanto ao último, Manuel Cândido, que ficou no engenho, foi uma vez intendente ou prefeito e várias vezes conselheiro ou vereador, no tempo em que vereador não tinha subsídio e era encargo de pessoas economicamente independentes.

Por esse tempo, segundo os retratos tirados em 1876, Guilherme, Olímpio e Zacarias usavam barba completa — Pedro II era o modelo da época — Depois o Olímpio tirou-a com a tonsura sacerdotal; o Zacarias chegando em Ribeirão Preto botou-a abaixo por causa da poeira da terra-roxa; e o Guilherme, ao voltar do Maranhão havia engordado tanto que resolveu raspá-la antes de chegar em casa onde quase não foi reconhecido pela família. Com a proclamação da República o irmão deputado conseguiu logo em 1890 a nomeação do irmão mais velho para juiz de direito de Lagarto e dois anos mais tarde o presidente Calazans promovia o juiz a desembargador, contra a vontade deste que pedia de preferência o lugar para Porfirio de Souza Ferreira seu concunhado então desterrado no Estado do Espírito Santo, como juiz de Alegre, posto também conseguido por Olímpio a custa de relações com o seu colega Muniz Freire então chefe prestigioso naquele Estado. Calazans não quiz atender, e aquele "excelente juiz" lá ficou para sempre, morrendo pouco depois. Olímpio Campos ainda não mandava no Estado mas conseguia essas coisas e, como o pai, já vencía eleições. Ganhava força na política sustentando polémicas pela imprensa atacando sempre que era atacado e o foi muito só por inveja. Não tendo família de mulher e filhos em quem pensar, cuidava dos filhos da irmã viúva e excedia-se na imprudência de não deixar sem revide quaisquer ataques, viessem de onde viessem. Rodrigues Alves na presidência da República era pelo seu jornal chamado repetidamente o nefasto Sr. Rodrigues Alves.

No apogeu da luta, A Notícia, jornal de Apulcro Mota, secretário do governo Garcez, não tendo mais como atacar o padre, em seu número de 7 de Abril de 1897 em termos de moleque do cais (expressão usada em Sergipe) xingou até a mãe dele, com expressões que não podem ser reproduzidas aqui. Foi tal o escândalo que o próprio Garcez mandou sustar a distribuição do jornal tornado pasquim, do qual muitos exemplares já haviam sido espalhados pela cidade. O padre não respondeu, deixou que a execração partisse do público. Foi geral a condenação, mesmo por parte de adversários. Outros fossem os sentimentos e a educação da família periquitense era caso a

ser resolvido a bacamarte. Mas Olímpio Campos não era homem que esquecesse tão depressa uma tal ofensa; esperou a oportunidade. Após o conhecido acôrdo do qual resultou a chapa Olímpio Campos-Apulcro Mota, para presidente e vice-presidente na próxima sucessão, o qual o Olímpio assinou sabe Deus com que engulhos, mais em benefício dos seus partidários do que dele próprio, que preferia continuar na Câmara Federal para a qual teria reeleição certa, apareceu em Aracaju uma reprodução do asqueroso número do jornal, vinda não se sabia donde... Vai aqui o pitoresco da história: Quase 40 anos mais tarde, numa praia da Ilha do Governador, conheci casualmente o gen. reformado J. d'Ávila Franca e sua família. Nas conversas de praia ele contava coisas de Sergipe e de sua politica. Naturalmente, guardando ressentimento de ter sido derrotado quando concorreu com o padre Olímpio na disputa de uma cadeira da Câmara, não o poupava, e deixou escapar esta: "Eu tinha então facilidades no Min. da Guerra e mandei tirar uma edição especial da A Notícia de 7 de abril e distribuir em Aracaju... Às vezes basta um ato para definir um homem. Assim fiquei, e ficam todos, sabendo com certeza quem foi o autor da maldade. Tanto pior para o Sr. Apulcro, que como vice andava aparentemente acomodado. Não tardou que a Assembléia achasse motivo para decretar a perda do mandato do vice-presidente... Policagem. É verdade, mas não creio que o Apulcro ficasse muito admirado porque se os papéis fossem trocados a coisa certamente teria sido muito pior.

Inegavelmente a luta politica modificou de modo apreciável o carater do padre do Periquito, tornando-o áspero e ríspido até com os próprios íntimos. Quando adolescente, contava meu pai, se os irmãos brigavam e o sovavam, o futuro padre não reagia... E uma vez alguém lhe perguntou: Como é que V. apanha de seus irmãos mais moços e não reage?! E ele respondeu calmamente: Deixo dar porque eles ficam satisfeitos, vão-se embora e eu fico sossegado.

O mais os historiadores e cronistas já contaram, uns cheios de veneno, outros procurando firmar a verdade. Nobre de Lacerda, Manoel dos Passos, Antonio Carmelo, Gervásio Prata,

Enock Santiago e outros, passado meio século, já não sofrem contestações.

Por tudo isso se vê como Olímpio Campos sem o querer otuscou seus irmãos, que não lhe disputaram posições e evitavam crear-lhe embaraços. Guilherme no Tribunal da Relação procurando não apparecer como irmão, esperava completar seu tempo de serviço para se mudar para o Rio, onde desejava morar. Não tinha illusões nem entusiasmo pela politica e quando se apresentou ao presidente José Calazans para agradecer sua nomeação de desembargador, lhe dissera: — Venho agradecer-lhe a comissão que me deu... — Comissão?! perguntou admirado o presidente. — Sim, porque não acredito que possa ficar muito tempo neste cargo, pois nesta terra não há nada estável. E de fato, pouco tempo depois era posto em disponibilidade sem vencimentos com outros colegas" por incapacidade moral e menospreço aos poderes constituídos". Deixou isso escrito num documento confidencial aos seus filhos, e o padre Carmelo contou com clareza qual foi a incapacidade moral "resultante de um ato que honraria qualquer magistrado". Como juiz impoluto não podia apparecer de outra maneira.

NEM MOLEIRÃO NEM MARICAS

Não tinha nenhuma dessas qualidades negativas que lhe emprestaram alguns amigos ou adversários, por não ser ele exaltado ou fanfarrão. Desde moço habituou-se a andar bem vestido mas sem exagero; repetia frequentemente que — o hábito faz o monge — e tinha provas disso na vida mais ou menos fantasiosa da capital federal, onde as boas roupas tornam os indivíduos considerados. E não é só no Rio. Várias vezes mostrou que não era medroso. Nunca teve guarda-costas como certo presidente que se deixava fotografar em grupo com um preto retinto à retaguarda, o qual não figurava oficialmente entre os auxiliares do governo. De há muito mantinha o hábito de sair só e voltava para casa depois das 22 horas. Viajava a cavalo, só com um pagem, ambos desarmados, preferindo as madrugadas porque o sol o incomodava. Viúvo por muitos anos dormia

também só, quando os filhos não estavam em casa. Como os irmãos nunca teve uma arma e nunca deu um tiro, nem para matar passarinho no engenho. Na revolta renunciou para não ser trucidado por sicários e em seguida provar a coação e recuperar legalmente o posto. Quem sensatamente não faria o mesmo? Um senador muito íntimo do Monsenhor, discutindo no Senado a reposição disse sem saber como o caso se passara, que o presidente "num momento de lamentável fraqueza" etc. mas alguns anos depois, em fins de 1910 estando no governo da República um marechal que havia dado provas de valente no Paraguai, quando o almirante João Cândido, preto revoltado da marinha de guerra, apontou os canhões do encouraçado Minas Gerais para a capital federal, ele mesmo, o senador amigo, com todo o Congresso, se apressou a conceder a anistia antes da rendição dos rebeldes, que tinham havia pouco arcabusado o comandante Batista das Neves...

Aqui vão mais alguns fatos que não foram suficientemente divulgados ou lembrados. Depois da morte do Monsenhor, quando os partidários brigavam e creavam dificuldades na distribuição das cadeiras na Assembléia, sem ouvir ninguém, adiou as eleições por três meses, e tendo voltado a calma, organizou a chapa do partido sem que ninguém se manifestasse contra — um ato político habil que um medroso não faria. Apresentou para sua sucessão quem julgou estar em melhores condições de govenar o Estado e conservar o partido, sem pressão de ninguém, a despeito do desagrado de certos próceres estaduais. Deixou provas disso. Escolhido para substituir o Monsenhor, convocou uma reunião dos antigos representantes municipais afim de deliberar sobre eleições e certo chefe de um município do sul não compareceu nem deu satisfação (Sugestionado por um parente desgostoso por não ter conseguido certa pretensão). Sem alarde mudou o delegado local e encarregou da chefia outro velho e prestigioso amigo, e lá veio então uma carta em termos de quem exige satisfação... A resposta foi longa mas serena, cheia de argumentos irrespondíveis e o antigo correligionário ralou-se talvez arrependido, por não ter tido razão.

Mais tarde, ao chegar à comissão de poderes do Senado, ao contrário do seu antecessor, enfrentou calmamente o advogado Ferreira Viana Filho, que com procuração dos opositores que não quizeram comparecer, terminou assim seu discurso: Está sôbre o cêpo a cabeça do régulo de Sergipe: Decepaí-a! A Gazeta de Notícias contava tudo direitinho. O reconhecimento tardava e quando se tornaram tensas as relações entre Rosa e Silva e Pinheiro Machado, o então presidente de Sergipe telegrafou a um amigo: Aconselhe Guilherme procurar Pinheiro, será logo reconhecido. E alguém o procurou pessoalmente acrescentando que não precisava pedir nada, bastava visitá-lo. Resposta: "Se é meu amigo não fale mais nisso" e tinha diante de si uma senatária de nove anos. Dias depois, já no govêrno o Dr. Nilo Peçanha, o Ministro da Justiça Esmeraldino Bandeira encontrando-o em casa de Rosa e Silva, perguntou-lhe: Porque não procura o Presidente da República? — Posso procurar. Foi muito bem recebido. — Aceita um acôrdo? — Ponho minha causa em suas mãos. E o acôrdo foi feito como toda gente daquele tempo soube, já na altura mal recebido por alguns magnatas da política estadual. Mas isso já é começo de outra história. E assim em outras oportunidades. Quando já no Senado, desgostoso com a política do Estado se mantinha retraído, recebeu durante uma sessão, em plenário, por um empregado da secretaria um recado do todo poderoso: "O general manda dizer que vote a favor deste projeto"... Respondeu bruscamente: "Diga a ele que não". Foi até engraçado o caso porque o funcionário correu alarmado a dizer ao chefe e este chamou o Senador Tavares de Lira e pediu-lhe que fosse explicar ao malcriado que êle não fóra dizer pessoalmente porque não teve tempo, pois estava presidindo à sessão. Ao Lira foi explicado: "Lira, amigo! Sirvo a amigos mas não obedeço a senhores; achei um desaforo o Pinheiro mandar recado por um empregado da secretaria". O chefão achando graça procurou-o depois da sessão e explicou o porque não lhe havia falado antes. Sabe o leitor que na ocasião precisava ter algum topete para dar uma tal resposta?